

psicoatualidades
REVISTA · PSICOATUALIDADES

Revista Psicoatualidades | Belém do São Francisco-PE | v.1, n.1 | 96 p. | 2021

Publicação semestral | Endereço para correspondência | Rua Cel Trapiá, 201 - Centro - CEP: 56440.000
- Belém do São Francisco/PE | Endereço eletrônico / e-mail: npq@facesf.edu.br
<https://periodicosfacesf.com.br/>

FACESF – Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco

Direção Acadêmico

Luis Geraldo Soares Lustosa

Coordenação Geral

Daniela Pereira Novacosque

Coordenação de Pós-Graduação

Dayara de Kássia Sá Sampaio Soares Lustosa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa NPQ FACESF

Phablo Freire



Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. Permitida a reprodução, total ou parcial, desde que citada a fonte. Solicita-se permuta/exchanges dedired.



Revista Psicoatualidades	Belém do São Francisco-PE	v.1, n.1	96 p.	2021.
---------------------------------	----------------------------------	-----------------	--------------	--------------

REVISTA PSICOATUALIDADES

Editores-Chefes

Phablo Freire (FACESF, Brasil)
Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)

Equipe Editorial

Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)
Nathaly Ferraz Queiroz Silva (FACESF, Brasil)
Márcio Rubens de Oliveira (FACESF, Brasil)

Conselho Editorial

Macdouglass de Oliveira (UFPB, Brasil)
José Izak ribeiro de Araújo (UFPE, Brasil)
Marciano Antonio da Silva (UFPE/CAA, Brasil)
Phablo Freire (FACESF, Brasil)
Allene de Carvalho Lage (UFPE/CAA, Brasil)
Adriana Campos Rodrigues Miron (FACESF, Brasil)
Luciana Marinho Fernandes da Silva (FACESF, Brasil)
Lucimary Bezerra Florentino Alves Serapião (FACESF, Brasil)
Nathaly Ferraz Queiroz Silva (FACESF, Brasil)
Maria Jackeline Gomes dos Santos (FACESF, Brasil)
Luiz Araújo Florentino Júnior (FACESF, Brasil)
Emmanuelle Alves Santos (FACESF, Brasil)
Ana Rosa Brissant de Andrade (FACESF, Brasil)
Débora Alves de Amorim (FACESF, Brasil)
Liberalina Santos de Souza Gondim (FACESF, Brasil)
Márcio Rubens de Oliveira (FACESF, Brasil)

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Janildo Lopes da Silva / CRB4/929

Revista Psicoatualidades [Recurso eletrônico] / Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco. - v. 1, n. 1. (2021)- Belém do São Francisco/PE: FACESF, 2021-

Semestral

ISSN 2764-4480

Modo de acesso: World Wide Web:

<<https://periodicosfacesf.com.br/index.php/Psicoatualidades>>

1. Psicologia – Periódicos. I. Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do São Francisco. II. Título.

159.9(05) CDU

FACESF/BIB012/2021

Publicação semestral | Endereço para correspondência | Rua Cel Trapiá, 201 – Centro - CEP: 56440.000 - Belém do São Francisco/PE | Endereço eletrônico e-mail: nno@facesf.edu.br <https://periodicosfacesf.com.br/>

SUMÁRIO

SEÇÃO I: PROCESSOS CLÍNICOS

ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

Vinicius Ribeiro de Almeida

Lucimary Bezerra F. A. Serapião7

A QUALIDADE DE VIDA DE DOCENTES BRASILEIROS NO ENSINO MÉDIO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Maxwel da Silva Dias

Liberalina Santos de Souza Gondim 19

FLEXIBILIZAÇÃO DO PORTE DE ARMA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Adeliany Santos de Oliveira

Debora Alves Amorim 33

IMPACTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

Andriele do Nascimento Souza

Luciana Marinho Fernandes da Silva 44

CONCEITOS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Gabriel Agra e Silva

Lucimary Bezerra F. A. Serapião

Débora Alves de Amorim 54

SEÇÃO II: PROCESSOS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

SÍNDROME DE *BURNOUT* EM TEMPOS DE PANDEMIA: A TENSÃO EMOCIONAL EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NAS AULAS REMOTAS EM BELÉM DO SÃO FRANCISCO-PE

Thailany de Oliveira Alvim Carvalho

Lucimary Bezerra F. A. Serapião 67

ESTRESSE OCUPACIONAL EM PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE FLORESTA-PE NA PANDEMIA DA COVID-19

Simara Raiana de Souza Gomes

Liberalina Santos de Souza Gondim..... 82

SEÇÃO I: PROCESSOS CLÍNICOS

ENVELHECIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS NOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA

AGING AND QUALITY OF LIFE OF ELDERLY IN COEXISTENCE GROUPS

Vinicius Ribeiro de Almeida¹

Lucimary Bezerra F. A. Serapião²

RESUMO: Fatores como os avanços científicos têm permitido que os anos de vidas sejam prolongados. Como resultado disso, ocorre um constante crescimento da população idosa, consequentemente, é natural que nesta fase ocorra implicações por se tratar de um processo natural do ser humano, isto torna necessária a elaboração de políticas que propiciem que essa nova fase etária seja aceita de forma positiva e vivida com mais qualidade. Sendo assim, essa pesquisa objetiva a compreensão da perspectiva levantada pelos autores, a respeito do envelhecimento e qualidade de vida dos idosos nos grupos de convivência, como também, os resultados positivos gerados por essa atividade coletiva para uma maturidade em saúde a essas pessoas, estes grupos apresentam sua importância por tratar de espaços sociais, onde são desenvolvidas variadas atividades que exploram o potencial desses idosos. Diante disso, é feita a análise e organização de dados referentes ao assunto, na qual foram selecionados estudos realizados a partir do ano de 2015, em diferentes áreas que abordaram de forma conjunta; idosos, grupos de convivência e qualidade de vida. Os grupos de convivências apresentam sua importância por tratar de espaços sociais, onde são desenvolvidas variadas atividades que exploram o potencial desses idosos, para que eles exerçam seu papel perante a sociedade. Verifica-se que nessa ação em grupos, eles exploram e desenvolvem potencialidades, entram em contato e convivem com indivíduos como eles, fazendo trocas de experiências diminuindo assim o isolamento social e obtendo resultados positivos na sua qualidade de vida. Os resultados apontam que a participação nos grupos está relacionada a diminuição do isolamento social, ao aprimoramento de habilidades, no suporte emocional e em novos conhecimentos para lidar com doenças fortalecendo a prática do autocuidado. Essa afirmativa gera a constatação de que as atividades desenvolvidas nesses espaços precisam ser estimuladas e funcionais, pois são relevantes para a manutenção da saúde e qualidade de vida de seus participantes.

Palavras-chave: Idosos. grupos de convivência. qualidade de vida.

ABSTRACT: Factors such as scientific advances have allowed life years to be extended. As a result of this, there is a constant growth of the elderly population, consequently, it is natural that at this stage there are implications because it is a natural process of the human being, this makes it necessary to develop policies that allow this new age stage to be accepted in a way positive and lived with more quality. In this way, the research aims to understand the perspective raised by the authors, regarding aging and quality of life of the elderly in coexistence groups, as well as the positive results generated by this collective activity for a maturity in health for these people, these groups present their importance for dealing with social spaces, where various activities are developed that explore the potential of these elderly people. In view of this, the analysis and organization of data related to the subject is carried out, in which studies carried out from the year 2015 onwards were selected, in different areas that addressed jointly; elderly, social groups and quality of life. The coexistence groups are important because they deal with social spaces where various activities are developed that explore the potential of these elderly people, so that they can exercise their role in society. It is verified that in this action in groups, they explore and develop potentialities, come into contact and live with individuals like them, exchanging experiences, thus reducing social isolation and obtaining positive results in their quality of life. The results point to the participation in the groups as related to the reduction of social isolation, the improvement of skills, emotional support and new knowledge to deal with diseases, strengthening the practice of self-care. This statement generates the realization that the activities developed in these spaces need to be stimulated and functional, as they are relevant to the maintenance of the health and quality of life of their participants.

Keywords: Elderly. Coexistence groups. Quality of life

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural, inevitável ao ser humano e um fenômeno mundial. No Brasil, o número de pessoas acima de 60 anos aumenta gradativamente. Segundo dados do IBGE (2018),

esse quantitativo pode dobrar até 2042. Acrescenta-se relevantemente que a população idosa, acima de 80 anos, também faz parte de um contexto ativo.

Desde 1940, taxas mais altas de crescimento têm sido observadas na realidade etária mais amadurecida. Isso quer dizer que o processo de envelhecimento da população brasileira não é novo. Camarano (2002), aponta que ele é visto como consequência de dois fatores: a alta fecundidade no passado e a redução da mortalidade de pessoas idosas que colaboram para o crescimento dessa classe. Então, tornam-se necessárias estratégias que permitam viver esses anos com mais qualidade.

KEYLLA TALITHA et al (2019) afirma que o aumento da proporção de idosos na população brasileira suscita a discussão acerca da necessidade de instrumentos e modelos teóricos que direcionem a prática em relação à saúde do idoso e compreendam a sua amplitude e complexidade.

Os grupos de convivências apresentam sua importância por tratar de espaços sociais, onde são desenvolvidas variadas atividades que exploram o potencial desses idosos, para que eles exerçam seu papel perante a sociedade, onde poderão desfrutar da companhia de alguém para escutá-los, fazendo com que seus relacionamentos sejam estreitados por meio de diversos momentos de lazer. (SCHOFFEN E SANTOS, 2018).

Considerando o constante crescimento da população idosa e as implicações que podem ocorrer neste processo natural do ser humano, torna-se necessária a elaboração de políticas que atendam e propiciem anos com mais qualidade. Essa importância dada na estruturação desse artigo detém-se por revisar estudos sobre a qualidade de vida de idosos que frequentam os grupos de convivência, indagando a seguinte problemática: qual a perspectiva dos autores a respeito do envelhecimento e qualidade de vida dos idosos, e quais os resultados positivos gerados pelos grupos de convivência para a maturidade saudável dessas pessoas.

Foram delineados os seguintes objetivos específicos: apresentar a perspectiva dos autores acerca do envelhecimento; revisar estudos realizados sobre saúde e qualidade de vida de idosos nos grupos de convivência; os benefícios dessa ação coletiva na qualidade de vida dos idosos; analisar quais atividades estão mais relacionadas a resultados positivos na vida dos idosos e identificar que estratégias podem ser usadas para melhorar o modo de viver dos idosos.

Parte-se da hipótese que a partir da análise dos dados, é possível identificar as atividades que contribuem para a qualidade de vida dos idosos, e que pelos grupos de convivência, eles aprendem sobre a manutenção de sua própria saúde, a lidar com o adoecimento emocional, potencializar e desenvolver novas habilidades para terem uma melhor qualidade de vida.

Para comprovar essa proposição, é feita uma revisão em artigos relacionados a idosos de grupos de convivência e qualidade de vida. As fontes de informações utilizadas são as plataformas: Scielo, PubMed, BVS-Psi, além de outras confiáveis de pesquisa. Por conseguinte, é feito um mapeamento e análise das ideias dos autores e dos resultados obtidos nos estudos.

Ao final, conclui-se que os objetivos são atendidos, a problemática é respondida e a hipótese é confirmada indicando que os grupos de convivência têm relevância na qualidade de vida dos idosos e que as atividades desenvolvidas são fundamentais para atender de forma positiva essa população que está sob constante crescimento e que necessita de estratégias eficazes de cuidado.

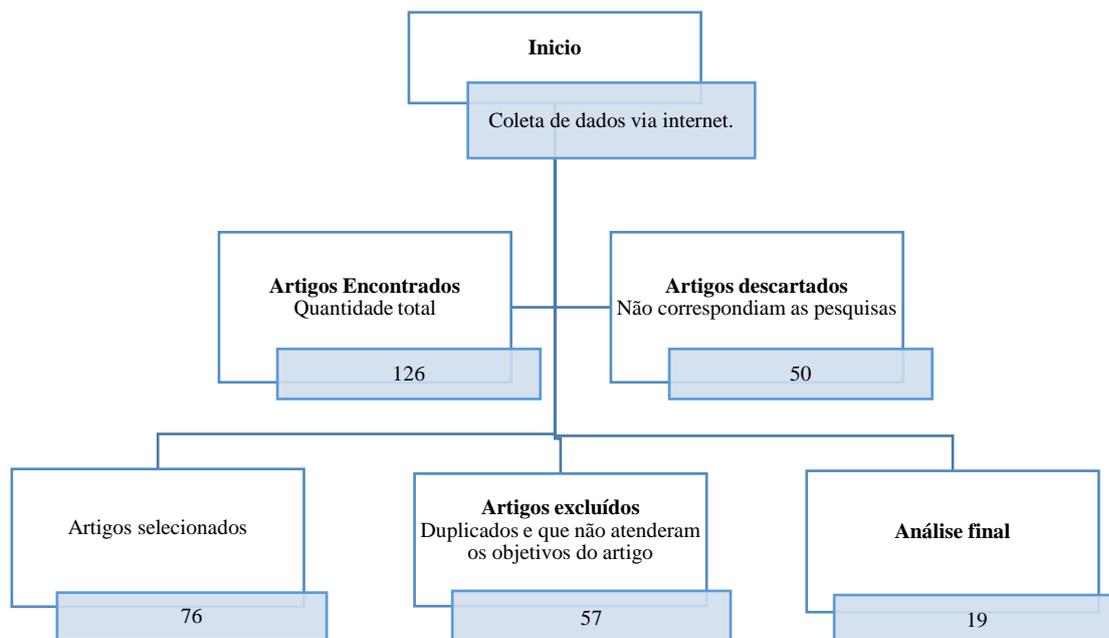
2 MÉTODOS

Trata-se de uma revisão sistemática, na qual foram selecionados estudos realizados a partir do ano de 2015, em diferentes áreas que abordaram de forma conjunta; idosos, grupos de convivência e qualidade de vida, foram excluídos os materiais que não correspondiam aos descritores. 126 artigos foram encontrados, desses, foram descartados aqueles que não correspondiam com o assunto pesquisado, restando 76. Recusou-se os duplicados e os que não atenderam aos objetivos, ficando 19 artigos para a análise e seleção final.

Na seleção dos artigos, utilizou-se como fontes de pesquisa as bases de dados: Scielo, PubMed e BVS – PSI. Foram apurados os estudos relacionados aos descritores, sendo descartados aqueles que não atendiam a proposta do estudo. Após a seleção, os dados foram organizados em duas tabelas; a primeira com os autores, tema dos estudos, ano de publicação, área da pesquisa e faixa etária. Na seguinte, ficaram organizados os objetivos, a metodologia e a conclusão.

Por fim, foi analisado a perspectiva dos autores em relação a relevância do tema e feito um levantamento dos resultados de cada estudo para concluir quais são os mais relevantes e geram resultados positivos.

No fluxograma, consta os procedimentos metodológicos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Fluxograma 1 – Procedimentos metodológicos.

3 RESULTADOS

De início, obteve-se 126 resultados nas plataformas, após selecionados, foram excluídos aqueles que não tinham relação com os descritores, os duplicados, os que não se relacionavam com a pesquisa e os que não atenderam aos objetivos, restando 19 para serem analisados.

Na tabela 1, consta os dados voltados aos autores, tema do estudo, ano de publicação, curso e faixa etária.

Tabela 1

Tema do estudo	Autores	Ano	Área de conhecimento	Faixa etária/público
Grupo de convivência de idosos, apoio psicossocial na promoção da saúde.	Laudicéia Noronha Xavier, Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra, Annatália Meneses de Amorim Gomes, Gisele Lopes Oliveira, Cryslany Portela de Aguiar, Rômulo Mágnus de Castro Sena.	2015	Enfermagem	60 a 70,9 anos
Qualidade de vida de idosos que participam dos grupos de convivência.	SILVA, Lidiane Maria, MACEDO, Daniela Cristina, VIEIRA, Fábio Henrique Antunes	2015	Enfermagem	64 a 87 anos
Qualidade de vida para avaliação de grupos de promoção da saúde.	Paula GR, Souza BN, Santos LF, Barbosa MA, Brasil VV, Oliveira LMAC	2015	Enfermagem	60 a 90 anos.
Qualidade de vida do idoso fragilizado e institucionalizado.	Lucélia Malaquias Cordeiro, Jéssica de Lima Paulino, Maria Eliana Peixoto Bessa, Cíntia Lira Borges, Saul Filipe Pedrosa Leite	2015	Enfermagem	Não citado no artigo
Atividades e motivação para a adesão em grupos de convivência para idosos.	Aline Oliveira Dias Moura, Luciana Karine de Souza	2015	Ed. Física Psicologia	60 a 79 anos.
Grupos de convivência para idosos participantes egressos e desinteressados.	Aline Oliveira Dias Moura e Luciana Karine de Souza	2015	Psicologia Social	Acima de 60 anos
Grupos de Convivência: Influência na qualidade de vida da pessoa idosa.	Sandra Maria Silva Soares, Virgínia Maria Mendes Oliveira Coronago.	2016	Enfermagem	Não citado no artigo
Qualidade de vida e fatores associados em idosos de um Centro de Referência à Pessoa Idosa.	Lívia Carvalho Viana Miranda, Sônia Maria Soares, Patrícia Aparecida Barbosa Silva	2016	Enfermagem	Acima de 60 anos
Efeitos do exercício físico em idosos fragilizados uma revisão.	Ana Paula Pillatt, Jordana Nielsson, Rodolfo Herberto Schneider.	2016	Fisioterapia	Não citado.

Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência.	Maria Martha Duque de Moura, Renato Peixoto Veras.	2016	Medicina	Não citado
Idosos e grupos de convivência: motivos para a não adesão	Luisa Stephanie Albuquerque Araújo, Andréa Carvalho Araújo Moreira, Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas, Maria Adelane Monteiro Silva, Danielle Rocha do Va.	2017	Enfermagem	60 a 82 anos
A importância dos grupos de convivência para os idosos como instrumento para a manutenção da saúde.	Schoffen LL, Santos WL.	2018	Enfermagem	60 anos
Percepção dos idosos em uma Unidade Básica de Saúde.	Ricardo Dias da Silva.	2018	Enfermagem	60 a 79 anos
Perfil epidemiológico e qualidade de vida n terceira idade: um estudo sobre idosos participantes de grupo de convivência	Agna Soares da Silva Menezes, Fabíola Rocha Ferreira, Mayara Cardoso Vieira de Jesus, Isabel Cristina Alves Pereira, Nayara Teixeira Gomes, Tatyane Carvalho Souto.	2018	Psicologia	60 a 90 anos.
Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física	Elias Rocha de Azevedo Filho a, Isabelle Patrícia Soares Chariglione, Jéssica Thuane Cordeiro Silva b, Alliny Michelly Santos Vale, Elisângela Keylla Henrique Sales Araújo e Maria de Fátima Rodrigues dos Santos.	2018	Gerontologia Psicologia Enfermagem	60 anos
A concepção de envelhecimento com base na teoria de campo de Kurt Lewin e a dinâmica de grupos	Cinara Maria Feitosa Beleza, Sônia Maria Soares.	2018	Enfermagem	Não citado.
A percepção de idosos sobre a participação em atividades de um grupo de convivência	RAUBER, Liliane, COSTA, Arlete Eli Kunz da, PISSAIA, Luís Felipe.	2019	Enfermagem	Não citado.
Experiência em grupos de convivência de idosos: interfaces com a terapia ocupacional	Marciane Montagner Missio e Silvani Vargas Vieira.	2019	Terapia Ocupacional	Não citado.
Grupos de convivência como suporte na prevenção da depressão em idosos	Andreza Guimarães de Oliveira, Sanmille Santos Santiago de Abreu, Maria Aparecida Silva Santos Macedo, Stênio Fernando Pimentel Duarte, Luciana Araújo dos Reis, Pollyanna Viana Lima.	2019	Enfermagem	60 anos ou mais.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Tabela 1 - Mapeamento dos artigos para análise

Na tabela 2, foram organizados os dados referentes aos objetivos, metodologia e conclusão

Tabela 2

	Objetivos	Metodologia	Conclusão
1	Descrever e comparar as atividades e motivos da participação em grupos de convivência e comparar participantes egressos e desinteressados.	Pesquisa de campo e aplicação de entrevista semiestruturada	Resultados positivos com as práticas de atividades. São espaços onde os idosos podem ser expostos.
2	Analisar a percepção de idosos sobre a importância dos grupos de convivência.	Pesquisa de campo e aplicação de entrevistas semiestruturadas.	Os grupos de convivência propiciam convívio e interação. Suporte emocional, social e conhecimento para lidar com doenças. Aprimoramento de habilidades. Mudança de atitude.
3	Investigar os motivos que levam os idosos a não se interessar pelos grupos de convivência.	Realização de entrevistas e coleta de dados sociodemográficos.	Procuram por preocupação com a saúde. Busca por relacionamentos interpessoais.
4	Demonstrar a qualidade de vida dos idosos participantes dos grupos de convivência.	Revisão bibliográfica.	Melhorias na capacidade funcional, saúde mental, suporte social. Benefícios com a prática de atividades físicas. Melhoria na qualidade de vida comparado a aqueles que não participam.
5	Analisar o uso de avaliação da qualidade de vida como estratégia para avaliar o trabalho com grupos de promoção da saúde na comunidade.	Realização de entrevistas e aplicação do WHOQOL.	A avaliação da QV por meio do WHOQOL propicia um bom planejamento na condução de trabalhos com grupos. O trabalho com grupos possibilita: aprendizagem, troca de experiências.
6	Avaliar a qualidade de vida de idosos frágeis institucionalizados.	Aplicação de instrumentos para coleta de dados sociodemográficos e instrumentos que avaliam a qualidade de vida.	A presença de fragilidade não interferiu diretamente na qualidade de vida de idosos e apresentou associação significativa com motivo de institucionalização.
7	Refletir a importância dos grupos de convivência na qualidade de vida da pessoa idosa e identificar o papel do enfermeiro nas relações estabelecidas nos grupos de convivência entre o profissional e o idoso.	Análise de conteúdo bibliográfico.	O envelhecimento é um processo subjetivo. É importante que a população jovem se prepare para envelhecer. Necessário novos estudos em relação a satisfação em relação a sua qualidade de vida. O idoso não deve ser isolado do convívio social. Elaboração de políticas que contemplem essa fase da vida.
8	Identificar fatores associados a boa qualidade de vida de idosos de um Centro de Referência.	Aplicação de questionário e aplicação do WHOQOL.	A boa qualidade de vida está atrelada a prática de atividade física.
9	Refletir a importância dos grupos de convivência na qualidade de vida da pessoa idosa e identificar o papel do enfermeiro nas relações estabelecidas nos grupos de convivência entre o profissional e o idoso.	Análise de conteúdo bibliográfico.	O envelhecimento é um processo subjetivo. É importante que a população jovem se prepare para envelhecer. Necessário novos estudos em relação a satisfação em relação a sua qualidade de vida. O idoso não deve ser isolado do convívio social. Elaboração de políticas que contemplem essa fase da vida.
10	Explorar possibilidades de promoção da saúde em centros de convivência para idosos.	Revisão bibliográfica.	Rompimento do isolamento social; estabelecimento de ritmo e rotina organizada; construção de laços; transmissão de valores; a possibilidade de convivência intergeracional pode ser positiva.

11	Conhecer práticas pelos quais os idosos não participam dos grupos de convivência.	Pesquisa de campo. Formulário para coleta de dados.	Motivos pelos quais idosos não participam são: desinteresse, falta de tempo, trabalho, violência urbana, horário, falta de acompanhante e problemas de acesso. É necessária uma estratégia que desperte o interesse pela participação destes idosos nos grupos de convivência. Os GC fortalecem a prática do autocuidado. Melhora a saúde mental.
12	Conhecer a importância dos grupos de convivência para idosos e as atividades propostas pelos grupos de convivência.	Pesquisa de campo e aplicação de entrevista.	Melhorias por meio de atividades física e lúdico-educativa, além do convívio social.
13	Avaliar a percepção dos idosos participantes de um grupo de convivência.	Estudo de campo com aplicação de entrevista semiestruturada e questionário sociodemográfico.	Socialização, estabelecimento de vínculo, desenvolvimento de novas habilidades.
14	Descrever as características sociodemográficas e analisar a qualidade de vida de participantes de um grupo para a terceira idade.	Realizou-se uma pesquisa descritiva, de corte transversal e abordagem quantitativa com 24 idosos participantes de grupo de convivência. Utilizou-se um questionário sociodemográfico e o Whoqol-bref. Os dados foram coletados por meio de planilha e analisados pelo Software SPSS® (Statistical Package for the Social Science)	A população atingiu o melhor escore no domínio psicológico (69,10%), seguindo do físico (65,03%), das relações sociais (59,38%) e, por último, o domínio do ambiente (58,46%). O estudo revelou que 68,75% dos idosos estão satisfeitos com a vida.
15	Como a prática de atividade física proporciona alterações no estado de humor, na socialização e na qualidade de vida de idosos a partir de 60 anos.	Aplicação de questionário estruturado.	Os idosos perceberam benefícios com a prática da atividade física na redução do estresse, ansiedade e depressão, até mesmo no processo de socialização.
16	Refletir sobre a aplicabilidade da teoria de campo de Kurt Lewin na concepção de envelhecimento.	Estudos de reflexão, fundamentado na teoria de Kurt Lewin e na área de gerontologia que contemplassem a temática voltada ao envelhecimento e ao trabalho com grupos na perspectiva de Kurt Lewin.	A aplicabilidade dessa teoria na experiência de envelhecer pode valorizar a percepção dos próprios idosos como protagonistas de intervenções e dotados de julgamentos sobre bem-estar e qualidade de vida.
17	Identificar a percepção de idosos sobre a participação em um grupo de convivência.	Estudo descritivo exploratório e aplicação de entrevista semiestruturada	Melhorias na QV por meio de; atividade física; trocas de experiências; estabelecimento de vínculos; vida mais ativa. Propicia felicidade e motivação.
18	Descrever a experiência de acadêmicos de Terapia Ocupacional na inserção de idoso em uma comunidade	Foram realizadas atividades visando à integração de ações de ensino, pesquisa e extensão universitária, com foco na melhoria da qualidade de vida e condição de saúde das participantes através da prevenção de agravos e complicações, considerando as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) apresentadas pela maioria	As experiências evidenciaram que os grupos de Terapia Ocupacional permitiram a identificação de potencialidades e habilidades de uma população pouco valorizada produtivamente na sociedade, de forma que o grupo se constituiu como um espaço de ressignificação de vidas, superação de dificuldades cotidianas, aquisição de hábitos de vida saudáveis e ajuda para um envelhecimento ativo.

		dos participantes do grupo de idosos.	
19	Avaliar sinais de depressão em idosos participantes e não participantes de grupo de convivência.	Estudo exploratório, aplicação de mini exame do estado mental, questionário sócio demográfico e escala de depressão Back.	Inclusão social e redução da depressão.

Tabela 2, continuação

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Tabela2 - Mapeamento dos objetivos, metodologias e conclusões dos artigos analisados.

4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

De acordo com AGNA et al (2018), o envelhecimento é compreendido como um fenômeno mundial que afeta os campos físicos, emocionais e psicológicos, causa limitações e aparecimento de doenças e que também vai implicar no sistema de saúde. Então pode-se entender como sendo uma questão de saúde pública, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, nos espaços em que a população é de baixa renda, situação que dificulta o autocuidado dentro de sua própria residência. E como citado por Camarano (2002), estes dados vão indicar o crescimento da população idosa, que ocorre por fatores diversos como a alta taxa de fecundidade, no passado e no presente, o avanço da ciência, que permitiu prolongar os anos de vida. Então compreende-se que é preciso pensar estratégias que permitam aos anos acrescidos a possibilidade de serem vividos com mais qualidade. Pois, se esses anos a mais são dominados por declínios na capacidade física e mental, as implicações para as pessoas mais velhas e para a sociedade é muito mais negativa (SCHOFFEN E SANTOS, 2018).

De acordo com os dados analisados nos estudos, diversos benefícios relacionados à qualidade de vida dos idosos estão relacionados com as atividades desenvolvidas nos grupos de convivência. Nesses espaços, eles exploram e desenvolvem potencialidades.

Constata-se que os grupos de convivência permitem que os participantes entrem em contato simultâneo, fazendo trocas de experiências, diminuindo o isolamento social e gerando resultados positivos na sua qualidade de vida. A diminuição do isolamento é apontada como um dos motivos que estimulam à participação do idosos nestes ambientes, eles estabelecem vínculos nesses grupos e desenvolvem novos aprendizados, além estabelecerem uma rotina organizada, hábitos mais saudáveis e uma vida mais ativa. CORDEIRO et al (2015), traz resultados que apontam para benefícios relacionados ao compromisso social e estabelecimento de laços. Destacamos alguns dos relatos no estudo analisado: *Eu tenho um compromisso, semanalmente, de estar aqui, 'me' sinto bem quando venho pra cá! (Idoso 9). O grupo traz a oportunidade de fazermos novos amigos! (Idoso 1).*

Os resultados apontam que a participação melhora no aprimoramento de habilidades, no suporte emocional e em novos conhecimentos para lidar com doenças fortalecendo a prática do autocuidado. Os dados indicam que ocorrem melhorias em relação ao domínio psicológico, físico e social. Segundo o mesmo estudo, os grupos de convivência também ajudam na redução do estresse, ansiedade e na depressão. Conforme relato dos entrevistados no estudo: *eu vivia dentro de casa, 'me'*

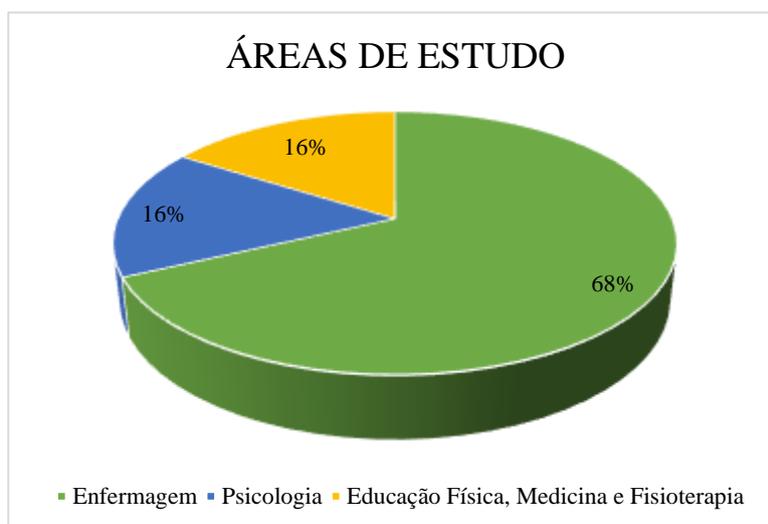
estressava muito, medo do meu filho que usa aquelas coisas, pedindo dinheiro para comprar mais, o olho vermelho e agressivo comigo e, graças ao grupo, posso dizer que sou outra pessoa.

Atividades educativas também são importantes para qualidade de vida dos idosos, os estudos demonstram que o vínculo estabelecido com o professor orientador tem grande relevância. O estudo de CORDEIRO et al (2015), relata que os profissionais com atitude de caráter intervencionista podem fornecer uma gama de informações aos idosos para instrumentalizá-los, a fim de que possam refletir acerca de sua realidade de vida e de sua cultura. Por meio dessa atividade, o usuário pode se achar estimulado a participar do processo educativo, elaborando e realizando questionamentos, quando necessário. Além disso, o fornecimento de informações sobre os problemas que estes idosos enfrentam, contribui para a construção de conhecimento e prática do autocuidado, então é interessante pensar na psicoeducação como um recurso eficaz na manutenção da qualidade de vida do idoso e na percepção desse em relação ao envelhecimento, fazendo com que ele enxergue esta etapa de maneira mais positiva. Está expresso em uma verbalização registrada no estudo: *idoso: estava com uma doença, eu procurei o grupo para saber mais.*

Das ações mais praticadas e que estão relacionadas com a melhoria da qualidade de vida dos idosos, pode-se observar a atividade física, a ela os próprios idosos associam os benefícios físicos e cognitivos, a redução das fragilidades e a vida mais ativa. Fala dos idosos registrado no estudo analisado: *Tinha dores nas juntas o tempo todo e ao participar do grupo com os exercícios, foi muito bom, hoje posso dizer que estou bem melhor. Com o tempo observei mudanças no meu corpo, antes não tinha força nas pernas para fazer caminhada, hoje vou até o centro da cidade andando e não fico mais cansada.*

Outro aspecto importante é que existem poucos estudos na área da psicologia que contemplem o assunto, 68% dos artigos encontrados e analisados são de áreas referentes aos cursos de enfermagem, 16% da área da psicologia seguido de educação física, medicina e fisioterapia que representam 16%. Conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Áreas de estudos pesquisados



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Dos estudos encontrados que tratam de temas no campo da Psicologia, observou-se transitar sobre assuntos, como “Grupo de convivência de idosos: apoio psicossocial na promoção da Saúde” de Laudicéia e col (2015), “Grupos de convivência para idosos: participantes, egressos e desinteressados” de Aline Oliveira e col (2015), “Grupo de convivência: percepção dos idosos em uma unidade básica de saúde” de Ricardo Dias (2018), não sendo identificados estudos que apresentem as práticas/intervenções da Psicologia nesse contexto, sugerindo a inexistência de estudos ou a publicação em outras línguas, já que tal pesquisa se delimitou a publicações em português.

5 CONCLUSÃO

Os dados analisados apresentam a importância de pensar nos grupos de convivência como um espaço que contribui na melhoria da qualidade de vida dos idosos, estes possibilitam a interação, aprendizado e criação de vínculos. Os benefícios apresentados estão associados à participação desses indivíduos nos espaços de convivência, possibilitando uma melhor qualidade de vida, com menos chances de desencadear quadros de ansiedade, estresse e depressão.

As atividades desenvolvidas nestes espaços são relevantes para a manutenção da saúde, qualidade de vida de seus participantes e quando estimuladas geram resultados positivos nos campos emocional, físico e psíquico.

A pesquisa mostra a importância dos grupos de convivência e da elaboração de estratégias que melhorem a qualidade de vida da população idosa que está em constante ascensão.

Ainda existem poucos estudos realizados na área da Psicologia que contemplem os benefícios da área na saúde e qualidade de vida do idoso. São importantes pesquisas que contemplem os espaços de convivência na manutenção da qualidade de vida, que proponham um trabalho cauteloso com o idoso e que considere o envelhecimento e a subjetividade que ele representa em cada um propondo uma maior reflexão acerca da velhice.

5 REFERÊNCIAS

- ABREU, Sanmille Santos Santiago de; DUARTE, Stênio Fernando Pimente; LIMA Pollyanna Viana; MACEDO, Maria Aparecida Silva Santos; OLIVEIRA, Andreza Guimarães de; REIS, Luciana Araújo dos. Grupos de convivência como suporte na prevenção da depressão em idosos. *Rev Enferm Contemp*, Salvador, 2019 Abril. 8(1):17-24 Doi: 10.17267/2317-3378rec.v8i1.1637 | ISSN: 2238-2720. Disponível em < <https://cutt.ly/chNoPOc>>. Acesso em: 11. Março. 2020.
- ADELANE, Maria; ALINY, Cibelly; CARVALHO, Andréa; ROCHA, Danielle; STEPHANIE, Luísa. Idosos e grupos de convivência: motivos para a não adesão. *SANARE, Sobral - V.16 Suplemento n.01*, p.58-67, 2017. Disponível em <https://cutt.ly/mhNoXyc>. Acesso em: 11. Março. 2020.
- APARECIDA, Patrícia; CARVALHO, Lívia; MARIA, Sônia. Qualidade de vida e fatores associados em idosos de um Centro de Referência à Pessoa Idosa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(11):3533-3544, 2016. Disponível em < <https://cutt.ly/zhNo4ym>>. Acesso em: 11. Março. 2020.
- AREOSA, Sílvia Virgínia Coutinho; COUTO, Analie Nunes; MONTAÑÉS, Maria Concepción Menéndez; WICHMANN, Francisca Maria Assmann;. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. Departamento de Educação Física e Saúde. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. Disponível em < <https://cutt.ly/syjs5Xe>>. Acesso em: 11. Março. 2020.

- BRITO, Eulina Alves Sousa; GURGEL, Lucineide Coqueiro; SANTAA, Willma José de; SOUSA, Alex Alves Sobral de; SOUSA, Carmelita Maria Silva; SOUSA, Francisco Rafael Soares de; VIEIRA, Patrícia Dore. Contribuição da atividade física para a qualidade de vida dos idosos: Uma Revisão Integrativa da Literatura. *Id on Line Rev.Mult. Psic.*, 2019, vol.13, n.46, p. 425-433 ISSN: 1981-1179. Disponível em < <https://bityli.com/bzq3E>>. Acesso em: 11. Março. 2020.
- CANÇADO, Flávio Aluizio Xavier; DOLL, Johannes; GORZONI, Milton Luiz. Tratado de geriatria e gerontologia / Elizabete Viana de Freitas ... [et al.]. - 3.ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. Disponível em <https://cutt.ly/MhNpt8Q> Acesso em: 11. Março. 2020.
- CARDOSO Mayara; CARVALHO, Tatyane; CRISTINA, Isabel; JESUS, Vieira; ROCHA, Fabíola; SOARES, Agna; TEIXEIRA, Nayara. Perfil epidemiológico e qualidade de vida na terceira idade: um estudo sobre idosos participantes de grupo de convivência. *REAS, Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2018. Vol. 10 (3), 1612-1620. Disponível em <https://cutt.ly/6hNpsqF> Acesso em: 11. Março. 2020.
- CARVALHO, Poliana Fialho de; HORTA, Natália de Cássia; LACERDA, Tatiana Teixeira Barral de; SILVA, Emília Isabel da; SOUZA, Jéssica Alves de; SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de. Avaliação da qualidade de vida do idoso institucionalizado com sinais de demência. *Estud. interdisciplinar. envelhec.*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 81-95, 2019. Disponível em < <https://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/download/84716/55867>>. Acesso em: 11. Março. 2020.
- CORDEIRO, Isabelle; LOPES Gisele; MÁGNUS Rômulo; MENESES, Annatália; NORONHA, Laudicéia; PORTELA Cryslyny. Grupo de convivência de idosos: apoio psicossocial na promoção da saúde. *Rev Rene*. 2015. Disponível em < <https://cutt.ly/2hNpIUC>> Acesso em: 11. Março. 2020.
- CORONAGO, V.M.M.O. ; SOARES, S.M.S. Grupos de Convivência: Influência na Qualidade de Vida da Pessoa Idosa. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, Janeiro de 2016, vol.10, n.33, p. 127-140. ISSN: 1981-1179. Disponível em < <https://cutt.ly/jhNpIS1>>. Acesso em: 11. Março. 2020.
- ELIANA, Maria; FILIPE, Saul; LIMA, Jéssica; LIRA, Cíntia; MALAQUIAS, Lucélia. Qualidade de vida do idoso fragilizado e institucionalizado. *Acta Paul Enferm.* 2015; 28(4):361-6. Disponível em < <https://cutt.ly/fhNpXan>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- FÁTIMA, Maria; KEYLLA Elisângela; MICHELLY, Alliny; PATRICIÁ, Isabelle; ROCHA, Elias; THUANE, Jéssica. Percepção dos idosos quanto aos benefícios da prática da atividade física: um estudo nos Pontos de Encontro Comunitário do Distrito Federa. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2019;41(2):142---149. Disponível em < <https://cutt.ly/ZhNp0Hb>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- FONSECA, Suzana Carielo da. O envelhecimento ativo e seus fundamentos. *Portal Edições Envelhecimento*. 1. Ed. - São Paulo 2016. Disponível em < <https://cutt.ly/TyVPABT>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- HERBERTO, Rodolfo; NIELSSON, Jordana; PAULA, Ana. Efeitos do exercício físico em idosos fragilizados: uma revisão sistemática. *Fisioter Pesqui.* 2019;26(2):210-217. Disponível em < <https://cutt.ly/shNp5tg>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- PRADO, Shirley Donizete; SAYD Jane Dutra. A gerontologia como campo do conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político. Departamento de Nutrição Social, Instituto de Nutrição da Uerj. Rua São Francisco Xavier 524, 12o andar, Bloco D, Pavilhão João Lyra Filho, Maracanã, 20550-900, Rio de Janeiro RJ. Disponível em < <https://cutt.ly/lyjsC20>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- KARINE, Luciana; OLIVEIRA, Aline. Atividades e motivação para a adesão em grupos de convivência para idosos. *Estud. interdiscipl.envelhec.*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 755-769, 2015. Disponível em < <https://cutt.ly/0hNatqz>> Acesso em: 16. Julho. 2020.
- KARINE, Luciana; OLIVEIRA, Aline. Grupos de convivência para idosos: participantes, egressos e desinteressados. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 1045-1060, 2015. Disponível em < <https://cutt.ly/LhNaiV1>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- LEITE, Jair Kleyson Sousa; SOARES, Jandson De Oliveiras; LIMA, Beatriz Santana de Souza; MONTEIRO, Elaine Kristhine Rocha; SANTOS, José Augustinho Mende. Avaliação do sentimento de pessoas idosas institucionalizadas. *Revista Eletrônica Estácio Saúde* ISSN1983-1617 (online). Santa Catarina. Vol.9. Número 1. 2020. Disponível em < <https://cutt.ly/6yjaP7S>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- LOURENÇO, Tiago Trocato. Sentimentos de Solidão e Depressão em Idosos Institucionalizados. (Projeto de Mestrado em Gerontologia). - Instituto Politécnico de Castelo Branco. Escola Superior de Educação. Disponível < <https://cutt.ly/ryjaV0K>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- MACEDO, Daniela; SILVA, Lidiane; VIEIRA, Fábio. Qualidade de vida dos idosos que participam de grupos de convivência. *Simpósio de Ciências Avançadas 13-14-15-16*. Outubro. 2015. Disponível em < <https://cutt.ly/EhNadZw>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- Missio MM, Vieira SP. Experiência em grupos de convivência de idosos: interfaces com a terapia ocupacional. *Rev Bras Promoç Saúde*. 2019;32:7436. Disponível em < <https://cutt.ly/PhNakwL>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- MOURA, Maria Martha Duque de; VERAS, Renato Peixoto. Acompanhamento do envelhecimento humano em centro de convivência. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 27 [1]: 19-39, 2017. Disponível em <https://cutt.ly/nhNacaK>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- RAUBER, Liliane; COSTA, Arlete Eli Kunz; PISSAIA, Luís Felipe. A percepção de idosos sobre a participação em atividades de um grupo de convivência. *REVISTA ESPAÇO CIÊNCIA & SAÚDE*, Cruz Alta - RS v. 7, n. 1, p. 1-8, jul./2019. Disponível em < <https://cutt.ly/0hNaQm1>> Acesso em: 16. Julho. 2020.
- SCHOFFEN LL, Santos WL. A importância dos grupos de convivência para os idosos como instrumento para manutenção da saúde. *Rev. Cient. Sena Aires*. 2018; 7(3): 160-70. Disponível em < <https://cutt.ly/YhNaYQD>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- SILVA, R. D. Grupo de convivência: percepção dos idosos em uma unidade básica de saúde. *REFACS*, Uberaba, MG, v. 6, n. 3, p. 432-438, 2018. Disponível em: < <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/2160/pdf>>. Acesso em: 20. Julho. 2020.
- SILVA, Ricardo Dias da. *REFACS* (online) 2018; 6(3):432-438. Grupo de convivência: percepção dos idosos em uma unidade básica de saúde. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 2018, 6(3), ISSN: 2318-8413. Disponível < <https://cutt.ly/RhNdBwH>>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- SOUZA BN, Paula GR, Oliveira LMAC, Santos LF, Barbosa MA, Brasil VV. Quality of life assessment for health promotion groups. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2016; 69(2):222-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690206i>. Acesso em: 16. Julho. 2020.
- BARBOSA, Keylla Talitha Fernandes, OLIVEIRA, Fabiana Maria Rodrigues Lopes de, FERNANDES, Maria das Graças Melo. Vulnerabilidade da pessoa idosa: análise conceitual. Disponível em <<https://cutt.ly/nhNftKa>>. Acesso em: 21. Dezembro. 2020..

Recebido em: 12 de junho de 2020
Avaliado em: 14 de julho de 2020
Aceito em: 21 de dezembro de 2020

¹ Bacharelado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)
E-mail: viniciusalmeida.20@outlook.com

² Professora orientadora, docente do curso de Psicologia e Coordenadora do Serviço-Escola de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF), Psicóloga, Pós-Graduada em Administração Escolar e Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pós-Graduada em Neuropsicologia pela CPHD-CPN/UNIFESP, Pós-Graduada em Terapia Cognitivo-Comportamental pela NTCBA-FACCAT. Com formação em Reabilitação Neuropsicológica pelo INAP-CPN/UNIFESP. E-mail: prof.lucimarybezerra@gmail.com

A QUALIDADE DE VIDA DE DOCENTES BRASILEIROS NO ENSINO MÉDIO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

THE BRAZILIAN TEACHERS' QUALITY OF LIFE IN HIGH SCHOOL:
A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Maxwel da Silva Dias¹

Liberalina Santos de Souza Gondim²

RESUMO: Esta pesquisa tem como principal objetivo investigar artigos científicos sobre qualidade de vida dos docentes brasileiros do ensino médio, com uma metodologia de pesquisa do tipo revisão sistemática de literatura. Realizou-se levantamento de dados no mês de outubro de 2020, utilizou-se os descritores: qualidade de vida; ensino médio; professor; docente. Os critérios de inclusão da pesquisa foram: artigos científicos brasileiros publicados entre 2016 e 2020 nas bases de dados eletrônicas Scielo e Pepsic. Foram excluídos: trabalhos em idioma diferente do português, artigos indisponíveis ou pagos e revisões de literatura. Os resultados mostram que a maioria dos autores 24 dos 35, são doutores; as Qualis das revistas onde foram feitas publicações são duas A1, duas A2 a duas B1; e as regiões sudeste e sul tem mais produções quando comparada as demais. Ao fim deste trabalho foi verificado a necessidade de produzir de pesquisas de psicologia sobre o tema.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Professor. Docente. Ensino médio.

ABSTRACT: This research has as main objective to investigate scientific articles on quality of life of Brazilian high school teachers, with a research methodology such as systematic literature review. Data were collected in October 2020, using the descriptors: quality of life; high school; teacher; teacher. The research inclusion criteria were: Brazilian scientific articles published between 2016 and 2020 in the electronic databases Scielo and Pepsic. The following were excluded: works in a language other than Portuguese, articles that were unavailable or paid for and literature reviews. The results show that most of the authors, 24 of the 35, are doctors; the Qualis of the magazines where publications were made are two A1, two A2 to two B1; and the southeast and south regions have more production when compared to the others. At the end of this work, it is necessary to produce research on psychology on this topic.

Keywords: Quality of life. Teacher. High school.

1 INTRODUÇÃO

Para definir qualidade de vida no ano de 1995, foram reunidos especialistas de várias partes do mundo e assim definiram qualidade de vida como a percepção do “indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (THE WHOQOL GROUP, 1995, p 1405). Entretanto para França (2004), a expressão Qualidade de Vida no Trabalho consiste no aglomerado de iniciativas elaboradas por uma organização, com o fim de desenvolver um plano de ações que possua como objetivo dar um *upgrade* no ambiente de trabalho por meio do uso da tecnologia e de uma administração competente.

A qualidade de vida é um aspecto essencial da saúde física e mental do ser humano, o que pode ser afetado pela exaustão (NAZ; HASHMI; ASIF, 2016). Em geral, é um construto que pode ser avaliado por questionários sobre satisfação em aspectos da vida ou nível de engajamento em diferentes tipos de atividades (KUHLTHAU et al., 2018).

Para Assunção, (2008, p. 3) as condições de trabalho são:

As circunstâncias em que o trabalho é realizado e compreendem tanto aspectos do ambiente quanto da sua organização. Quando as condições são precárias e o volume de atividades se torna excessivo, exigindo altas demandas físicas e emocionais, acaba comprometendo a eficiência do professor.

Aspectos como: períodos noturnos, ritmo forte, solicitações de aumento de produtividade, poucos momentos de lazer, descanso, cuidados pessoais ou exercício físico (MALIK; BJÖRKQVIST; ÖSTERMAN, 2017), afetam diretamente a qualidade de vida dos professores.

O trabalho docente requer do profissional um tempo de dedicação maior, tendo em vista que não se trata de um trabalho que se encerra ao final da jornada de horas regulamentadas, pois o profissional geralmente leva atividades para casa. Suas atribuições requerem um tempo maior de dedicação, pois os professores precisam se atualizar profissionalmente, participar de planejamentos e reuniões, elaborar e corrigir provas e trabalhos, além de organizar e participar de atividades diversas que fazem parte do calendário letivo (SILVA; MAIA, 2019).

Segundo Soares e Henig (2019, p. 98) a preocupação com a qualidade vida no trabalho:

Não é exclusiva do setor privado, ocupando importante espaço nos setores públicos e nas mais diferentes áreas da administração pública. A educação é uma categoria sensível no que diz respeito a satisfação dos trabalhadores, uma vez que estes são responsáveis pela formação educacional de crianças e dos jovens brasileiros.

Os efeitos do sofrimento psicológico, como esgotamento e redução da qualidade de vida, podem afetar a motivação e realização profissional da maioria dos trabalhadores (LYNDON et al., 2017). Goya, Bzuneck e Guimarães (2008) afirmam que um professor motivado, entusiasmado em sua atuação no ensino, tende mais facilmente a influenciar os seus alunos para um processo de aprendizagem eficaz. Por outro lado, professores desanimados, descomprometidos ou apáticos terão provavelmente alunos igualmente desmotivados, o que é intuitivamente plausível.

Este artigo é relevante ao propor evidenciar por meio de uma revisão de literatura a qualidade de vida dos professores, incluindo condições de trabalho, bem-estar físico e psicológico, e relações interpessoais. Acrescentando mais embasamento teórico para o campo científico ao identificar as lacunas na literatura e indicar possíveis estudos futuros na área. Para o meio social, a contribuição está em buscar evidências de como pode ser melhorado o ambiente para os profissionais que estão no ensino.

As publicações encontradas na literatura, servem de suporte para pesquisadores que estudam ou venham a estudar a qualidade de vida dos professores. Neste sentido, como as pesquisas publicadas podem contribuir para a compreensão da qualidade de vida dos professores brasileiros do ensino médio?

Esta pesquisa tem como principal objetivo investigar artigos científicos sobre qualidade de vida do docente brasileiros do ensino médio, além de descrever os principais aspectos que afetam a

qualidade de vida dos professores e de analisar a qualidade dos artigos e as metodologias utilizadas nas pesquisas.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho tem uma metodologia de pesquisa do tipo revisão sistemática de literatura, desenvolvido em torno do tema qualidade de vida dos docentes brasileiros no ensino médio. Realizou-se levantamento de dados no mês de outubro de 2020, utilizou-se os descritores: qualidade de vida; ensino médio; professor; docente; com as respectivas combinações nas ferramentas de busca dos periódicos: “qualidade de vida” AND “professor”, “qualidade de vida” AND “docente”, “qualidade de vida” AND “ensino médio” e “professor” AND “ensino médio”.

Os critérios de inclusão da pesquisa foram: artigos científicos brasileiros sobre qualidade de vida em docentes do ensino médio publicados entre 2016 e 2020 nas bases de dados eletrônicos *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic). Foram excluídos: trabalhos em idioma diferente do português, artigos indisponíveis ou pagos e revisões de literatura.

Os artigos pré-selecionados passaram por leitura dos resumos para verificar se tinham relevância para a temática, resultando em um número final de 10 artigos. A metodologia de coleta dos dados foi composta pelas seguintes etapas: levantamento bibliográfico em meio eletrônico, categorização dos estudos - foi construído uma tabela para registro e categorização das informações de cada artigo científico: ano de publicação, autores, título, revista, metodologia e principais resultados, para posterior análise, finalizando com a avaliação dos estudos incluídos na revisão, A análise dos dados levantados foi feita por meio de estatística descritiva.

Os resultados encontrados nesta pesquisa poderão ser publicados em revista científica ou apresentados em eventos na área da saúde e educação. Por se tratar de um estudo de revisão sistemática de literatura, que utiliza dados de domínio público, o presente estudo não oferece nenhum risco à comunidade. Quanto aos benefícios dessa pesquisa, estão relacionados à síntese e a divulgação do conhecimento científico já produzido na área. A amostra do estudo foi obtida aplicando todos os critérios de inclusão e exclusão de acordo com o fluxograma (figura 1) a seguir.

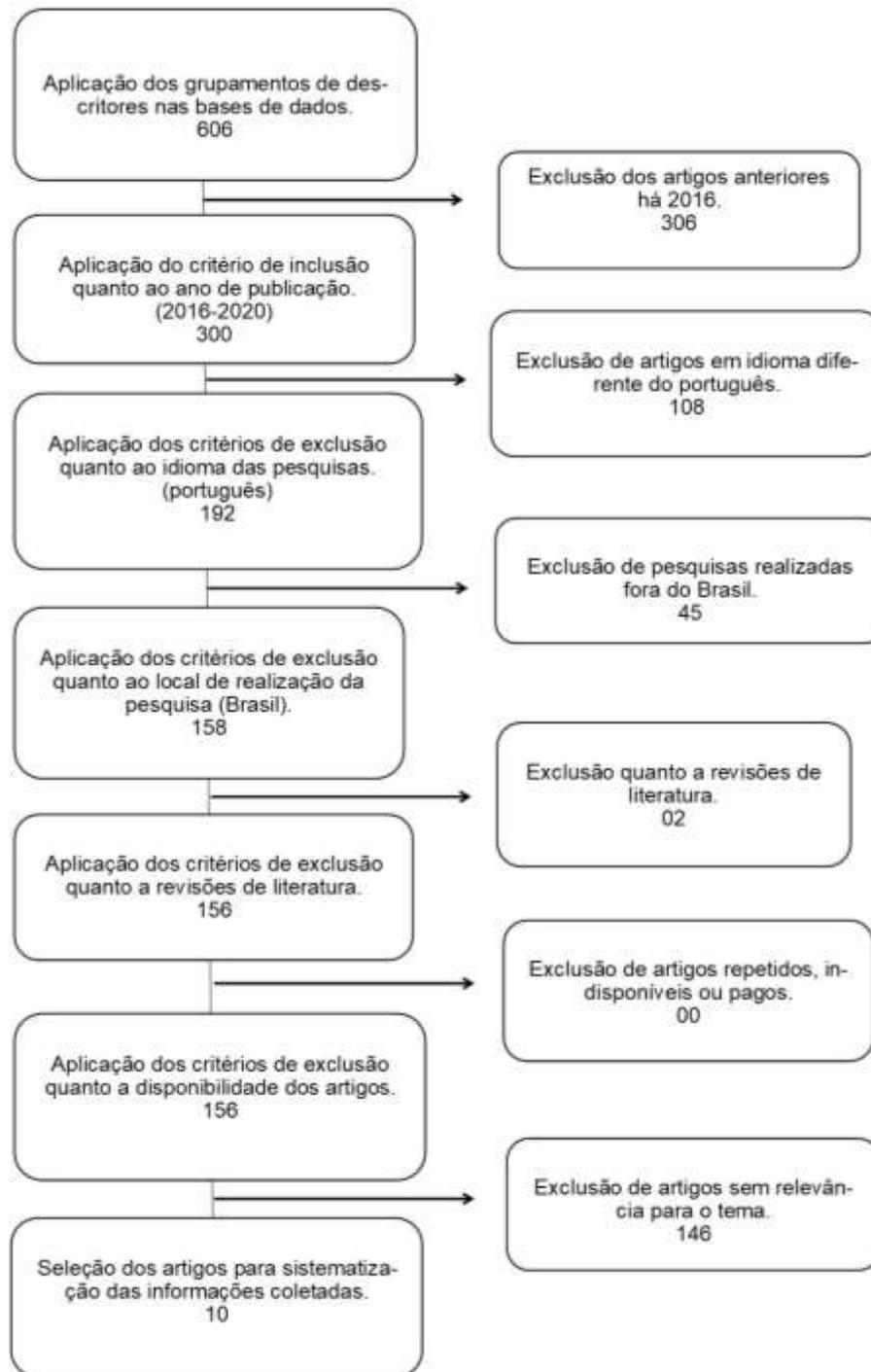


Figura 1: Fluxograma de seleção dos artigos

Do total de 606 artigos chegou-se ao valor final de 10 selecionados, após a aplicação de todos os critérios de inclusão e exclusão, para sistematização das informações coletadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira característica observada nos artigos selecionados foi a frequência por ano, o que resultou nos seguintes dados: 2016 - três artigos, 2017 - três, 2018 - um e 2019 - três. O que pode ser compreendido por uma frequência de três (3) trabalhos por ano, com exceção do ano de 2018 que teve somente um (1) e do ano de 2020 que até o momento da revisão não apresentou nenhum trabalho para análise. Demonstra-se que os pesquisadores que publicam nas bases de dados Scielo e Pepsic, em geral, não estão relacionando o conceito de qualidade de vida ao trabalho de professores, principalmente quando se refere ensino médio. Desta forma, evidencia-se uma lacuna no meio científico e abre-se oportunidade de trabalhos futuros a serem desenvolvidos com essa temática.

Quadro 1 - Categorização dos artigos

Nº do artigo	Autores	Título	Delineamento
1	PEREIRA e ZUIN.	Autoridade enfraquecida, violência contra professores e trabalho pedagógico.	Exploratório em formato de estudo de caso.
2	MASSON; FABBRON e LOIOLA-BARREIRO.	Aquecimento e desaquecimento vocal em professores: estudo quase-experimental controlado.	Interventivo prospectivo, exploratório, quase-experimental.
3	LIMOEIRO et al.	Comparação da ocorrência de sinais e sintomas de alteração vocal e de desconforto no trato vocal em professores de diferentes níveis de ensino.	Transversal, observacional e quantitativo.
4	ALBUQUERQUE et al.	Exploração e Sofrimento Mental de Professores: um Estudo na Rede Estadual de Ensino do Paraná.	Levantamento transversal de dados e interpretação materialista histórico-dialética.
5	PUGLIESE.	O trabalho do professor de Física no ensino médio: um retrato da realidade, da vontade e da necessidade nos âmbitos socioeconômico e metodológico.	Estudo de caso.
6	SILVA e SILVA	Trabalho docente e educação integrada nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco.	Análise documental e análise de conteúdo.
7	SCHUHMACHER; ALVES FILHO e SCHUHMACHER.	As barreiras da prática docente no uso das tecnologias de informação e comunicação.	Análise documental.
8	GUERREIRO et al.	Perfil Sociodemográfico, Condições e Cargas de Trabalho de Professores da Rede Estadual de Ensino de um Município da Região Sul do Brasil.	Epidemiológico observacional do tipo transversal e quantitativo.
9	FILLIS et al.	Frequência de problemas vocais autorreferidos e fatores ocupacionais associados em professores da educação básica de Londrina, Paraná, Brasil.	Estudo transversal,
10	PIMENTEL et al.	Percepção do ruído, saúde auditiva e qualidade de vida de professores de escolas públicas.	Pesquisa descritiva, transversal, com abordagem quantitativa, de natureza aplicada.

O segundo aspecto analisado foram as formações dos autores, sempre com a intenção de verificar artigos com um grau de relevância para a revisão. Foi verificado que em todos os trabalhos tiveram as participações pesquisadores de nível de doutorado, totalizando de vinte e quatro. Assim seis estudos foram produzidos exclusivamente por doutores, em quatro dos trabalhos teve a presença de seis mestres e em três contou com a colaboração de cinco Graduados (Quadro 2).

Quadro 2: Área de especialização dos autores

Doutores	
Educação	9
Saúde Coletiva	5
Fonoaudiologia	3
Medicina Preventiva e Saúde Pública	3
Educação Científica e Tecnológica	1
Química	1
Saúde Pública	1
Comunicação Humana	1
Mestres	
Distúrbios da Comunicação Humana	3
Fonoaudiologia	1
Saúde Coletiva	1
Enfermagem	1
Graduados	
Enfermagem	3
Fonoaudiologia	2

Nenhum dos autores identificados são da área de psicologia. Uma possibilidade é que os pesquisadores psicólogos estejam pesquisando mais a qualidade vida em outras profissões, com o público discente, ou o mesmo realizando estudos com docentes, porém sem foco na qualidade de vida. Outra possibilidade é que eles estejam publicando em revistas de outras bases de dados não utilizadas neste estudo. O que evidencia uma possível lacuna no campo científico, entretanto, também é uma oportunidade para especialistas da psicologia escolar e organizacional explorar estudos que envolvam a qualidade de vida no trabalho e o exercício do docente.

Outro ponto importante são o número de publicações por revista científica: Educar em Revista - dois, CoDAS - dois, Trabalho, Educação e Saúde - dois, Ciência e Educação - dois, Cadernos de Saúde Pública - um, e Audiology Communication Research - um. Desse modo, temos em destaque as revistas Educar em Revista, CoDAS, Trabalho, Educação e Saúde e Ciência e Educação com duas publicações em cada.

Mesmo com poucos artigos publicados, podemos averiguar que as revistas de educação lideram quanto ao número de publicações representando seis, seguidas pelas de audiologias com três e a de saúde com um dos trabalhos aprovados. Os valores obtidos demonstram que o tema da qualidade de vida do professor brasileiro no ensino médio apresenta uma lacuna nas áreas de Educação e Saúde, pois número pequeno de publicações nos impede de fazer inferências mais amplas.

Sobre a relevância dos artigos, foi usado a plataforma sucupira para identificar o Qualis das revistas. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2009, *s.n*), “o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos”. É feito a avaliação de eventos e periódicos e atribuídos uma classificação para eles. A CAPES (2009, *s.n*) afirma que “Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero”. (figura 2).

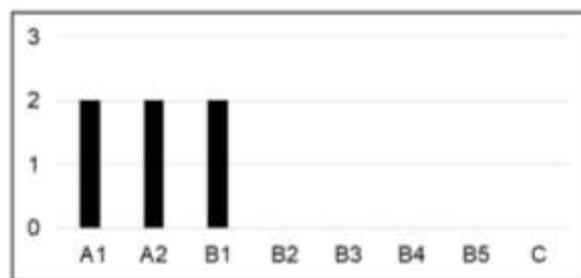


Figura 2: Classificação Qualis CAPES dos artigos

Essa classificação é revisada anualmente, podendo ter mudanças de níveis nos periódicos, elevar o reduzir o conceito. Desta forma, o Qualis das revistas dos artigos pré selecionados, para a área de avaliação Educação foram: Educar em Revista - A1, Ciência e Educação - A1, CoDAS - A2, Trabalho, Educação e Saúde - A2, Cadernos de Saúde Pública - B1 e Audiology - Communication Research - B1. Demonstra-se um bom nível de relevância das publicações seletas para esse trabalho, pois todos os artigos estão em revistas com os maiores conceitos na escala Qualis da CAPES. Assim, sua importância para o meio acadêmico corrobora para os dados desta revisão.

Os objetivos dos artigos selecionados podem ser encontrados e organizados no Quadro 3.

Quadro 3: catalogação dos objetivos dos artigos

Nº do artigo	Objetivo
1	Analisar as ligações existentes entre desautorização e violência escolar contra o professor em uma instituição de educação básica e avaliar seus possíveis efeitos no trabalho pedagógico.
2	Investigar os efeitos imediatos de um programa de AV/DV como estratégia protetora da voz de professores no contexto docente.
3	Analisar e comparar a ocorrência de sinais e sintomas de voz e de desconforto no trato vocal em docentes de diferentes níveis de ensino.

4	Expor a relação entre o grau de exploração do professor e o sofrimento mental.
5	Compreender os limites das relações entre ensino de Física e pesquisa no Brasil, pensando na organização do trabalho do professor.
6	Analisar as novas condições de trabalho docente nas políticas públicas de educação integrada do ensino médio de Pernambuco, induzidas pelo governo estadual.
7	Investigar a proposta de inserção do uso das TIC de forma curricular (formal), além das informações sobre a inserção das TIC nos cursos de Licenciatura e as percepções destes sobre o uso na prática docente.
8	Descrever o perfil sociodemográfico, o econômico, as condições de trabalho e as cargas de trabalho de professores da rede estadual de ensino de Londrina/PR.
9	Identificar a prevalência da percepção de problemas vocais frequentes de professores da educação básica.
10	Investigar a percepção sobre o ruído, bem como questões referentes à ocorrência de sintomas auditivos e extra auditivos, decorrentes da exposição contínua ao ruído, e a qualidade de vida de professores do ensino fundamental e médio de escolas públicas.

Nos objetivos percebe-se uma preocupação a respeito de como o professor está, físico e emocionalmente, para o exercício de sua atividade. São quatro trabalhos que investigam as condições auditiva (um) e vocal (três), dos docentes (Masson, Fabbron, Loiola-Barreiro, 2019; Limoeiro et al., 2019; Fillis et al., 2016; Pimentel et al., 2016). Essas pesquisas são muito importantes, pois a ferramenta de trabalho da maioria dos docentes é a sua voz, assim, há relevância em trabalhos voltados para o entendimento de formas de melhorar ou amenizar os desconfortos causados ao corpo.

Um trabalho Schuhmacher, Alves Filho e Schuhmacher, (2017) dedicou-se a compreender a inserção e adaptação dos profissionais com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), apresentando o desafio reinventar sua forma de ensinar e renovar-se para manter atualizado, principalmente em um tempo em que inovações aparecem a todo o momento.

A outra metade dos trabalhos (figura 3) focou em investigar como os docentes estão amparados para suas atividades diárias, de modo que três publicações falam das condições de trabalhos encontrados pelos profissionais (Pugliese, 2017; Silva, Silva, 2017; Guerreiro et al., 2016) e outros dois aprofundam mais na violência ou exploração sofridas pelos professores (Pereira, Zuin, 2019; Albuquerque et al., 2018). Neste sentido, o ambiente pode afetar muito a qualidade de vida geral e qualidade de vida no trabalho de um sujeito, podendo proporcionar uma diminuição do desempenho e ocasionar problemas emocionais, em alguns casos levando a um afastamento de suas atividades.

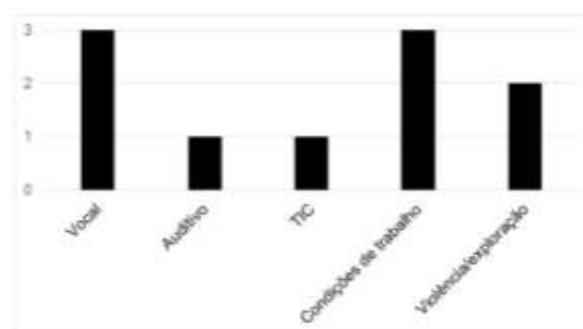


Figura 3: Foco de investigação dos artigos

Para analisar os aspectos metodológicos dos artigos, foram coletadas as informações de público e local onde foram realizadas as pesquisas. No total, foram selecionados 3426 participantes para os estudos, com o tamanho amostral oscilando de 11 a 1201 sujeitos com o desvio padrão de 464,6. Isto indica que existe muita dispersão nos dados, que as amostras variam muito de estudo para estudo. O quantitativo de escolas investigadas é impreciso, visto que metade dos trabalhos reportavam: escolas públicas e privadas (Limoeiro et al., 2019); rede estadual (Albuquerque et al., 2018); escolas públicas (Pugliese, 2017); escolas técnicas estaduais (Silva, Silva, 2017); ensino médio e superior (Schuhmacher, Alves Filho, Schuhmacher, 2017). A outra metade conta com 57 instituições que variam de uma a 20 escolas por artigo com desvio padrão de 7,96.

Quase todas as regiões brasileiras foram representadas pelos estudos desenvolvidos (figura 4), a exceção ficou com a região Centro-Oeste que não apresentou nenhum. A região norte exibiu um artigo (Acre), as regiões Nordeste (Bahia e Pernambuco) e Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) estão empatadas por proporcionar duas publicações cada. O maior número de trabalhos oferecidos para esta revisão foi a região sul (Paraná, Rio grande do Sul e Santa Catarina) representando metade dos artigos deste trabalho. Destaca-se o Paraná com três publicações. Dado importante, que mostra maior parte das pesquisas sendo desenvolvidas nas regiões sul e sudeste do Brasil. O motivo pode ser proveniente de incentivos e acessos facilitados por instituições de pesquisa. Ressalta-se que a maioria dos trabalhos são da área da saúde e principalmente audiologia, de modo que a região Sul é um grande polo acadêmico da área da saúde.

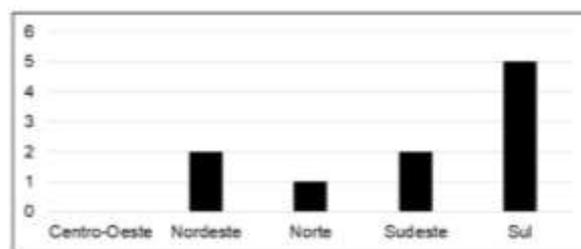


Figura 4: Classificação dos artigos por região.

Sobre a metodologia dos estudos, destaca-se as pesquisas transversais: como de Limoeiro et al. (2019) que foi transversal, observacional e quantitativo; a de Albuquerque et al. (2018), do tipo levantamento transversal de dados e interpretação materialista histórico-materialista, além de Guerreiro et al. (2016) com modelo epidemiológico observacional do tipo transversal e quantitativo; Fillis et al. (2016), com estudo transversal; e Pimentel et al. (2016), com uma pesquisa transversal de abordagem qualitativa e natureza aplicada.

Dois trabalhos realizaram uma pesquisa exploratória e formato de estudo de caso (Pereira, Zuin, 2019; Pugliese, 2017). Também houveram trabalhos como o de Silva e Silva (2017) utilizando análise documental e a análise de conteúdo, e o de Schuhmacher, Alves filho e Schuhmacher (2017) com análise

documental. Apenas um trabalho realizou uma intervenção prospectiva, exploratório, quase-experimental (MASSON; FABBRON; LOIOLA-BARREIRO, 2019). De modo que, percebe-se uma variação quanto a metodologia aplicada na realização dos trabalhos.

Os principais instrumentos usados nas pesquisas foram questionários e entrevistas com os participantes. Em nove dos trabalhos analisados, pode ser observado que o uso dessas técnicas pelos autores é a mais utilizada, por gerar dados mais precisos em volta de um tema específico, especialmente quando se trabalha com um número grande de participantes. Os tipos de questionários encontrados podem ser expressos como elaborados pelos pesquisadores (em todos os artigos) e os instrumentos já validados (dois artigos) para servir como suporte, representados pelos seguintes instrumentos: O *Self-Reporting Questionnaire-20* utilizado na pesquisa de (Albuquerque et al., 2018) e *WHO Quality of life Questionnaire - Bref (WHOQOL-Bref)* utilizado na pesquisa de (PIMENTEL et al., 2016).

Na literatura parece não haver questionários prontos e testados que abranjam todas as áreas da qualidade de vida no trabalho, logo a construção de formulários com questões pontuais, parece tornar-se mais atrativo para os pesquisadores. Porém para ter um embasamento teórico mais robusto, a aplicação de um questionário já validado junto ao de autoria própria, torna o estudo mais relevante para o meio acadêmico, assim como a utilização de entrevistas associadas aplicação de escalas.

O único a não aplicar um questionário, foi o trabalho de Masson, Fabbron e Loiola-Barreiro (2019), pois adotou um delineamento exploratório quase-experimental com os professores. Alocados no grupo experimental (GE), realizaram Aquecimento Vocal (AV) prévio e Desaquecimento Vocal (DV) posterior à aula. Os professores do grupo controle (GC) não realizaram AV prévio e ficaram em repouso vocal após a aula. Compararam-se os dados intergrupos (GE vs. GC) e intragrupos (pré vs. pós-teste), segundo avaliação perceptivo-auditiva, análise acústica e desconforto autorreferido.

A metodologia mostra-se pertinente por ter uma técnica aplicada comparativa de dois grupos distintos, o gera um nível maior de confiança. Vale ressaltar que o avaliador não sabe qual o grupo que está avaliando, o que poderia causar uma tendência nos resultados, atendendo-se a questão de o trabalho ser quase-experimental e por não ter como controlar todas variáveis que podem interferir no resultado.

Os aspectos éticos foram mencionados em 06 estudos, descrevendo o protocolo de aprovação em comitê de ética, riscos e benefícios do estudo (MASSON; FABBRON; LOIOLA-BARREIRO, 2019; LIMOEIRO ET AL., 2019; ALBUQUERQUE ET AL., 2018; GUERREIRO ET AL., 2016; FILLIS ET AL., 2016; PIMENTEL ET AL., 2016). Porém, 04 pesquisas não mencionam os aspectos éticos em suas metodologias, o que pode ser preocupante, tendo em vista que todas foram pesquisas de campo e envolveram seres humanos, e estes precisam ser preservados.

Os principais resultados encontrados nas publicações serão apresentados a seguir. No que se refere aos trabalhos que investigaram a questão vocal dos participantes, os autores não encontraram grande sinais de desconforto no trato vocal dos professores. Um dos trabalhos relatou que 25% dos

professores apresentaram dificuldades e associaram a jornada estressante do trabalho, longas cargas horárias, percepção ruim de salário e sem benefícios de saúde, além de turmas lotadas e, dependendo da localidade, a exposição ao giz e microrganismos, contanto com os aspectos psicológicos (menor realização profissional, baixa oportunidade de expressar opiniões, pior relacionamento com superiores e equilíbrio entre a vida profissional e pessoal), juntamente com situações de violência como insultos e assédio moral (FILLIS et al., 2016).

A publicação de Masson, Fabbron e Loiola-Barreiro (2019) ressalta a importância do aquecimento vocal, que melhorou a qualidade vocal e diminuiu desconforto do corpo e particularmente relacionado a voz. Porém, não apresentou diferença entre o grupo experimental e o grupo controle, nem na etapa de desaquecimento vocal. Entretanto, os trabalhos evidenciam a mudança da qualidade de vida desses docentes quando sofrem com um aspecto físico. O estudo de Pimentel et al. (2016) que investigou do ruído auditivo, corrobora com esse resultado, pois muitos dos pesquisados apresentaram problemas de efeito auditivo ou extra auditivo, quanto aos escores do questionário WHOQOL-Bref. Aqueles sem intolerância a sons intensos e zumbidos apresentaram melhor qualidade de vida nos domínios físico e social.

O único trabalho Schuhmacher, Alves Filho e Schuhmacher (2017) com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) trouxe resultados que a princípio poderiam ser considerados “barreiras”, mas se mostrou sendo efetivamente um “obstáculo”. Para o autor, uma barreira é algo fácil de ser superado, porém um obstáculo é algo que demanda mais que o esforço do próprio professor para superar. Para a prática docente os pesquisadores identificaram três grupos de obstáculos: estrutural, epistemológico e didático.

Um dos três artigos que focaram nas condições do ambiente de exercício dos docentes, relatou que a ampliação da jornada escolar, no ensino médio das escolas estaduais de Pernambuco, vem acontecendo com a intensificação do trabalho docente, através da pressão por resultados e da perspectiva gerencial adotada (SILVA; SILVA, 2017). Ainda nesta pesquisa, as experiências analisadas, a ênfase no reforço escolar, a intensificação do tempo de trabalho e do estudo em sala de aula, assim como o sentimento de encarceramento de docentes e discentes significam um processo de precarização do trabalho docente e da própria escola.

Outro trabalho complementa com dados quanto às características dos vínculos profissionais, de modo que 42,9% trabalhavam em até dois locais e 64,2% lecionavam em pelo menos dois turnos (GUERREIRO et al., 2016). Além disso, aspectos como remuneração, quantidade de alunos por sala e infraestrutura foram relatados como negativos (ruim/regular). Em relação às cargas de trabalho, as cargas físicas, fisiológicas e psíquicas, para mais da metade deles, afetam muito sua saúde e condições de trabalho.

Pugliese (2017) completa expondo a realidade do trabalho, que lhes impede de preparar melhor suas aulas e de tornar a disciplina de física mais prazerosa para os alunos, como eles têm vontade. Assim,

mantêm aulas expositivas, ensinando a física clássica de modo tradicional, demonstrando necessidade de mudanças urgentes. De modo geral, todos os trabalhos trouxeram pontos negativos quanto a estrutura e como as condições de trabalho influenciam no desempenho profissional desses professores.

Os dois artigos apresentam dados relevantes sobre a prevalência de casos indicativos de distúrbios psíquicos em professores Albuquerque et al. (2018), demonstra indícios de associação com diversas formas de exploração no trabalho docente, de modo que os professores associam a violência, que dizem sofrer, ao enfraquecimento de sua autoridade, cujas consequências têm afetado diretamente seu desempenho profissional. Contudo, Pereira e Zuin (2019) ressaltam que apesar de existir entre os professores um clima de insegurança e medo, ficou evidente que estes não são vítimas diretas de graves violações, mas de microviolências. Entretanto, guiados por um imaginário da violência escolar, agem como se assim o fossem. Compreende-se que os níveis de violência/exploração afetam diretamente a psiquê de docentes e consequentemente a qualidade de vida deles.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de revisão da qualidade de vida do docente brasileiro no ensino médio foi desenvolvido com a limitação de leitura de artigos somente na língua portuguesa e com a utilização de apenas duas bases de dados eletrônicos, o *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e o Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic). Além disso, pelo número pequeno de publicações, faz-se necessário mais estudos, em conjunto com outros profissionais e principalmente com o foco em intervenção que visem a melhoria da qualidade de vida nesses docentes.

Ao identificar na literatura apenas 10 sobre qualidade de vida em docentes do ensino médio, evidencia-se a necessidade de investimento maior em pesquisas nessa área. Porém, apesar dos dados obtidos neste estudo não poder ser generalizado, obteve-se informações importantes sobre aspectos relacionados ao tema, assim como sobre a qualidade das publicações dos último cinco anos. Pode ser observado que as pesquisas contam com a maioria dos seus autores em nível de doutorado, vinte e quatro dos trinta e cinco, assim como elevadas classificações Qualis CAPES, duas A1, duas A2 a duas B1, que maiores conceitos na escala.

As metodologias dos estudos são diversificadas, variando de estudos transversais, estudos de casos, análise documental e pesquisa quase-experimental, com os principais instrumentos usados sendo questionários e entrevistas, em 90% (nove) dos trabalhos analisados, e perguntas elaboradas pelos próprios autores para gerar dados mais precisos em volta dos tema específicos de cada artigo.

As publicações não apresentaram conteúdos de ocorrência de sofrimento físico dos docentes, mas o que foi apresentado foram os sofrimentos emocionais e psicológicos, principalmente quando a grande jornada de trabalho, cobrança de resultados, questão salarial e infraestrutura, como as maiores queixas dos professores.

Desde modo, fica uma sugestão de trabalho similar ser desenvolvido, que abranjam pesquisas em línguas estrangeiras e aumente o número de base de dados a serem utilizadas. Faz-se necessário ainda trabalhos interdisciplinares para uma visualização das necessidades docentes de maneira integral, além de ações que favoreçam a mobilização de políticas voltadas para a atenção em saúde do trabalhador docente.

Pode ser ressaltado, a ausência de trabalhos produzidos por autores da área de psicologia, clarificando a lacuna que pode ser preenchida principalmente por pesquisadores da área de psicologia escolar e organizacional, com pesquisas desenvolvidas entorno do tema de qualidade de vida dos docentes.

5 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, G. S. C. et al. Exploração e Sofrimento Mental de Professores: um Estudo na Rede Estadual de Ensino do Paraná. **Trab. educ. saúde** [online]. v. 16, n. 3, p.1287-1300, ago. 2018. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00145>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v16n3/1678-1007-tes-1981-7746-sol00145.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- ASSUNÇÃO, A. A. Saúde e mal-estar do(a) trabalhador(a) docente. In: **VII SEMINÁRIO REDESTRADO NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA**, 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: 4-5, jul. 2008. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/estrado/cdrom_seminario_2008/textos/ponencias/Ponencia%20Ada%20Avila.pdf>. acesso em: 28 abr. 2020.
- CAPES. **Plataforma Sucupira**: Qualis. 2009. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 05 outubro 2020
- FILLIS, M. M. A. Frequência de problemas vocais autorreferidos e fatores ocupacionais associados em professores da educação básica de Londrina, Paraná, Brasil. **Cad. Saúde Pública** [online]. v. 32, n. 1, p.1-10, fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00026015>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v32n1/0102-311X-csp-0102-311X00026015.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- FRANÇA, A. C. L. **Qualidade de vida no trabalho-QVT**: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2649486/mod_resource/content/1/LIMONGI-FRAN%C3%87A%202004%20Qualidade%20de%20Vida%20no%20Trabalho.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- GOYA, A.; BZUNECK, J. A.; GUIMARÃES, S. É. R. Crenças de eficácia de professores e motivação de adolescentes para aprender Física. **Revista Semestral da associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 12, n.2, p. 51-67, jan. / jul. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v12n1/v12n1a05.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- GUERREIRO, N. P. Perfil Sociodemográfico, Condições e Cargas de Trabalho de Professores da Rede Estadual de Ensino de um Município da Região Sul do Brasil. **Trab. Educ. Saúde** [online]. v. 14, n. 1, p. 197 - 217, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00027>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v14s1/1678-1007-tes-14-s1-0197.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- KUHLTLHAU, K.A. et al. **Associations of quality of life with health-related characteristics among children with autism**. **Autism**. v. 22, n. 7, p. 804–813, 2018. <https://doi.org/10.1177/1362361317704420> Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28691502/>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- LIMOEIRO, F. M. H. et al. Comparação da ocorrência de sinais e sintomas de alteração vocal e de desconforto no trato vocal em professores de diferentes níveis de ensino. **CoDAS** [online]. v. 31, n. 2, e20180115. Epub Mar, 2019. ISSN 2317-1782. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20182018115>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/codas/v31n2/2317-1782-codas-31-2-e20180115.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- LYNDON, M. P. et al. Burnout, quality of life, motivation, and academic achievement among medical students: a person-oriented approach. **Perspectives on Medical Education**, v. 6, p. 108–114, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/314128730_Burnout_quality_of_life_motivation_and_academic_achievement_among_medical_students_A_person-oriented_approach>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- MALIK, N. A.; BJÖRKQVIST, K.; ÖSTERMAN, K. Sick-leave due to burnout among university teachers in Pakistan and Finland and its psychosocial concomitants. **European Journal of Social Sciences Education and Research** v. 4, n. 4, p. 203-212, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317415069_Sick-Leave_Due_to_Burnout_Among_University_Teachers_in_Pakistan_and_Finland_and_Its_Psychosocial_Concomitants>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- MASSON, M. L. V.; FABBRON, E. M. G.; LOIOLA-BARREIRO, C. M. Aquecimento e desaquecimento vocal em professores: estudo quase-experimental controlado. **CoDAS** [online], São Paulo: v. 31, n. 4, set. 2019. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20182018143>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/codas/v31n4/2317-1782-codas-31-4-e20180143.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- NAZ, S.; HASHMI, A. M.; ASIF, A. Burnout and quality of life in nurses of a tertiary care hospital in Pakistan. **Journal of the Pakistan Medical Association**, v. 66, n. 5, p. 532-536, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/301657081_Burnout_and_quality_of_life_in_nurses_of_a_tertiary_care_hospital_in_Pakistan>. Acesso em: 29 abr. 2020.

- PEREIRA, A. I. B.; ZUIN, A. Á. S. Autoridade enfraquecida, violência contra professores e trabalho pedagógico. **Educar em Revista**, Curitiba: v. 35, n. 76, p. 331-351, jul / ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.64821>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/v35n76/1984-0411-er-35-76-0331.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- PIMENTEL, B. N. Percepção do ruído, saúde auditiva e qualidade de vida de professores de escolas públicas. **Audiol., Commun. Res.** [online]. v. 21, p. 2-7, dec. 2016. <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2016-1740>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/acr/v21/2317-6431-acr-2317-6431-2016-1740.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- PUGLIESE, R. M. O trabalho do professor de Física no ensino médio: um retrato da realidade, da vontade e da necessidade nos âmbitos socioeconômico e metodológico. **Ciênc. educ.** (Bauru) [online]. v. 23, n. 4, p. 963-978. 2017. <https://doi.org/10.1590/1516-731320170040006>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n4/1516-7313-ciedu-23-04-0963.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- SCHUHMACHER, V. R. N.; ALVES FILHO, J. P.; SCHUHMACHER, E. As barreiras da prática docente no uso das tecnologias de informação e comunicação. **Ciênc. educ.** (Bauru) [online]. v. 23, n. 3, p. 563-576. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170030002>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n3/1516-7313-ciedu-23-03-0563.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- SILVA, K. N. P.; SILVA, J. A. A. Trabalho docente e educação integrada nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco. **Educ. rev.** [online]. n. 65, p. 237-247. 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.49328>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00237.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- SILVA, N. M.; MAIA, S. C. F. **Projeto Qualidade de Vida no Trabalho para Professores da Educação Básica**. 2019, 20f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560763/2/Produto%20educacional%20Educapes.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- SOARES, L. J. S.; HENIG, E. D. Qualidade de Vida no Trabalho Docente: O caso comparativo de cinco escolas de Rondonópolis - MT. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**. v. 3, n. 2, mai / ago. 2019. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/8554/6129>>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine**. v. 41. n. 10. p. 1403-1409. 1995. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/media/68.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Recebido em: 16 de junho de 2020
Avaliado em: 14 de julho de 2020
Aceito em: 21 de dezembro de 2020

¹ Bacharelado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)
 E-mail: maxwelfacesf@gmail.com

² Professora do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF); Especialista em Gestão em Saúde (UNIVASF); Especialista em Gestão de Pessoas (UFBA); Mestre em Psicologia (UNIVASF).. E-mail: liberalinagondim@gmail.com

FLEXIBILIZAÇÃO DO PORTE DE ARMA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

FLEXIBILIZATION OF WEAPON CARRYING AND
ITS CONSEQUENCES IN BRAZILIAN SOCIETY

Adeliany Santos de Oliveira¹

Debora Alves Amorim²

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise do material publicado relativo à flexibilização do porte de arma e suas consequências na sociedade brasileira, no período de 2014 a 2020. A pesquisa bibliográfica foi feita nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Foram encontrados 30 artigos, dos quais foram selecionados 15, com base nos critérios de exclusão e foram classificados em 4 eixos temáticos: Mortes por armas de fogo (7 artigos), Defesa e crítica ao uso de arma de fogo (4 artigos), Direito constitucional sobre a posse de arma de fogo (3 artigos) e Controle do estado sobre o uso de armas (1 artigo). Assim, foi constatado que diante do cenário atual do Brasil, ainda não temos políticas públicas eficazes para o controle sobre essa condescendência. Apesar dos progressos nesse período, ainda é evidente a carência de produção científica sobre essa temática, principalmente sob o enfoque psicológico, sendo assim necessários novos estudos. Espera-se que esta abordagem possa fomentar outras investigações sobre essa ação na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Arma. Posse e Porte. Legalização. Morte por Armas de Fogo.

ABSTRACT: This work aimed to carry out an analysis of the published material related to the easing of gun possession and its consequences in the Brazilian society, in the period from 2014 to 2020. The bibliographic search was made in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google Academic. Thirty articles were found, of which 15 were selected, based on the exclusion criteria and were classified into 4 thematic axes: Firearm deaths (7 articles), Defense and criticism of the use of firearms (4 articles), Law constitutional law on the possession of firearms (3 articles) and State control over the use of firearms (1 article). Thus, it was found that given the current scenario in Brazil, we still do not have effective public policies to control this condensation. Despite the progress in this period, the lack of scientific production on this theme is still evident, mainly from a psychological perspective, thus requiring further studies. It is hoped that this approach can foster further research on this action in Brazilian society.

Keywords: Weapon. Possession and possession. Legalization. Death by Firearms.

1 INTRODUÇÃO

A violência pode ser definida pelo uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (BRASIL, 2002).

No Brasil, o aumento da violência vem sendo notificada todos os dias pelos meios de comunicação, produzindo muito medo e insegurança na sociedade. Devido a isso, a população optou pelo armamento para proteger a si, sua família e seus patrimônios (REZENDE, 2017).

Habib (2009) afirma que, existem duas possibilidades legais do indivíduo adquirir arma de fogo, através da posse ou porte de arma. Essa significa que o civil tem autorização e registro para comprar e

ter munição, além disso, só poderá manusear em casa ou em local de trabalho desde que o mesmo seja dono do estabelecimento. Embora, aquela também precise de autorização e registro para o seu manuseio, dá o direito de o indivíduo conduzir em qualquer lugar, podendo fazer o uso imediato como forma de proteção.

Em 1997, foi criado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei nº 9.437 que estabeleceu o Sistema Nacional de Armas – SINARM - proporcionando condições para determinar o registro e porte de armas de fogo, definir crimes e dar outras providências. Com esse novo sistema, a avaliação psicológica ficou obrigatória ao candidato que deseja possuir a arma (BRASIL, 1997).

Essa análise é uma atividade privativa ao psicólogo, por exigir conhecimento e propriedade sobre os fenômenos decorrentes dessa área. Tal exercício é um estudo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas, com o intuito de avaliar aspectos específicos para uma determinada área. Utiliza-se ferramentas de observações sistemáticas, testes psicológicos, entrevistas, inventários, entre outros. Ademais, pode ser introduzido em organizações, áreas da saúde, educação, trânsito, justiça e outros (CFP, 2007).

De acordo, com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2008), o psicólogo interessado na concessão da avaliação do porte de arma de fogo deverá ter credenciamento com a Polícia Federal, especialização em avaliação psicológica, qualificação na aplicação dos testes, levando em consideração os preceitos do Código de Ética.

Para a fiscalização do psicólogo credenciado pela Polícia Federal, foi criada a instrução normativa n.78/2014 (BRASIL, 2014) que estabelece a inspeção da aplicação e correção dos exames psicológicos realizados por profissionais credenciados, responsáveis pela expedição do laudo que ateste a aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e para exercer a profissão de vigilante. Como também, aponta a importância de um teste projetivo, um expressivo, outro de memória, além da avaliação de atenção difusa e concentrada e entrevista semiestruturada para averiguar o perfil de personalidade e agilidade dos usuários de arma de fogo.

No ano de 2003, medidas adotadas pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 10.826 (BRASIL, 2003) nomeada por Estatuto do desarmamento, revogando a Lei nº 9.437, com o objetivo de desarmar o máximo da população, criando critérios mais rígidos para a obtenção do porte de arma de fogo por civis, acabando com o tráfico ilegal de arma e combatendo a taxa elevada de homicídios.

Com a Lei nº 10.826 (BRASIL, 2003) em vigor, os requisitos determinados pelo decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004 para essa aquisição de uso permitido ao interessado seriam:

- I - Declarar efetiva necessidade;
- II - Ter, no mínimo, vinte e cinco anos;
- III - Apresentar cópia autenticada da carteira de identidade;
- IV - Comprovar no pedido de aquisição e em cada renovação do registro, idoneidade e inexistência de inquérito policial ou processo criminal, por meio de certidões de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral;
- V - Apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

VI - Comprovar, em seu pedido de aquisição e em cada renovação de registro, a capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo atestada por empresa de instrução de tiro registrada no Comando do Exército por instrutor de armamento e tiro das Forças Armadas, das Forças Auxiliares ou do quadro da Polícia Federal, ou por esta habilitado; e

VII - Comprovar aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por psicólogo do quadro da Polícia Federal ou por esta credenciado. (BRASIL, 2004).

Entre 1997 e 2003 os números de homicídios por arma de fogo cresceu em média 6,8% ao ano. Quando a lei entrou em vigor de 2004 até 2015, o crescimento caiu para 1,9% ao ano. Apesar dos dados acima, não são contabilizadas como homicídios as mortes com disparos acidentais, sem intenção determinada, balas perdidas e suicídios (FGV DAPP, 2017).

O relatório de análise estratégica de dados, Balas & vidas perdidas (2017) aborda estatísticas que se refere as vítimas por armas de fogo, apontando um número elevado nos índices do gênero masculino. Em 2013, 94% foram homens, 58% jovens entre 15 e 29 anos e 68% negros e pardos.

Conforme o relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgados em 2014, o Brasil ocupava o primeiro lugar na lista de países com morte por arma de fogo. Em 2015, os dados da ONG Mexicana Conselho Cidadão para a segurança Pública, identificou o número de 21 municípios brasileiros dentre as 50 cidades com mais de 300 mil habitantes com a maior taxa de homicídios no mundo (FGV DAPP, 2017).

O Estatuto do Desarmamento veio com a proposta de desarmar o máximo da população civil. Embora tenha conquistado uma diminuição importante no número de mortes por arma de fogo, a violência continuava em evidência, sendo assim, a principal responsável pela maior parte dos homicídios, tanto de homens quanto de mulheres no Brasil, segundo o relatório de análise estratégica de dados, Balas & vidas perdidas (2017).

Com o decreto N° 8.935 (BRASIL, 2016) no governo do Presidente Michel Temer, o Exército flexibilizou grande parte das regras de controle de armas no Brasil, estabelecidas pela Lei 10.826/2003. Algumas das alterações incluíam a validade do registro de arma de fogo para civis de três para cinco anos, e o atestado de capacidade técnica para a renovação, que saiu dos três anos para ser realizado após dez anos.

Em entrevista, para o jornal Bom Dia Brasil (2017), o coordenador do Instituto Sou da Paz, Felipe Angeli dizia que considerava o prazo de dez anos muito elevado, visto que a pessoa poderia ter um problema de visão, perder alguma habilidade motora, ocasionando inaptidão para o manuseio de arma de fogo.

A flexibilização da posse de armas no Brasil é um resultado prático existente para coibir a população dos graves problemas de segurança pública, visto que esse alcance não chega a todos, devido ao alto custo envolvido em todo processo (FOLHA DE LONDRINA, 2019).

Ao realizar este estudo foi percebido que a flexibilização do porte de arma de fogo traz questões que devem ser resolvidas, sabendo que o processo de execução das políticas públicas empregada não é executado com excelência, o Estado não tem controle do acesso às armas, mesmo com as restrições.

Analisar o que se publica neste período de tempo, oferece a dimensão da visibilidade do tema, de suas carências e possibilidades de futuras investigações. O presente trabalho teve o objetivo de realizar um levantamento das publicações no período de 2014 a 2020 nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico sobre essa temática na sociedade Brasileira.

2 METÓDO

Foi realizado uma pesquisa bibliográfica a partir do método científico dialético, com objetivo exploratório e abordagens qualitativa e quantitativa, por meios de material em plataformas digitais online. A procura dos artigos científicos tinham como centro mostrar quais contribuições da flexibilização do porte de arma trouxe para a sociedade brasileira.

Para levantamento da bibliografia discutida, realizou-se uma busca nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico a partir dos descritores que se encaixavam com o tema proposto, a saber: armas, posse e porte de arma, estatuto do desarmamento, legalização do porte de arma de fogo e morte por armas de fogo. Em sequência, foi feita a triagem dos artigos que compreendiam o período estabelecido. Os critérios de inclusão foram trabalhos publicados no período de 2014 a 2020 e que enfocavam em materiais realizados no Brasil, incluindo artigos e monografias. Assim, foram excluídos os presentes em mais de uma base de dados, os que não eram brasileiros e os que tratavam de outros temas.

Os artigos científicos assim selecionados e recuperados foram integralmente lidos e analisados, mas por ordem crescente dos anos de publicação. O objetivo de utilizar a ordem crescente dos anos era observar e analisar a evolução do tema ao longo desses seis anos, tomando por base um roteiro organizado nos seguintes eixos temáticos: I - Mortes por armas de fogo, II - Defesa e crítica ao uso de armas de fogo, III - Direito Constitucional sobre o porte de arma de fogo e IV - Controle do Estado sobre o uso de armas de fogo. Conseqüentemente, os achados foram sistematizados em tabelas descritivas, constituindo-se nos resultados a serem apresentados e comentados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente foram selecionados 30 artigos através da leitura dos títulos, mas quando filtrados pelos critérios de inclusão e exclusão após a leitura dos resumos, foram descartadas 15 obras, pois tratavam de outros temas e anos anteriores. Sendo assim, ficaram 15 obras selecionadas com os anos entre 2014 a 2020, realizados no Brasil, incluindo artigos e monografias. Ao analisa-los a partir de uma leitura exploratória, criou-se quatro eixos temáticos: (I) Mortes por armas de fogo, (II) Defesa e crítica ao uso de armas de fogo, (III) Direito constitucional sobre o porte armas de fogo e (IV) Controle do

Estado sobre o uso de armas. Nesse sentido, a tabela 1 mostra a relação de autoria e data dos artigos selecionados por eixo temático.

EIXO TEMÁTICO	AUTOR E DATA
Eixo I- Mortes por armas de fogo	1. Scorzafave, Soares e Dorigan (2015) 2. Trindade, Costa, Silva, Caminiti e Santos (2015) 3. Dutra (2017) 4. Martins Júnior (2018) 5. Taboada (2017) 6. Waiselfisz (2016) 7. Martins (2014)
Eixo II- Defesa e crítica ao uso de armas	8. Carvalho, Gomes e Silva (2018) 9. Colhado e Buzetti (2018) 10. Wesendonck, Dondoerfer e Pereira (2019) 11. Waldow (2018)
Eixo III- Direito Constitucional sobre a posse e porte de arma de fogo	12. Colen (2019) 13. Neta (2020) 14. Teixeira (2018)
Eixo IV- Controle do Estado sobre o uso de armas	15. Moura (2016)

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Tabela 1 – Classificação dos artigos por eixos temáticos

3.1 Eixos temáticos

Eixo I - Morte por armas de fogo

Compõe-se por sete obras, retrata sobre a criminalidade e homicídios por armas de fogo com a introdução do Estatuto do Desarmamento e após sua flexibilização.

Segundo Taboada (2017), a violência endêmica que acontece no Brasil, através das armas de fogo está associada à relação direta entre o número de mortes e de armas em movimento, levantando a questão do desarmamento no país, reconhecida pela legislação, como também a necessidade de controle.

Para os autores Trindade, Costa, Silva, Caminiti e Santos (2015), a violência por arma de fogo chega a ser um grande problema de saúde e de segurança pública, demandando de ações efetivas dos

gestores para amenizar ou combatê-la. Os dados de Waiselfisz (2016) afirmam que, os homicídios por jovens crescem de forma mais acelerada: 591,5% entre os jovens e 502,8% da população, como um todo.

O que chama atenção além dos números de homicídios por armas de fogo são os perfis das vítimas, em que se apresentam como negros ou pardos, do sexo masculino, com idade de até 27 anos. Inúmeras vezes a ocorrência de tal crime está relacionado a essas vítimas, visto que o nível de escolaridade e econômico são baixos (DUTRA, 2017).

Martins (2014) traz que, no Brasil, algumas medidas foram utilizadas para amenizar o número de homicídios a partir da política de desarmamento. Usando a aplicação da campanha de entrega voluntária das armas cujo o Estado compraria as armas da população civil. Essa ideia da política de desarmamento se dá através do pensamento que grande parte dos crimes que envolvem armas de fogo estão diretamente ligado ao indivíduo que possui armas de fogo ao seu poder.

Após a introdução da Lei Federal do Estatuto do Desarmamento, destacamos que foi o período de maior média na taxa de homicídios por armas de fogo. Essa política pode contribuir na redução dos crimes de homicídios no Brasil, pois houve uma evolução na taxa de homicídios por armas de fogo sendo possível estimar uma redução da média por ano de 5,7 pontos, entre os anos de 2004 a 2015, equivalendo a 132.725 vidas poupadas em decorrência do documento. Dessa forma, esse modelo conseguiu conter o crescimento acelerado da mortalidade por armas de fogo, mas não foi suficiente para reverter o número elevado de assassinatos com armas de fogo no Brasil (MARTINS JUNIOR, 2018)

Os esforços governamentais deveriam ter como foco a garantia de uma política de segurança de qualidade, abrangente e consistente, sendo muito além da política de desarmamento. O Estado deveria produzir programas de caráter preventivo com fim de diminuir a violência a longo prazo. Sabendo que a violência é um fenômeno complexo, em que as causas não consistem na disponibilidade de armas de fogo, mas em fatores socioeconômicos, como a ausência de educação justa e eficiente, que produz um sistema desigual no mercado de trabalho, aumentando assim o ingresso na criminalidade (SCORZAFAVE, SOARES e DORIGAN, 2015).

Sendo assim, Taboada (2017) afirma que, as políticas de controle das armas de fogo, em 2004, permitiram evitar o número de 133.987 homicídios por armas de fogo.

Eixo II - Defesa e crítica ao uso de armas de fogo

Aqui se apresenta a defesa e crítica ao uso de armas de fogo constituído por quatro obras, apresentando argumentações favoráveis e desfavoráveis sobre essa incidência pela população civil.

No Brasil, o debate acerca do impacto da violência sobre as armas de fogo vem ocupando espaço nos meios de comunicação. As opiniões se dividem entre aqueles que afirmam o direito de possuí-las como forma de garantir sua segurança e defesa, enquanto outros alegam que as medidas precisam ser mais rígidas à sua posse e porte (WALDOW, 2018).

Os autores Wesendonck, Dondoefer e Pereira (2019) utilizam do argumento favorável, uma vez que as armas são a garantia de segurança, visto que o governo não garante um direito constitucional básico que é a segurança. As armas de fogo servem como um meio de se defender, mesmo sabendo que foram feitas para matar.

Embora para Waldow (2018), o argumento contra a liberação das armas no Brasil se dá por causa da grande taxa de homicídios e criminalidade. Ainda que os dados estatísticos não revelam que esses atos são cometidos por criminosos ou por indivíduos com atitudes violentas, aos quais não teriam acesso as armas legalizadas.

Colhado e Buzetti (2018) trazem a comparação do Estados Unidos com o Brasil, visto que os Estados Unidos é um país desenvolvido e com um número alto da população armada apresentando 5,2 mortes por arma de fogo a cada 100 mil habitantes, enquanto que o Brasil aponta uma população civil menos armada e o número de mortes por armas de fogo é 25,5 mortes a cada 100 mil habitantes.

O ponto do problema não está no ato de proibir ou não o acesso às armas de fogo, mas em quais consequências de ter ou não a aptidão para portá-las. Levando em questão o cenário de violência e criminalidade e os descumprimentos das leis, o Estado não está preparado com políticas públicas eficazes para uma legalização do porte de armas com controle na fiscalização de quem estaria com condições para portar (CARVALHO, GOMES E SILVA 2018).

Eixo III - Direito constitucional sobre a posse e porte de armas de fogo

Essa vertente é formada por três obras. Corresponde aos Direitos Constitucionais: à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade com relação às restrições sobre o uso de arma de fogo pelo cidadão civil.

O ser humano utiliza-se da autodefesa desde o início da humanidade e ao longo dos anos foi se evoluindo. Com aprovação em 2003, da Lei Federal - Estatuto do Desarmamento, com o intuito de retirar de circulação as armas da população civil, muitos questionamentos foram colocados para as autoridades, sendo justificado que o Estado não possuía capacidade para proteger suas famílias e seus patrimônios (TEIXEIRA, 2018)

Teixeira (2018) aponta que, as armas sempre fizeram companhia ao homem. Elas resultaram de uma necessidade básica, a autodefesa e não por acaso, como um simples hobby. Dessa maneira, o Estatuto do desarmamento seria uma forma de retirar o acesso as armas da população e desconsiderar o direito constitucional.

Observou-se que as restrições do governo ao acesso as armas surgem com novas criações de leis, centralizando assim o seu poder. Mesmo com o resultado do referendo, o Estatuto do Desarmamento continuou a vigorar, desvalorizando a opinião em que milhões de pessoas votaram por não proibir o comercio de armas de fogo (TEIXEIRA, 2018).

Para Colen (2019), a causa e efeito da arma de fogo como principal eixo da criminalidade não se verifica no comparativo com outros países que têm mais armas que o Brasil, porém menos homicídios populacionais. Inúmeros fatores podem ser as causas, mas o maior aspecto brasileiro está na impunidade, visto que em outros países denota o seu ordenamento jurídico cumprido.

E por fim, esse segmento trouxe dois fenômenos que caminharam em paralelo: o Estatuto do Desarmamento que teve êxito na redução da quantidade de circulação de armas, através da ação voluntária e da regulamentação de vendas de armas e munições, permitindo o crescimento das apreensões pela polícia. E embora, a venda legal tivesse decréscimos, nos últimos anos, a venda voltou a crescer fazendo do País a sociedade mais armada do mundo, contradizendo a ideia de que a população está desarmada e os bandidos estão à solta (NETA, 2020).

Eixo IV- Controle do estado sobre o uso de armas

Nesse aspecto, com apenas uma obra, relata-se sobre a incapacidade de o governo controlar o acesso às armas por criminosos, de amenizar a violência, latrocínios e homicídios cometidos por armas de fogo.

Em 22 de dezembro 2003, a Lei 10. 826 entrou em vigor, cujo objetivo era limitar o porte de arma de fogo ao cidadão. O Governo Federal passou a investir em campanhas para incentivar a população civil a entregar suas armas e que restituiria o dinheiro aos indivíduos que entregassem, trazendo a ideia que os índices de criminalidades seriam reduzidos (MOURA, 2016).

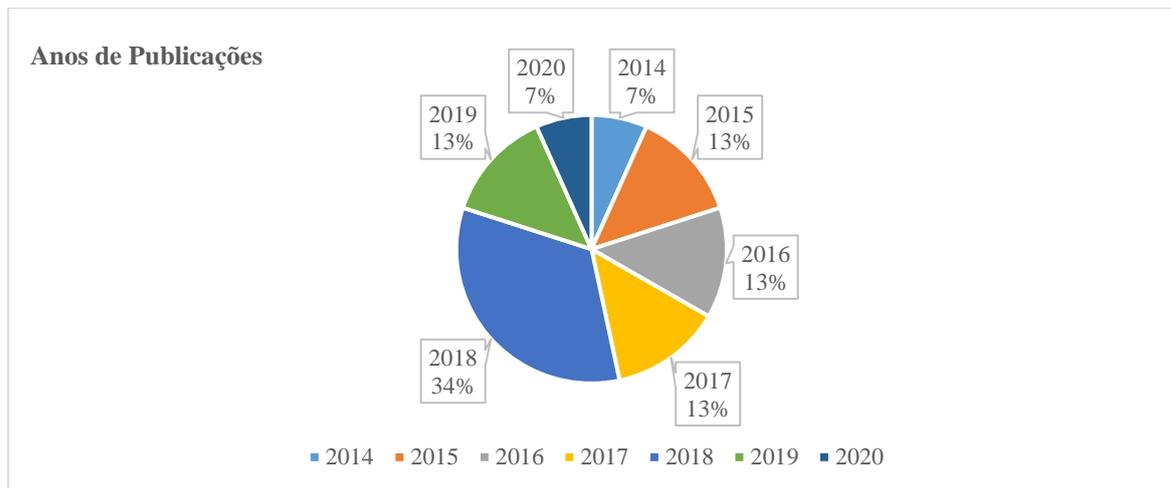
Embora o modelo de desarmamento adotado pelo Brasil de controlar ao acesso às armas de fogo não reduzisse os números de homicídios, violência e a criminalidade, acabou deixando algumas lacunas abertas visto que não existia uma política aplicada para restringir o acesso das armas de fogo e munições ilegais de criminosos, principalmente para combater a chegada de armas de alta calibre e munições pelas fronteiras (MOURA, 2016).

Considerando que o Estado tem o dever de proporcionar ao cidadão segurança à sua vida, sua família e seu patrimônio, sabendo que esse serviço não alcança toda a população devido à sua grande demanda, como também não controla o acesso as armas aos criminosos, compete ao indivíduo o direito constitucional de decidir sobre o uso da posse de arma, caso seja preciso utilizar da autodefesa dentro dos limites legais (MOURA, 2016)

E por fim, Moura (2016) traz que o ideal seria que as armas fossem retiradas das mãos dos criminosos que buscam tirar proveito desse ambiente. Considerando que até poucos anos, o porte ilegal era tratado apenas como uma convenção e não como crime. Dessa maneira, haveria ações proveitosas com a Lei Federal - Estatuto do desarmamento, em que não só desarmaria a população de bem, como também os criminosos. E assim, não deixaria uma parcela da população desprotegida sabendo dos grandes riscos que correm, com apenas o serviço de segurança do Estado.

3.2 Números de publicações de obras entre 2014 a 2020

Conforme as bases de dados pesquisadas através dos descritores, observou-se os números de publicação de obras de 2014 a 2020. A tabela 2 demonstra que nos anos de 2014 e 2015, o número de publicações nas bases de dados eram bem reduzidos e, a partir de 2016 a 2020, teve um aumento muito relevante. O ano de 2018 obteve o maior número com 34%.



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Tabela 2- Classificação dos artigos por anos de publicações.

4 CONCLUSÃO

Com esta exposição sobre a flexibilização do porte de arma de fogo na sociedade Brasileira, ressaltou-se a relevância de estudar, debater e pesquisar sobre o tema. Foi constatado que diante do cenário atual do Brasil, ainda não temos políticas públicas eficazes para o seu controle. Visando que a questão do problema não está no ato de proibir o indivíduo civil de portá-la, mas as consequências que se pode trazer para a sociedade, quando não faz uso com consciência e responsabilidade. Apesar dos progressos nesse período, ainda é evidente a carência de produção científica sobre o tema, principalmente de enfoques psicológicos, sabendo a importância do mesmo nesse processo de aquisição do armamento sendo assim, necessários novos estudos. Espera-se que essa abordagem possa fomentar outras investigações sobre a flexibilização do porte de armas na sociedade brasileira.

5.REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1997). Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997. Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Distrito Federal.
- BRASIL. Constituição (2003). Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Distrito Federal.
- BRASIL. Constituição (2004). Lei nº 5.123, de 01 de julho de 2004. Presidência da República: Casa Civil. Imprensa Nacional. Distrito Federal, Seção 2.
- BRASIL. Constituição (2008). Conselho Federal de Psicologia: Resolução Nº 018. Brasília -DF.

- BRASIL. Constituição (2016). Lei nº 8.935, de 2016. Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Distrito Federal.
- CAMINITI, Gustavo Bussi; COSTA, Flávia Azevedo de Mattos Moura; SANTOS, Claudia Benedita dos; SILVA, Patrícia de Paula Alves Costa da; TRINDADE, Ruth França Cizino da. Map of homicides by firearms: profile of the victims and the assaults. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, [S.L.]*, v. 49, n. 5, p. 748-755, out. 2015. FapUNIFESP (SciELO).
- CARVALHO, Rebecca Rodrigues da Silva et al. Porte de armas: da crítica à defesa. 2018. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Centro Universitário Sete de Setembro-Uni7, Ceará, 2018. Cap. 1.
- COLEN, Rodrigo Marques. A limitação ao porte de arma de fogo diante do direito de segurança subjetiva: the limitation to the gun before the subjective security law. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, Minas Gerais*, v. 1, n. 1, p. 1-18, jan. 2019.
- COLHADO, Junyor Gomes et al. Análise sobre a posse e o porte de armas de uso permitido à luz do ordenamento jurídico brasileiro. 2018. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro Universitário Toledo Prudente, São Paulo, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Cartilha de Avaliação psicológica. Brasília-DF: Conselho Federal de psicologia, 2007.
- DECRETOS flexibilizam Estatuto do Desarmamento e entidades reagem. Produção de Jornal Bom Dia Brasil. Rio de Janeiro: Globo, 2017. (4 min.), son., color.
- Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/decretos-flexibilizam-estatuto-do-desarmamento-e-entidades-reagem.ghtml>.
- Acesso em: 20 abr. 2020.
- DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA PORTE DE ARMA DE FOGO. *Psicologia & Conexões, São Gabriel*, v. 2, n. 1, p. 1-12, 22 out. 2019.
- Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-623420150000500006>.
- Acesso em 15. Setembro. 2020.
- DORIGAN, Tulio Anselmi; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; SOARES, Milena Karla. Vale a pena pagar para desarmar? Uma avaliação do impacto da campanha de entrega voluntária de armas sobre as mortes com armas de fogo. *Estudos Econômicos (São Paulo), [S.L.]*, v. 45, n. 3, p. 475-497, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO).
- Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-4161453411mt>.
- Acesso em 20. Setembro. 2020.
- DONDOERFER, Eduardo Felipe; PEREIRA, Alessandro Tiesca; WESENDONCK, Maria Eduarda. Arma de fogo: posse e o porte, atualmente, deve ser um direito para o cidadão brasileiro? 2019. 12 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba-Santa Catarina, 2019.
- DUTRA, Gilson José. Análise da relação entre acesso a armas de fogo e homicídios no Brasil. 2017. 94 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2917.
- FOLHA DE LONDRINA: A flexibilização da posse de armas. Londrina, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/opiniaio/a-flexibilizacao-da-posse-de-armas-no-brasil-1024969.html>.
- Acesso em: 20. Abril. 2020.
- HABIB, Gabriel. Leis penais especiais: leis nº 4.898/1965; 8.137/1990; 8.666/1993; 9.455/1997; 9.613/1998; 2.252/1954; 10.028/2000; 10.826/2003. Salvador: JusPODIVM, 2009.
- JULIA LAÍS BALESTRIN (Santa Catarina). Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Avaliação psicológica para porte de arma de fogo. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira - 2019, Videira, p. 1-10, jan. 2019. Anual.
- MARTINS JUNIOR, Cícero da Silva. Avaliação do impacto do estatuto do desarmamento sobre a taxa de homicídios por arma de fogo no Brasil. 2018. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Universidade Federal de Pernambuco Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, 2018.
- MARTINS, Suelem. Um ensaio econômico sobre a relação entre homicídios e a prevalência de armas de fogo na região sul do Brasil. 2014. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- MOURA, Rodrigo Sérgio Ferreira de. Controle de armas de fogo no Brasil, criminalidade e autodefesa. *Revista de Direito Setorial e Regulatório, Paraíba*, v. 2, n. 2, p. 305-324, 26 set. 2016.
- NETA, Joanita Nascimento da Silva. Armas no brasil: desarmamento, referendo e políticas de descontrole. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- RELATÓRIO Mundial da Saúde. Genebra: World Health Organization, 2002.
- RESENDE, Marcelo Augusto. Avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo à população e policiais da PMMG. *Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública, Minas Gerais*, v. 1, n. 6, p. 113-131, 6 jun. 2017.
- SISTEMA NACIONAL DE ARMAS. IN 78-2014: Polícia Federal. Brasília: Departamento da Polícia Federal, 2014. 12 p.
- TABOADA, Carolina. Balas & Vidas Perdidas: o paradoxo das armas como instrumento de segurança. Rio de Janeiro: FGV DAPP, maio 2017. 01-12 p.
- TEIXEIRA, Bruno Romanelli. Porte de arma de fogo versus direitos fundamentais. 2018. 39 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2018.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2016.
- WALDOW, Heitor. Lei do desarmamento: considerações acerca do comércio, porte e posse de arma de fogo no brasil. 2018. 35 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijui, Santa Rosa (Rs), 2018.

Recebido em: 21 de junho de 2020
Avaliado em: 14 de julho de 2020
Aceito em: 21 de dezembro de 2020

¹ Bacharelada em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)
E-mail: adeliany.rafa@hotmail.com

² Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF).
Doutora e Mestre em Psicologia Cognitiva Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail:
alvesamorimdebora@gmail.com

IMPACTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

IMPACTS OF RACISM ON THE MENTAL HEALTH
OF THE BRAZILIAN BLACK POPULATION

Andriele do Nascimento Souza¹

Luciana Marinho Fernandes da Silva²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo identificar como o racismo interfere na saúde mental da população negra, levando em consideração o processo histórico no qual a sociedade se constituiu, destacando consequências do período escravocrata nas relações sociais do Brasil atual e como o campo da Psicologia tem abordado a temática. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura narrativa de caráter qualitativo, com produções publicadas entre os anos de 2010 a 2020. Constatou-se que formas contemporâneas de expressão do racismo o mantêm camuflado, mas não menos danoso, e que as condições de vida das pessoas negras devem ser consideradas como fator de adoecimento psíquico.

Palavras-chave: Racismo. Saúde mental. Psicologia.

ABSTRACT: The present study aimed to understand how racism interferes at mental health of black population, considering the historical processes in which the Brazilian society was built, highlighting the consequences of the slave period on Brazilian social current social relations and how Psychology field is been approaching to this theme. Then, a qualitative narrative literature review was described using studies published among 2010 and 2020. It was found that contemporary forms of expression of racism or keep it camouflaged, but not less harmful, and that the living conditions of black people should be considered as a factor of psychic ill health.

Keywords: Racism. Mental health. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar o racismo no Brasil, é preciso refletir sobre o contexto histórico no qual a sociedade brasileira se constituiu, suas raízes no período escravocrata, cenário esse que repercute na vida da população negra e nas relações sociais nos dias atuais. Pensando nessa problemática, o artigo tem como propósito refletir relações entre racismo e saúde mental.

O racismo é a prática de inferiorizar, colocar ações, pensamentos e sentimentos depreciativos direcionados a uma raça, por outra que se sente superior, baseada em características fenotípicas como cor de pele, cabelo, traços, entre outros, que aqui se trata da hegemonia branca em relação à desvalorização do negro.

Segundo Santos e Alves (2015, p.11):

A escravidão foi motivada pelo tráfico de pessoas sequestradas do continente africano para executar trabalho forçado na produção de açúcar em meados do século XVI; nas minas de ouro, durante o século XVIII; e, posteriormente, nas lavouras de café, no século XIX.

Ao chegarem, eram tratados como mercadoria e comprados pelos senhores do engenho, obrigados a trabalhar em fazendas, no campo ou em serviços domésticos. Viviam com o mínimo que recebiam e em condições precárias para sobrevivência humana, em meio à violência na qual eram tratados.

Santos e Alves (2015, p.11) relatam que:

A violência física e psicológica era comum nas senzalas do campo e da cidade durante todo o período da escravidão no Brasil Colônia e provocou a dizimação em massas de seres humanos. Além disso, os africanos foram obrigados a falar uma língua que não conheciam; a religião católica os catequizou e, por conseguinte, eram proibidos de praticar o culto das religiões de matriz africana e sua própria cultura. Isso significa que sua matriz cultural foi violada no que se refere ao idioma, à religião e, portanto, ao seu modo de vida.

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea extinguiu a escravidão, mas o retrato social continuava desigual e violento. Mesmo livres, os negros foram excluídos socialmente, tinham dificuldades na procura de emprego, viviam na pobreza extrema e também perdurava a violação dos seus direitos. Não houve projeto de reinserção social e nem oportunidades iguais, e essa população apenas seguiu sendo marginalizada.

Sobre a discriminação racial no país, Jesus, Souza e Santos (2010, p.3) afirmam que:

É preciso perceber que este tipo de desigualdade social foi construída e reforçada ao longo do processo histórico, político e social do país. Neste caso, existe um enorme abismo racial quando nos referirmos às condições de vida, emprego, escolaridade entre os brancos e negros. Isto comprova que existe uma grande desigualdade racial em nosso país que se soma a exclusão social.

No Brasil atual, criou-se uma farsa da inexistência do racismo. Isso acontece porque existe uma comparação com outros países e continentes, nos quais existiram regimes raciais excludentes. É o denominado mito da democracia racial, que de acordo com Pinto e Ferreira (2014), modifica a forma como o país vê a desigualdade, direcionando a uma questão de renda e acesso à educação, que a maioria da população não consegue ter ou manter por falta de recursos. O que fortifica o racismo, pois se tem uma ideia que não existe, desse modo não é discutido ou combatido.

Ao longo dos anos, o racismo ganhou novas formas e tons. Almeida (2019), divide o racismo em três concepções, em estrutural, individual e institucional. O racismo estrutural está ligado diretamente à como a sociedade se organiza, as

manifestações culturais, costumes, discursos e práticas que reforçam direta ou indiretamente a discriminação racial. Já o individual se apresenta nas interações sociais de forma mais direta. O racismo institucional ocorre nas instituições públicas, privadas e do estado, resultando na distribuição desigual de serviços.

De acordo com a ONU (2017), nos dados de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negros e negras, incluindo pardos, compõem 53,6% da população brasileira. Apesar de maioria, essa população enfrenta desigualdades, a começar pelo quesito renda: entre os 10% da população mais pobre do país, 76% são negros. Entre o 1% mais rico, apenas 17,4% são negros. Sete em cada dez pessoas assassinadas são negras. Na faixa etária de 15 a 29 anos, são cinco vidas perdidas para a violência a cada

duas horas. Na educação, enquanto 22,2% da população branca têm 12 anos de estudos ou mais, a taxa é de 9,4% para a população negra. O índice de analfabetismo para a população negra é de 11,8% — maior que a média de toda a população brasileira (8,7%).

Em 2019, a condição de vida dos negros no Brasil continuou precária e está representada por dados alarmantes: 75% das vítimas de homicídio no país são negras, segundo o Atlas da Violência (2019). Os negros também são maioria em meio à camada mais pobre da população: dos 10% de brasileiros mais pobres, 75% são negros, segundo o IBGE.

O Conselho Federal de Psicologia (2017, p.15) aduz que:

O racismo (e o sexismo) se expressa em diferentes situações, na forma de morrer, na possibilidade de estudar, de ter ou não trabalho e moradia dignos, na possibilidade de casar...todas causam sofrimento psíquico e impedem a mobilidade social.

Considerando o apagamento identitário que os negros sofrem, a psicologia tem papel indispensável na promoção da saúde e no combate às desigualdades sociais. Partindo dessa perspectiva, esta análise tem como propósito verificar como o campo da psicologia tem abordado o tema, e objetiva investigar o impacto do racismo na vida da população negra brasileira, através da revisão narrativa da literatura, usando dados coletados nas bases da Scientific Electronic Library Online (Scielo) e do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic). Este artigo está em método, resultado e discussões e considerações finais.

2 METODOLOGIA

O método utilizado para a constituição do artigo foi a revisão narrativa da literatura, focando em trabalhos que enfatizaram como a psicologia tem abordado o racismo nos processos de adoecimento da população negra, especificamente as implicações do racismo na saúde mental. Segundo Vosgerau e Romanowski (2014), os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área.

Os artigos analisados foram coletados nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (Scielo) e do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic), no período de trinta dias do mês de Agosto. Houve uma grande dificuldade no levantamento e mapeamento desses dados devido à escassez na exploração desses temas nas produções científicas nacionais dos últimos anos.

Foram utilizados os descritores “racismo”, “racismo e psicologia”, “racismo e saúde mental”, na busca de artigos publicados no período de 2015 a 2020, mas foi preciso ampliar o período de publicação, modificando assim o tempo para dez anos. Os critérios de inclusão foram: produções nacionais, com data de publicação no período de 2010 a 2020, com abordagens que respondessem ao objetivo da pesquisa. Os critérios de exclusão foram: artigos internacionais, que antecediam o recorte temporal, e

que não abordavam os temas de forma conjunta. Foram coletados vinte artigos, mas para a análise dos dados só foram utilizados nove, os quais cumpriam as especificações estabelecidas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa é um estudo qualitativo de revisão narrativa. Na busca dos artigos que constituem este trabalho, foram reunidas 20 publicações brasileiras nas bases de dados mencionadas, em que foram selecionadas 9 obras publicadas para a composição da revisão, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Houve dificuldade na coleta do material, devido ao número reduzido de produções acadêmicas nacionais sobre o tema.

Dos artigos selecionados, 7 são de revisão de literatura, 1 de pesquisa de campo e 1 relato de experiência. A base de dados utilizada foi a Scientific Eletronic Library Online (SciELO), da qual foram selecionados os seguintes artigos: As relações cotidianas e a construção da identidade negra (CAMARGO; FERREIRA, 2011); Racismo como metaenquadre (COSTA, 2015); Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos (DAMASCENO; ZANELLO, 2018); Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras (GOUVEIA; ZANELLO, 2019); O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras (MARTINS; LIMA; SANTOS, 2020); A percepção dos Psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública (OLIVEIRA; TAVARES; LAGES, 2013); Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras” (TAVARES; KURATONI, 2019); Descolonizando a psicologia: notas para a psicologia preta (VEIGA, 2019); Desigualdade racial, racismo e seus efeitos (ZAMORA, 2012).

Aspectos importantes foram identificados, os quais eram compartilhados pela maioria dos autores que traziam o processo histórico do racismo no Brasil, como ele se manifesta e suas consequências na saúde da pessoa negra. Eles serão aqui divididos em tópicos, a saber: a violência contra o corpo negro, construção da identidade negra e a psicologia brasileira abordando o racismo.

3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA O CORPO NEGRO

Segundo Zamora (2012), o racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras, atribuindo desigualdades sociais, culturais, políticas, psicológicas, à “raça” e, portanto, legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas. Neste caso, na aparente hierarquia de raças, o branco estaria no topo, o modelo a ser seguido; enquanto ao negro é atribuído um lugar de rebaixamento, de ser defeituoso e negativo. Seguindo a mesma linha, Damasceno e Zanello (2018) afirmam que a população negra brasileira ocupou historicamente as classes sociais mais pobres e de condições mais precárias na pirâmide social.

De acordo com Corrêa (2006 apud ZAMORA 2012, p. 566):

Tanto quanto as mulheres, as crianças e outros grupos não brancos, os negros são historicamente vistos pelo poder e pelo senso comum como menos inteligentes e racionais (portanto menos capazes para o trabalho intelectual) e mais ligados ao universo dos instintos, das emoções, mais propensos às superstições.

O racismo seguiu se moldando de acordo com a evolução da sociedade. Para Zanello e Gouveia (2019), a permanência do racismo se deu em outras bases: se antes, na escravização, era nítido, ele se tornou insidioso, muito mais forte e muito

mais difícil de captar. As autoras ainda acrescentam que mesmo que atualmente o racismo tenha encontrado novas formas de expressão e que na maioria das vezes não seja ao menos reconhecido ou nomeado, ele ainda é danoso e adoecedor.

As condições indignas de vida da população negra persistem evidenciando o racismo silencioso e não declarado (DAMASCENO; ZANELLO, 2018). Compartilhando da mesma ótica, Camargo e Ferreira (2011) discutem que a discriminação é geralmente veiculada de uma forma encoberta, através de frases educadas e de eufemismo, alimentando a ideia de que, no Brasil, o preconceito não existe, o que evidentemente é uma inverdade.

Zanello e Gouveia (2019, p. 4) evidenciam:

O Brasil tem 54% de população negra. Sua história é marcada por um longo período de escravismo criminoso e por uma abolição que beneficiou o branco e a branquitude. De 519 anos de história, 388 (3/4 ou 75%) foram de escravização do negro, com apoio da sociedade, da política e da religião. A lei abolicionista de 1888 não proveu distribuição de terras, educação ou qualquer outra forma de compensação ou promoção de cidadania, o que se reflete no pouco acesso da população negra à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, à habitação, à infraestrutura urbana e a bens materiais no país.

O racismo violenta os corpos negros diariamente, violência essa que permeia o dia a dia, seja ela física, verbal ou psicológica. Carneiro (2011, apud VEIGA, 2019, p.245) destaca:

Até os dias de hoje onde a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado; em que a expectativa de vida dos negros é de seis anos a menos que a dos brancos; em que 75% da população mais pobre é negra; em que a renda per capita de famílias negras é 200% menor que a renda de famílias brancas; em que, apesar de ser mais de 54% da população nacional, negros são minoria no Congresso, na Academia, na Televisão e em todos os espaços de poder da sociedade.

Tavares, Oliveira e Lages (2013) expõem que nas instituições de saúde, o racismo institucional se faz presente nas políticas que ignoram os diferentes perfis de adoecimento e morte entre brancos e negros; na formação dos profissionais que não inclui o debate sobre as questões raciais; no mau atendimento traduzido pela falta de atenção, descaso, ou por outras formas sutis de preconceito, como olhares, silêncios.

Nos estudos sobre as microagressões raciais de gênero, Martins, Lima e Santos (2020) destacam que os homens negros são regularmente relacionados à criminalidade, por esse motivo estariam mais suscetíveis a serem agredidos fisicamente, enquanto as mulheres negras são vítimas com maior frequência de estupro e violência doméstica. E que, ainda, segundo o Ministério da Saúde, as mulheres negras têm, como causa de óbitos, homicídios, suicídios e mortes mal definidas, muito mais frequentes

que mulheres brancas, portanto, é necessário se atentar as ondulações do racismo de acordo com a variável de gênero.

3.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Camargo e Ferreira (2011) apontam que, na experiência coletiva, em sociedade, as identidades são construídas através do intercâmbio entre o individual e o coletivo, desde sempre mediado por um conjunto de crenças, códigos e valores instaurados historicamente. A composição identitária seria então, um processo mútuo, pois influencia e é influenciado pelo meio, considerando que a identidade social nasce na identificação com um grupo, com sua cultura, ideais e aspectos físicos. Compartilhando do mesmo ponto de vista em seu trabalho sobre racismo, Bleger (1988 apud SILVA, 2015, p.149) afirma “a identidade é sempre – total ou parcialmente - grupal ou institucional, isto é: pelo menos uma parte da identidade é sempre configurada pela pertinência a um grupo, uma instituição, uma ideologia, um partido etc.”

Camargo e Ferreira (2011), em seu estudo sobre a identidade negra, destacam que o indivíduo, necessariamente, tem que vivificar seu corpo como fonte de vida e prazer para que possa construir uma identidade centrada em valores positivos, experimentando, assim, harmonia em sua estrutura psíquica.

Ao falar da subjetividade negra, Veiga(2019, p.246) disserta que:

A saída forçada da África e a vida num país antinegro são elementos que se entrecruzam na produção da subjetividade negra. Chamo de ‘efeito diáspora’ a sensação de não se sentir pertencente ao ambiente onde se vive, a dificuldade de ser genuinamente acolhido e incluído nas dinâmicas sociais numa posição equânime com os demais membros da sociedade e não numa posição de subalternidade.

Para o negro, esse processo ocorre de maneira deturpada, pois o branco, supostamente superior, seria o modelo a ser seguido e o perfil de sucesso. Zamora (2012) aponta que os atributos físicos ditos dos negros são geralmente pensados no negativo e sempre postos em comparação desfavorável aos ideais estéticos etnocêntricos. Segundo Veiga (2019), a experiência da negritude é marcada pelo desprezo e pelo ódio que a branquitude projetou sobre as vidas negras desde a escravidão até os dias de hoje. O ódio introjetado nas subjetividades negras resulta num doloroso processo de auto-ódio. Esse movimento também foi identificado no trabalho de Tavares e Kuratani (2019), que investigaram o manejo clínico nas repercussões do racismo entre mulheres negras. Os autores apontam que, perante a exposição contínua à violência racial não reconhecida, foi observado o desenvolvimento de estratégias compensatórias altamente disfuncionais, que incluíam a reprodução de crenças e comportamentos auto discriminatórios e bastante violentos, também direcionados aos semelhantes.

De acordo com Costa (2015, p.151) “Os “normais” organizam-se psíquica e socialmente a partir dessa identidade afirmada como satisfatória. Os “anormais”, a partir do demérito, da negação atribuída a eles”. Como efeito do racismo, ao corpo negro foram atribuídos valores negativos, ideias de menos valia e de incapacidade, que refletem em como o sujeito é visto e se vê na sociedade na qual está inserido.

Essa percepção distorcida da autoimagem gera sofrimento ao indivíduo, que procura cada vez mais se encaixar no padrão.

Sobre esse processo, Zamora (2012, p.567) afirma:

A relação com o próprio corpo então passa a ser de vigilância, no sentido de mascarar as características “diferentes” do modelo dominante e, portanto, indesejáveis. Instala-se a preocupação em disfarçar seus traços físicos originais e fazer-se “passar por branco”. Mas ao desejar embranquecer, o negro não se permite existir; ele instaura o projeto da sua própria extinção.

Por se reconhecerem como inferiores aos brancos, os negros passam a se sentirem culpados, o que demanda um esforço muito maior para alcançar suas metas individuais. Veiga (2019) diz que os abusos do racismo sobre os corpos e as subjetividades negras têm como um de seus efeitos a culpa pela condição socioeconômica precária em que a maior parte da população negra se encontra. O autor também destaca que esta introjeção da política de embranquecimento nacional nas subjetividades pretas cria uma condição psicológica debilitante, porque aquilo que ele é e do qual não pode se desfazer, a cor da pele, coloca-o socialmente numa posição subalterna.

Como válvula de escape para o sofrimento gerado pela exclusão social, Tavares e Kuratani (2019) apontam que é necessário entender que a pessoa negra pode apresentar comportamentos ambíguos como a necessidade de aderir a determinados grupos sociais religiosos e/ou políticos que lhe proporcionem senso de pertencimento e permitam-na construir uma nova identidade.

3.3 A PSICOLOGIA BRASILEIRA ABORDANDO O RACISMO

Conforme Costa (2015), a psicologia é uma das principais áreas do conhecimento que permite a compreensão de processos que são subjetivos, socioculturais, histórico-políticos. Segundo Damasceno e Zanello (2018), o Ministério da Saúde reconheceu que a discriminação racial afeta a saúde mental, que o racismo é gerador de problemas físicos e sofrimento psíquico. As autoras também fazem uso de outros artigos para fortalecer essa visão e identificar sintomas de adoecimento gerados pelo racismo.

De acordo Silva (2005 apud DAMASCENO; ZANELLO, 2018, p.452):

Essa condição constante causa transtornos tais como taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não provocada, comprometimento da identidade e distorção do autoconceito.

Tavares e Zanello (2018) trazem a discussão que mesmo que a maioria da população brasileira seja negra e tenha adoecimento diretamente ligado aos vários tipos de racismo, opressão e violência, poucas pesquisas têm sido publicadas sobre a saúde desta população. Afirmação essa que se confirma em sua pesquisa de campo com profissionais psicólogos em hospitais públicos, que mesmo cientes da existência do racismo e de que a população negra é maioria em utilização do serviço público, não identificaram o racismo como causa da procura por atendimento.

Werneck (2016 apud TAVARES; ZANELLO, 2018, p.3) destacam que “no sistema público de saúde, o racismo institucional contribui para a iniquidade na assistência prestada a esta população que recebe quantidade menor de atendimentos e de pior qualidade quando comparada à população branca.”

Em seu relato sobre atendimento clínico para mulheres que se “tornaram” negras, Tavares e Kuratani (2019, p.2) afirmam que:

No Brasil, não há produção sistemática de conhecimentos, métodos ou estratégias para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra. Esta é uma lacuna teórica e prática relevante, pois, quando o terapeuta não reconhece o racismo como produtor de iniquidades sociais, preconceito e discriminação, contribui para aumento de sofrimento psíquico de seu paciente negro e para a manutenção das desigualdades raciais.

Partilhando da mesma perspectiva sobre a falta de publicações e estudos relacionados ao racismo e sobre a saúde de indivíduos negros brasileiros, Camargo e Ferreira (2011, p.380) expõem que:

Concluiu, então, que o psicólogo brasileiro vem dando pouca importância às variáveis etnoraciais, o que traz risco de o psicólogo está alimentando a falsa crença de que nós, brasileiros, vivemos uma verdadeira democracia racial e a inexistência de preconceito. Isso se torna mais sério, pois o psicólogo é um dos especialistas que, no mundo contemporâneo, tem a função de legitimar verdades estabelecidas na sociedade, tornando-se um fermento para a perpetuação de tal problema.

Faz-se vital que, para uma qualidade no atendimento a essa população, é de fundamental importância que no meio acadêmico seja identificada e discutida a criação de estratégias de combate à discriminação racial.

Tavares, Oliveira e Lages (2013, p.582) discorrem sobre o papel do psicólogo:

Torna-se evidente a responsabilidade que tem o profissional psicólogo em centros de saúde pública no que diz respeito ao combate ao racismo, uma vez que ele lida diretamente com sujeitos e coletivos que sofrem diversos e diferentes tipos de opressão, preconceitos e discriminação, o que afeta gravemente sua saúde mental e física.

Sobre as atribuições dos profissionais de psicologia, Tavares e Kuratani (2019) enfatizam que os terapeutas brasileiros precisam refletir sobre seus privilégios raciais e como contribuem ou não para a manutenção da violência racial, para que possam cuidar de grupos raciais hegemônicos, assim como desenvolver abordagens adequadas a estas populações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos artigos que compuseram essa revisão são de caráter qualitativo, publicados em periódicos científicos, entre os anos de 2010 e 2020. O presente estudo possibilitou a investigação de como as questões raciais e socioeconômicas têm consequências diretas na saúde geral do indivíduo negro, constituindo-se um determinante do adoecimento mental. Reconheceu como o racismo se instaurou historicamente no Brasil, e como reverbera nos dias atuais.

Nota-se que a discriminação racial surge de um processo maior e profundo, que tem origem no período escravocrata. Os autores destacaram em seus trabalhos como o racismo e suas expressões se modificaram e se adaptaram junto com o desenvolvimento da sociedade moderna. Suas manifestações

são tão sutis, que chegam a ser quase indetectáveis no cotidiano, o que o torna ainda mais letal, pois sendo impercebível, afeta a saúde nos níveis mental e físico dos indivíduos, mas não é abordado ou combatido. A desigualdade das condições de vida entre negros e brancos se destaca, e pode ser observada em índices de desemprego, saúde, escolaridade, violência e em situações precárias de moradia. O corpo negro é submetido a vários tipos de hostilidade no cotidiano, que vão de comentários, olhares e constrangimento até mesmo a uma agressão física.

Tendo em vista que é necessário estar inserido em um grupo para o desenvolvimento saudável, a estabilidade dos vínculos com outros sujeitos e a promoção de sentimentos de pertença, constata-se que ser submetido a situações estressantes diariamente acaba gerando sofrimento psíquico, originários de uma construção de identidade desestabilizada, relações sociais adoecidas e autoimagem distorcida.

Esses sentimentos e ideias de menos valia ocasionam uma inverídica concepção do seu papel na sociedade e nas relações interpessoais, isso faz com que a pessoa negra passe por um processo doloroso de tentar chegar cada vez mais perto do padrão aceito, o branco.

Considera-se que o profissional psicólogo tem papel fundamental no enfrentamento ao racismo, já que na resolução N° 18/2002, o Conselho Federal de Psicologia estabelece normas de atuação em relação a preconceito e discriminação racial, corroborando assim com a concepção de que o psicólogo trabalha como agente neste cenário. Contudo, a produção de periódicos acadêmicos nacionais relacionados ao tema, nos últimos anos, é muito pouca, o que pode interferir no reconhecimento da discriminação racial direcionada à população negra como gerador e agravante de adoecimento, e também intervir no atendimento de qualidade a essa demanda. É significativo que cada vez mais o campo da saúde mental e o meio científico abordem as questões raciais levando em consideração os processos sociais presentes no contexto brasileiro.

5.REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural: Feminismos Plurais Coordenação Djamilia Ribeiro. 1. ed. rev. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 264 p. ISBN 978-85- 98349-74-9.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 20/09/2020
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 018/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília-DF, 19 de dezembro, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 18/10/2020
- COSTA, Eliane Silvia. Racismo como metaenquadre. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 62, pág. 146-163, dezembro, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002038742015000300146&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/09/2020
- DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 38, n. 3, pág. 450-464, setembro, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932018000300450&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05/09/2020
- FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 31, n. 2, pág. 374- 389, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932011000200013&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 11/09/2020
- GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. Psicol. Estud., Maringá, v. 24, e42738, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722019000100239&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/09/2020

- JESUS, Andréa Tavares de; SOUZA, Edson Nunes; SANTOS, Fábio Ferreira. O preconceito e a discriminação racial. In: FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS, IV, 2010, UFS - Itabaiana/SE, Brasil.
- MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2793-2802, Julho, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000702793&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03/09/2020
- ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. Negros são mais afetados por desigualdades e violência no Brasil, alerta agência da ONU. ONU Brasil. 22/03/2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/negros-sao-mais-afetados-por-desigualdades-e-violencia-no-brasil-alerta-agencia-da-onu/>>. Acesso em: 01/09/2020.
- PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082014000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10/12/2020.
- SANTOS, G; ALVES, S. POPULAÇÃO NEGRA. Edição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil. Brasília, 2015.
- TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se "Tornaram Negras". *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 39, e184764, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932019000100118&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04/09/2020
- TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 580-587, Dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042013000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11/09/2020.
- VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 244-248, dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/09/2020
- VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWISKI, Joana Paulim. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, janeiro/abril. 2014.
- ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, pág. 563-578, dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11/09/2020

Recebido em: 12 de junho de 2020
Avaliado em: 14 de julho de 2020
Aceito em: 21 de dezembro de 2020

¹ Bacharelado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)
 E-mail: andrielenascimento58@gmail.com

² Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Psicologia pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE). E-mail: luciana_marinho@hotmail.com

CONCEITOS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CONCEPTS OF COGNITIVE LINGUISTICS AND THEIR POSSIBLE CONTRIBUTIONS TO THE PERFORMANCE OF PSYCHOLOGY PROFESSIONALS: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

Gabriel Agra e Silva¹
Lucimary Bezerra F. A. Serapião²
Débora Alves de Amorim³

RESUMO: O presente trabalho se propôs a apresentar e discutir os conceitos da linguística cognitiva e os conceitos gerais da linguagem na atuação do psicólogo, observando os possíveis impactos dos mesmos neste contexto. Corresponde a uma revisão bibliográfica, utilizando como critério de exclusão conceitos que não correspondem a teoria cognitiva. Foram utilizados 18 acervos, sendo 14 encontrados em plataformas digitais e 4 correspondendo a acervos pessoais e foi utilizado a análise de conteúdo de Bardin para apresentação e organização dos dados coletados. Essa ampla pesquisa apontou que a escuta psicológica pode sofrer interferências na comunicação com bases em estudos da linguagem, como foi achado nos estudos analisados neste artigo.

Palavras-chave: Linguagem. Linguagem oralizada. Escuta Psicológica. Linguística cognitiva.

ABSTRACT: The present paper proposed to present and discuss the concepts of cognitive linguistics and the general concepts of language in the psychologist's work, observing their possible impacts in this context. It corresponds to a bibliographic review, using as exclusion criteria concepts that do not correspond to cognitive theory. Eighteen collections were used, 14 of them found in digital platforms and 4 corresponding to personal collections, and Bardin's content analysis was used to present and organize the data collected. This extensive research pointed out that psychological listening can suffer interference in communication based on language studies, as was found in the studies analyzed in this article.

Keywords: Language. Oral Language. Psychological Listening. Cognitive Linguistics.

1 CONCEITOS DA LINGUÍSTICA COGNITIVA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A linguagem desperta a curiosidade de áreas variadas da ciência, uma vez que sua função para construção e característica da sociedade é essencial. Através da linguagem a espécie humana possui a possibilidade de se expressar, construir conhecimento e se desenvolver socialmente, diferenciando-se de outras espécies do reino animal. Este elemento complexo e único permite que as relações humanas sejam

construídas com sentidos subjetivos, garantindo a perpetuação das diferentes culturas e valores que compõe os grupos sociais (CHOMSKY, 1998).

Falar sobre sua origem leva a uma discussão longa e de viés variado, de campos distintos da ciência. Para melhor compreender podemos optar por conceitos atuais, sobre o seu funcionamento e desenvolvimento e existem grandes contribuições para a linguagem nas ciências sociais, humanas, biológicas, entre outros campos. Uma das principais abordagens, a qual será desenvolvida nesse trabalho, é a Cognitiva, pautada na dialética do homem com o meio. As estruturas que compõem esta unidade são estudadas em uma abordagem geral dessas capacidades cognitivas (SILVA, 1997).

A linguagem é para Saussure:

uma faculdade humana, uma capacidade que os homens têm para produzir, desenvolver, compreender a língua e outras manifestações simbólicas semelhantes à língua. A linguagem é heterogênea e multifacetada: ela tem aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, e pertence tanto ao domínio individual quanto ao domínio social. (SAUSSURE apud VIOTTI, 2008, p. 15).

Neste sentido, a construção da linguagem e seu desenvolvimento vai além da imitação dos sons, é na interação com os adultos que as crianças adquirem o significado das palavras e tomam posse desse processo (VYGOTSKY, 2010; BORGES, SALOMÃO, 2003; VYGOTSKI, 2001 apud POROLONICZAK, 2013). O conceito da abordagem cognitiva descreve a importância da capacidade genética de desenvolver linguagem (Chomsky, 1998) da construção da significação desta linguagem, pelo viés sociais, e pelo viés da subjetividade do usuário da linguagem – falante.

A linguagem carrega consigo uma cultura, reflete em como se pensa e transmite ao meio aspectos da subjetividade (DUTRA, 2001), o acesso a esse ser é de extrema importância para o Psicólogo. É pela linguagem que ele pode tomar posse da subjetividade, tornando essencial a investigação da linguagem por parte deste profissional (DUTRA, 2001) e como afirma Pimentel: “Interrogar a linguagem verbal humana permite compreender nos discursos do cliente, da psicoterapeuta e dos sujeitos, alguns aspectos dos processos de subjetivação.” (PERLS, 1975, 1979; PERLS, HEFFERLINE; GOODMAN, 1997; HOLANDA, 2006; PIMENTEL, 2005, 2006 apud PIMENTEL, 2013, p. 9) pois é essa interação que promove a organização de toda expressão do sujeito (FERNANDES, 2002 apud OLIVEIRA, 2009).

Nesse processo de interação é importante refletir a atuação do profissional de psicologia como participante da linguagem e atuante nesse processo com relevância na prática da “fala”, uma vez que a sua principal ferramenta de trabalho é a escuta (BANDEIRA, et al, 2006). No processo vivenciado entre o psicólogo e o cliente, independente da abordagem, há o uso de uma língua em comum, e essa comunicação pode determinar a eficácia da intervenção desse profissional? Ou interferir nesse processo?

Objetivo deste artigo foi revisar os conceitos de linguagem e como as teorias trabalhadas podem apontar para os impactos da linguagem verbal na escuta psicológica.

2 METODOLOGIA

A relação da linguagem e seus possíveis impactos no cenário da atuação do profissional de psicologia foi analisada por um trabalho que corresponde a uma revisão bibliográfica. Para realização deste trabalho optou-se pela pesquisa em acervos localizados em plataformas digitais, sendo elas: *Scientific Electronic Library* (SciELO) e Google Acadêmico. Por se tratar de uma revisão literária, não se fez necessário o limite de acervos, mas buscou-se que os mesmos tivessem relação com as seguintes palavras chaves: Linguística cognitiva; Escuta Psicológica; Cognição; Desenvolvimento da Linguagem; Interação Social. Para contemplar temas mais amplos que contribuem para esse assunto, foram utilizados acervos pessoais que correspondem a autores renomados em conceitos trabalhados nesse artigo, sendo eles: Vigotsky, Chomsky e Luria. Como critério de exclusão na busca dos acervos, foram descartados artigos e/ou obras que fossem divergentes aos conceitos da linguística cognitiva e/ou não tivessem nenhuma relação com conceitos centrais dos autores citados. Foram utilizadas 18 obras ao todo, sendo que 14 foram artigos encontrados em plataformas digitais, e 4 dos acervos correspondem a posses pessoais, sendo eles: Delari (2013); Vygotski (1991); Luria (2014); e Chomsky (1998).

Para a análise dos dados foi utilizado a análise de conteúdo de Bardin, e a apresentação desses dados, foi dividida em 4 (quatro) categorizações, apresentando o conceito norteador da categoria dos acervos e a referência destes. Cada categoria pretende tecer argumentos acerca dos aspectos abordados. As categorias criadas buscam apresentar uma linha de raciocínio que favoreça uma reflexão sobre o tema da pesquisa e responder as hipóteses e objetivos do estudo. Encontram-se distribuídas em 4 tabelas, sendo a primeira referente “A linguagem e o homem”; a segunda alusiva “A linguagem como construção social”; terceira tabela traz a categoria que expõe “A linguagem e a subjetividade”; e a quarta e última tabela a refere-se “A linguagem e a psicologia”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa ampla pesquisa levou a conceitos específicos de autores que podem apoiar novos conceitos que contribuirão para o entrelaço dos conhecimentos de linguística e da atuação da psicologia. E, como exposto anteriormente, para melhor apresentação dos achados, os dados foram agrupados em categorias por aproximação conceitual.

A tabela 1 traz a categoria “A linguagem e o homem” que busca falar da linguagem como ferramenta única do homem, considerando sua complexidade e singularidade.

Categoria I – A linguagem e o homem		
Conceito norteador	Conteúdo associado - Citações	Autor
A linguagem como ferramenta única do homem, considerando sua complexidade e singularidade.	“Onde há humano há palavra e onde há palavra há humano.” (p. 132).	DELARI, Junior Achilles. Vygotski: consciência, linguagem e subjetividade. São Paulo: Editora Alínea, 2013.
	“No momento em que o ser humano fala [...] coloca-se em jogo vários outros aspectos sensíveis, presentes [...]. (p. 133).	
	“é com base na linguagem que se formam complexos processos de regulação das próprias ações do homem (LURIA, 1956, 1959) – embora, no início, a linguagem seja uma forma de comunicação [...] [ela] vai assim gradualmente se transformando em uma forma de organização da atividade psicológica humana.” (p. 197).	LURIA, A.R. O cérebro humano e a atividade consciente. VYGOTSKY, L.S., LURIA, A.R., LEONTIEV, A.N. <i>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.</i> São Paulo: Ícone, 2014.
	“Embora o uso de instrumentos pela criança durante o período pré-verbal seja comparável àquele dos macacos antropóides, assim que a fala e o uso de signos são incorporados a qualquer ação, esta se transforma e se organiza ao longo de linhas inteiramente novas. Realiza-se, assim, o uso de instrumentos especificamente humano, indo além do uso possível de instrumentos, mais limitado, pelos animais superiores.” (p. 20).	Vygotski, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Tabela 1- Conceitos norteadores da Categoria I e conteúdos associados

A distinção do mecanismo de linguagem do homem e do mecanismo de comunicação dos animais, que é apontada com relevância por Chomsky (1998), torna o ato de falar unicamente humano e implica a linguagem uma necessidade de considerar sua especificidade e complexidade. Então esse mecanismo pertencente unicamente ao homem, tornando-o dependente dele, criando uma relação de coexistência (DELARI, 2013).

Então, considerando essa relação, o sujeito que coexiste nesse cenário, se constrói em relação a ele, à essa coexistência. O que a linguagem permite para o desenvolvimento desse ser é apontado por Delari (2013); Luria (2014); e por Vygotski (1991). A discussão de Vygotsky (1991) torna evidente a fala como o ponto de origem que distingue o homem de outros primatas, é a partir dela que as funções superiores ganham forma, permitindo a construção de sentido do mundo.

Dando seguimento a discussão, a categoria II, descrita na tabela 2 abaixo, vem mostrar “A linguagem como construção social” e tem como conceito norteador: o meio como agente que promove

a relação possibilitando a formação da linguagem e afirma que é por ela que valores e a cultura são transmitidos.

Categoria II – A linguagem como construção social		
Conceito norteador	Conteúdo associado – Citações	Autor
O meio promove a relação que possibilita a formação da linguagem e é por ela que valores e a cultura são transmitidos.	<p>“A linguagem é central na própria definição do que vem a ser uma relação social[...]. O modo fundamental pela qual os humanos unem-se e confrontam-se um com os outros é a própria linguagem.” (p.120).</p> <p>“Cabe a outrem interpretar para enxergar[...] alguém que os pronuncia [os signos] e lhe conferem um sentido singular que convida à replica social[...].” (p. 135).</p>	DELARI, Junior Achilles. Vigotski: consciência, linguagem e subjetividade. São Paulo: Editora Alínea, 2013.
	<p>“É, na própria relação social, que a memória, o raciocínio, a atenção ou a percepção ganham forma e/ou tornam-se relevantes (ou não) [...]” (p.151).</p>	
	<p>“através da linguagem a criança tem acesso [...] a valores, crenças e regras, adquirindo os conhecimentos da sua cultura.” (p. 327).</p>	BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALMÃO, Nadia Maria ribeiro. Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social. Psicologia: reflexão e crítica, Parafba, 2003
	<p>“a linguagem deve ser analisada no ato da fala, no contexto social e cultural no qual é usada, com uma determinada intenção e de acordo com certas normas e convenções.” (p. 328).</p>	
	<p>“Uma diferença teórica relevante entre a Semântica tradicional (parte da tríade clássica: sintaxe, semântica e pragmática) e a Linguística Cognitiva é o papel da cognição na representação que se faz do mundo. Assim, muda a perspectiva de equivalência entre signo e referente no mundo, como propõe a visão tradicional, para uma abordagem de interpretações que as pessoas fazem das coisas e dos conceitos que constroem a partir disso.” (p. 82).</p> <p>“o frame reúne conhecimento compartilhado quanto às expectativas socioculturais relacionadas ao item lexical, o que possibilita sua correta interpretação.” (p. 85).</p>	KREBS, Luciana Monteiro; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. Teorias da linguística cognitiva para pensar a categorização no âmbito da Ciência da Informação.
	<p>“O diálogo entre a abordagem cognitivista contemporânea e a visão das ciências sociais nos permite compreender, por exemplo, que os processos de categorização, que nos possibilitam organizar discursivamente nossa experiência, constituem convenções e</p>	COSTA, Marcos Antônio; DUQUE, Paulo Henrique. Cognitivism e estudos da linguagem: novas perspectivas. In: XVII Semana de humanidades, UFRN: 2009. ISSN 2175-7593.

	<p>adaptações a uma realidade cultural e social.” (p. 6).</p>	
	<p>“estudos recentes têm defendido uma proposta alicerçada nas acomodações mútuas entre linguagem, cognição e cultura, uma vez que a linguagem não comporta, em si própria, os vários sentidos que são atribuídos a um mesmo objeto e, além disso, o sujeito se apresenta como um ser interativo que se posiciona no mundo.” (p. 7).</p>	
	<p>“a linguagem se dá em relação com o meio social e cultural no processo de categorização do mundo.” (p. 7).</p>	
	<p>“A atividade verbal humana é, nesse sentido, um processo social desde o início, distanciando-se cada vez mais da comunicação animal tanto pelo seu caráter consciente e teleológico, quanto pelo seu aspecto interativo-discursivo.”</p>	<p>Bezerra, G. F., Araújo, D. A. C. Sobre a Linguagem: Considerações sobre a Atividade Verbal a Partir da Psicologia Histórico-Cultural. Temas em Psicologia: 2013.</p>
	<p>“A consciência nunca foi um ‘estado interior’ primário da matéria viva; os processos psicológicos surgem não no ‘interior’ da célula viva, mas nas suas relações com o meio circundante [...]” (p. 194).</p>	<p>LURIA, A.R. O cérebro humano e a atividade consciente. VYGOTSKY, L.S., LURIA, A.R., LEONTIEV, A.N. <i>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.</i> São Paulo: Ícone, 2014.</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Tabela 2- Conceitos norteadores da Categoria II e conteúdos associados

Quando a linguagem passa a ser discutida na relação social, o olhar sobre sua funcionalidade deve abordar instâncias além do âmbito individual, pois como apontado por Luria (2014); Borges e Salamão (2003); Krebs e Laipelt (2018); Costa e Duque (2009); Bezerra e Araújo (2013), ela se apresenta nesse contexto e é pela interação que essa linguagem se constrói em relação ao homem e este em relação a linguagem. Os estudos que indicam a linguagem como elemento obrigatoriamente social, indicam e dão abertura para estudos que busquem analisar o desenvolvimento da linguagem na sua gênese.

Outro importante ponto desses estudos é a consideração que esse mecanismo tem imbricado na sua construção elementos particulares do contexto que ela é exercida como os valores morais de uma determinada cultura. Além desses elementos que se imbricam nessa construção, a subjetivação dos sujeitos falantes também pode exercer perturbação na criação e mudanças dessa língua (COSTA &

DUQUE, 2009). Isso permite concluir que a significação nasce no contexto social, logo, a linguagem é local, sua tradução vai além do som ou da sua tradução literal, ela pertence a aspectos de uma realidade subjetiva.

Seguindo com a proposta de análise de conteúdos elencados, a categoria III aborda “A linguagem e subjetividade” e vem articular os conteúdos associados ao conceito norteador que perpassar pela compreensão de que a formação do sujeito também se encontra subordinada a essa ferramenta, no caso, a linguagem. Conforme a tabela 3.

Categoria III – A linguagem e subjetividade		
Conceito norteador	Conteúdo associado – Citações	Autor
A formação desse sujeito também se encontra subordinada a essa ferramenta.	“a abordagem da LC é mais inclusiva que o cognitivismo clássico, assumindo que o conhecimento linguístico advém também de experiências do falante, que ocorrem dentro e fora da mente, e que merecem ser estudadas. Essa interpretação mais ampla dá conta de conotações estereotipadas referentes aos significados das palavras, ausentes das definições de caráter composicional estipuladas no cognitivismo tradicional. Nesta seção são apresentadas as teorias que abordam a categorização.” (p. 84)	KREBS, Luciana Monteiro; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. Teorias da linguística cognitiva para pensar a categorização no âmbito da Ciência da Informação. TransInformação, Campinas, 2018.
	“A complexidade das elaborações conceituais de Vygotsky (1993, 1995, 1996, 2000, 2001) aponta para a necessária prudência relacionada à eleição de uma única categoria de análise – como atividade, consciência, sentido, significado –, e exige o tensionamento e a consideração dos aspectos Inter constitutivos das múltiplas dimensões – individual, social e histórica, coletiva – para a compreensão do sujeito e da subjetividade.” (p. 617).	Molon, Susana Inês. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. Psicologia em Estudo. Maringá: out./dez. 2011.
	“Vygotsky argumenta que a consciência é histórica e semioticamente constituída e que o drama constitui o sujeito nas tramas das/nas relações imersas nas práticas sociais.” (p. 617).	
	“todas as relações são mediadas, e nem as interações epistemológicas nem as dialógicas são diretas; da mesma forma, as relações entre pensamento e linguagem não são diretas, mas são mediadas pelo significado. Desse modo, o sujeito se constitui pela mediação semiótica e por meio do processo de significação, mas essa constituição acontece no confronto eu-outro das relações sociais. Nesse sentido, a subjetividade e o sujeito são	

	<p>compreendidos na realidade social e na vida social, vista esta como, primordialmente, histórica.” (p. 617).</p> <p>“Argumenta-se, então, que a constituição do sujeito não se esgota no privilégio de aspectos intrapsicológicos ou interpsicológicos, mas no processo dialético de ambos, e ainda - o que é mais expressivo - a constituição do sujeito acontece pelo outro e pela linguagem em uma dimensão semiótica.” (p. 618).</p> <p>“A alteridade aparece como fundamento do sujeito, e a linguagem, a mediação semiótica, a significação, como a questão molecular na obra de Vygotsky.” (p. 618).</p> <p>“As contribuições profícuas e promissoras de Vygotsky e de Bakhtin na compreensão da significação argumentam que a linguagem, como produto da atividade, como produção humana, produz o sujeito na relação com o outro.” (p. 618).</p>	
	<p>“Se a consciência, que sente e pensa, dispõe de diferentes modos de representação da realidade, estes representam igualmente diferentes tipos de consciência. Por isso, o pensamento e a linguagem são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana.” (p. 77).</p>	<p>Vygotsky, Lev Semionovich. Lev Semionovich Vygotsky. Editora Massangana: Recife, 2010.</p>
	<p>“antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento.” (p. 2).</p>	<p>COSTA, Marcos Antônio; DUQUE, Paulo Henrique. Cognitivismo e estudos da linguagem: novas perspectivas. In: XVII Semana de humanidades, UFRN: 2009. ISSN 2175-7593.</p>
	<p>“Cumpro enfatizar que, o fato de compartilharmos os mesmos recursos perceptuais e motores, mas desenvolvermos visões de mundo muito diferentes, deve-se ao meio convencional com que modelamos significados: a linguagem.” (p. 43)</p>	<p>DUQUE, Paulo Henrique. Percepção, linguagem e construção de sentidos: por uma abordagem ecológica da cognição. In: TENUTA, Adriana Maria; COELHO, Sueli Maria. Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018.</p>
	<p>“[...] a linguagem é essencial e tem um papel constitutivo tanto nas relações sociais quanto, portanto, na gênese da consciência que emerge como função delas.” (p. 121).</p>	<p>DELARI, Junior Achilles. Vigotski: consciência, linguagem e subjetividade. São Paulo: Editora Alínea, 2013.</p>

	<p>“No momento em que o ser humano fala [...] coloca-se em jogo vários outros aspectos sensíveis, presentes [...]”. (p. 133).</p>	
	<p>“A constituição social e simbólica das funções superiores articula-se como problema do desenvolvimento sistêmico da consciência, e esse desenvolvimento sistêmico, por sua vez só pode se dar como semanticamente estruturado, ou seja; mediado por processos de significação.” (p. 159).</p>	
	<p>“é com base na linguagem que se formam complexos processos de regulação das próprias ações do homem (LURIA, 1956, 1959) – embora, no início, a linguagem seja uma forma de comunicação [...] [ela] vai assim gradualmente se transformando em uma forma de organização da atividade psicológica humana.” (p. 197).</p>	<p>LURIA, A.R. O cérebro humano e a atividade consciente. VYGOTSKY, L.S., LURIA, A.R., LEONTIEV, A.N. <i>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.</i> São Paulo: Ícone, 2014.</p>

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Tabela 3- Conceitos norteadores da Categorias III e conteúdos associados

Como discutido acima, a construção da linguagem ocorre na relação social, então devemos discutir como afeta o campo individual: a linguagem influencia o desenvolvimento do sujeito? Assim discutido por Krebs e Laipelt (2018), a Linguística cognitiva vem discutir esse tema no âmbito do ser falante e o meio que ele habita, mas essa discussão revela o desenvolvimento da língua na experiência do sujeito e na significação. Logo, a instância subjetiva vem a ser colocada em discussão quando passamos a considerar a experiência do indivíduo como componente essencial desse processo. Nessa relação da formulação da significação, que se origina na relação social, o homem passa a assimilar o mundo e dar nome as coisas, compreende o significado, e além disso, ele dá forma a linguagem, ou seja, mesmo que a aquisição da linguagem seja a mesma língua e o mesmo processo simbólico, há, nesse processo, distinção dos sentidos e da visão de mundo entre sujeitos de contextos similares (DUQUE, 2018; COSTA & DUQUE, 2009).

Assim como em Delari (2013) e Luria (2014), a linguagem é discutida como elemento principal na criação e constituição da consciência, essas afirmações encaminham a discussão do desenvolvimento da subjetividade com melhor precisão na inferência de que linguagem é essencial para constituição individual do homem (VIGOTSKY, 2011). E acrescentando a discussão, Molon (2011) aborda discussões sobre a consciência e a constituição deste sujeito em uma abordagem baseada na compreensão da análise do homem com base nos “aspectos Inter constitutivos das múltiplas dimensões – individual, social e histórica, coletiva – para a compreensão do sujeito e da subjetividade.” (p. 617).

Então a gênese desse ser que possui subjetividade, poder de decisão e características individuais, pode ser encontrada na linguagem, ela pode ser a chave entre o que diferencia o humano de outros animais e também pode evidenciar aspectos das relações sociais, pois a língua pode revelar particularidades desse processo.

Por fim, mas não mesmo importante, o entrelaçamento de conceitos trabalhados na psicologia e os conceitos de linguagem que vem a ser debatido, na pretensão de analisar a relação subjacentes entre “A linguagem e a psicologia”. Relação esta que corresponde a quarta categoria proposta para discussão nesse estudo, conforme descrita na tabela 4.

Categoria IV – A linguagem e a psicologia		
Conceito norteador	Conteúdo associado – Citações	Autor
O entrelaçamento de conceitos trabalhados na psicologia e os conceitos de linguagem.	“A investigação da linguagem é fundamental para a formação do psicólogo [...]. A linguagem enquanto fenômeno é objeto de análise entre diversos tipos de estudiosos e, no plano humano, os mesmos têm a pretensão de alcança-la [...]” (p. 77). “Tem-se que averiguar o significado num mundo histórico determinado, contextualizado e, para tanto, necessária se faz a introdução do elemento <i>interpretação</i> , visando atingir a efetiva compreensão.” (p. 79).	DUTRA, Lucas Vieira. Hermenêutica, linguagem e psicologia . Estud. psicol., Campinas, v.18, n.3, p.75-87, dezembro de 2001.
	“Dentre as habilidades estudadas, na presente pesquisa, as quatro consideradas pelos psicólogos como sendo as mais importantes para a atuação profissional em Psicologia, foram: ouvir, observar, recusar pedidos abusivos e ajudar o outro a identificar os seus sentimentos.” (p. 147).	BANDEIRA, Marina et al. Habilidades interpessoais na atuação do psicólogo . Interação em Psicologia: Curitiba, 2006.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Tabela 4- Conceitos norteadores da Categorias IV e conteúdos associados

Abordando a linguagem como esse agente responsável pela interação, há contextos que essa interação pode ser analisada com um olhar mais ampliado: a escuta psicológica. O ouvir na psicologia é uma das suas principais ferramentas de trabalho (BANDEIRA et al., 2006). Então o trabalho do profissional de psicologia, que se estabelece na interação com o outro, cabe a interpretação dessa fala (DUTRA, 2001).

Como mencionado anteriormente, essa interação de dois sujeitos, ambos constituídos pela linguagem, imbricada nesse contexto se apresentam construções subjetivas, de uma língua com contextos sociais e de significações singulares, que se encontram no emissor-falante (cliente) e receptor-ouvinte (profissional de psicologia). E com isso, a interpretação pode ser mais efetiva com estudos que

apontem essas interferências, ou seja, é importante para o psicólogo a apropriação desses conhecimentos (DUTRA, 2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência também se discute na ciência psicológica. A atuação desse profissional se encontra, prioritariamente, na escuta, ou seja, na interação do cliente e psicólogo. Considerando o que já foi discutido acima, a linguagem – elemento principal do contexto psicólogo-cliente – se encontra desenvolvidas e imbricadas com elementos estruturantes, que carrega valores, cultura, idiossincrasias e a subjetividade do falante. Reconhecendo os possíveis impactos que dessas concepções na interação, estudos sobre a escuta se fazem necessários para que a eficácia dessa escuta e interpretação da fala do cliente possa ter melhor desempenho.

Estudos acerca da linguagem podem promover para psicologia, e também outras ciências sociais, conhecimentos capazes de contribuir para discussões de diversos campos teóricos e pragmáticos, podendo abrir caminhos e apontar soluções para questões já existentes.

Na construção deste artigo, foi notada uma escassez de artigos que destaque a relação direta ou indireta da psicologia e estudo da linguística. Esse é um campo amplo para discussões e entrelaçamentos de conceitos que podem auxiliar a eficácia da atuação do psicólogo.

5 REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Marina et al. Habilidades interpessoais na atuação do psicólogo. *Interação em Psicologia*: Curitiba, 2006. Disponível em: <<https://url.gratis/KAFfc>>. Acesso em: 20/12/2020.
- BEZERRA, G. F.; ARAÚJO, D. A. C. Sobre a Linguagem: Considerações sobre a Atividade Verbal a Partir da Psicologia Histórico-Cultural. *Temas em Psicologia*: 2013. Disponível em: <<https://url.gratis/qRdHP>>. Acesso em: 20/12/2020.
- BORGES, Lucivanda Cavalcante; SALMÃO, Nadia Maria ribeiro. Aquisição da linguagem: considerações da perspectiva da interação social. *Psicologia: reflexão e crítica*, 2003. Disponível em: <<https://url.gratis/AbJrk>>. Acesso em: 20/12/2020.
- CHOMSKY, Noah. *Linguagem e mente*. UNB: Brasília, 1998.
- COSTA, Marcos Antônio; DUQUE, Paulo Henrique. Cognitivismo e estudos da linguagem: novas perspectivas. In: XVII Semana de humanidades, UFRN: 2009. ISSN 2175-7593. Disponível em: <<https://url.gratis/SXCAF>>. Acesso em: 15 de out de 2020.
- DELARI, Junior Achilles. *Vigotski: consciência, linguagem e subjetividade*. São Paulo: Editora Alínea, 2013.
- DUQUE, Paulo Henrique. Percepção, linguagem e construção de sentidos: por uma abordagem ecológica da cognição. In: TENUTA, Adriana Maria; COELHO, Sueli Maria. *Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. Disponível em: <<https://url.gratis/nkXUw>>. Acesso em: 20/12/2020.
- DUTRA, Lucas Vieira. Hermenêutica, linguagem e psicologia. *Estud. psicol.*, Campinas, v.18, n.3, p.75-87, dezembro de 2001. Disponível em: <<https://url.gratis/pfvfh>>. Acesso em: 20/12/2020.
- KREBS, Luciana Monteiro; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. Teorias da linguística cognitiva para pensar a categorização no âmbito da Ciência da Informação. *TransInformação*, Campinas, 2018. Disponível em: <<https://url.gratis/3yppU>>. Acesso em: 20/12/2020.
- LURIA, A.R. *O cérebro humano e a atividade consciente*. VYGOTSKY, L.S., LURIA, A.R., LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 2014.

- MOLON, Susana Inês. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622, out./dez. 2011. Disponível em: <<https://url.gratis/Lt2Ry>>. Acesso em: 20/12/2020.
- OLIVEIRA, Shirlene Bemfica. Interação sob a perspectiva do professor de língua inglesa. *REVISTA MEMENTO: Minas gerais*, 2009. Disponível em: <<https://url.gratis/D8AmP>>. Acesso em 20/12/2020.
- PIMENTEL, Adelma. Pesquisa exploratória da violência psicológica por meio da linguagem. *Filol. linguíst. port.*: São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://url.gratis/Lx4m1>>. Acesso em: 20/12/2020.
- POROLONICZAK, Juliana. O papel da linguagem e da palavra no processo de desenvolvimento humano. In: *Anais da XI Jornada do HISTEDBR*: Cascavel, 2013. Disponível em: <<https://url.gratis/LBdtq>>. Acesso em: 20/12/2020.
- SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades: Portugal*, 1997. Disponível em: < <https://url.gratis/vgEZm> >. Acesso em: 20/12/2020.
- VIOTTI, Evani. *Introdução aos Estudos Linguísticos*. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://url.gratis/EncgD>>. Acesso em: 20/12/2020.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Lev Semionovich Vygotsky*. Editora Massangana: Recife, 2010. Disponível em: < <https://url.gratis/Cfn5l> >. Acesso em: 20/12/2020.
- VYGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.

Recebido em: 26 de junho de 2020
Avaliado em: 14 de julho de 2020
Aceito em: 21 de dezembro de 2020

¹ Bacharelado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)
E-mail: agragabriel76@gmail.com

² Professora orientadora, docente do curso de Psicologia e Coordenadora do Serviço-Escola de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF), Psicóloga, Pós-Graduada em Administração Escolar e Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pós-Graduada em Neuropsicologia pela CPHD-CPN/UNIFESP, Pós-Graduada em Terapia Cognitivo-Comportamental pela NTCBA-FACCAT. Com formação em Reabilitação Neuropsicológica pelo INAP-CPN/UNIFESP. E-mail: prof.lucimarybezerra@gmail.com

³ Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF). Doutora e Mestre em Psicologia Cognitiva Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: alvesamorimdebora@gmail.com

SEÇÃO II: PROCESSOS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

SÍNDROME DE *BURNOUT* EM TEMPOS DE PANDEMIA: A TENSÃO EMOCIONAL EM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NAS AULAS REMOTAS EM BELÉM DO SÃO FRANCISCO-PE

BURNOUT SYNDROME IN PANDEMIC TIMES: EMOTIONAL TENSION IN UNIVERSITY TEACHERS IN REMOTE CLASSES IN BELÉM DO SÃO FRANCISCO-PE

Thailany de Oliveira Alvim Carvalho¹

Lucimary Bezerra F. A. Serapião²

RESUMO: A Síndrome de *Burnout* é resultado do estresse vivenciado em um longo período de tempo no seu espaço laboral, onde as tentativas para enfrentar essas situações de perturbação foram insuficientes para lidar com a carga emocional. Deste modo, o objetivo do estudo foi de mensurar o desgaste profissional dos professores de ensino superior de Belém do São Francisco-PE durante a pandemia a partir do ensino remoto, e verificar a predisposição à Síndrome diante adaptações à prática da docência. A pesquisa é de caráter descritiva exploratória e o método de análise de dados utilizado foi o quantiquantitativo. Para coleta de dados, foi aplicado o *Maslach Burnout Inventory - Educators Survey* para verificação do esgotamento profissional e um questionário sociodemográfico para analisar a relação existente entre as variáveis e o cansaço ocupacional. Evidenciou-se que o grupo pesquisado se encontra moderadamente esgotado, onde 40,9% da amostra concentra-se na categoria mais alta de exaustão emocional, e que a pouca habilidade com aparatos tecnológicos, a carga horária e o tempo de experiência com a docência foram os fatores que mais influenciaram para esse esgotamento. Além disso, verificou-se que professores que lecionam nos cursos de Educação e Saúde, especificamente os cursos de Letras e Psicologia, foram os que mais apresentaram pontuações elevadas na exaustão emocional. Sendo esta pesquisa desenvolvida em duas instituições específicas de funcionamento privado, os resultados obtidos não podem ser estendidos à outras realidades, e que, por essa razão, faz-se necessário a realização de estudos futuros em instituições públicas e com maior número de voluntários.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout. Pandemia. professores.

ABSTRACT: Burnout Syndrome is the result of stress experienced over a long period of time in their work space. The objective of the study was to measure the professional attrition of higher education teachers in Belém do São Francisco-PE during the pandemic remotely, and to verify the predisposition to the syndrome. The research is of a descriptive exploratory nature and the method of data analysis used was the quantiquantitative one. For data collection, the Maslach Burnout Inventory - Educators Survey was used to verify professional burnout and a sociodemographic questionnaire to analyze the relationship between the variables and occupational fatigue. It was evident that the group researched is moderately exhausted, where 40.9% of the sample is concentrated in the highest category of emotional exhaustion, and that the little ability with technological apparatuses and the time of experience with teaching were the factors that most influenced this exhaustion. In addition, it was possible to verify that teachers who teach in the Education and Health courses, specifically the Letters and Psychology courses, were the ones who presented the highest scores in emotional exhaustion. Considering that the present research was developed in two specific institutions of private operation, the results obtained cannot be extended to other realities, and that, for this reason, it is necessary to carry out future studies in public institutions and with a greater number of volunteers.

Keywords: Burnout Syndrome. Pandemic. Teachers.

1 INTRODUÇÃO

Para descrever a Síndrome do esgotamento profissional, o psicanalista norte-americano Herbert Freudenberger (1974), na década de 70 nos Estados Unidos da América, fez uso do termo *Burnout* para representar a exaustão física e mental de profissionais, sendo inicialmente caracterizado como um atributo às profissões da área assistencial, como saúde, serviço social, professores, entre outros.

Burnout é um tipo de estresse ocupacional crônico derivado do esgotamento mental e físico relacionado ao trabalho, onde o estresse laboral é um fator adoecedor. Maslach e Jackson (1981) caracterizam a Síndrome de *Burnout* (SB) como uma consequência da relação que se estabelece entre o sujeito e seu emprego, as tensões emocionais relacionadas ao trabalho e do acúmulo de serviços. Sendo este um adoecimento relacionado ao exercício profissional, a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu para a próxima edição de Classificação Internacional de Doenças (CID-11) a *Burnout* como uma síndrome duradoura (NEVES, 2019). Desta forma, a SB é resultado de um período de tempo longo de estresse, onde as tentativas de enfrentamento falharam e/ou foram insuficientes para lidar com a carga emocional, ocasionando o distúrbio.

De acordo com o modelo multidimensional de Maslach e Jackson (1981), existem três dimensões que fundamentam a Síndrome: a exaustão emocional, a despersonalização e realização pessoal no trabalho, as quais se relacionam simultaneamente umas com as outras e evidenciam a *Burnout*. A exaustão emocional, como o próprio nome sugere, é caracterizada por um esgotamento de recursos emocionais que são de competência do próprio sujeito. Essa dimensão de debilidade profissional é definida por um cansaço extremo, uma falta de energia para um dia laboral, uma sensação de exaustão para enfrentar o trabalho diário; a despersonalização relaciona-se ao tratamento depreciativo para com os colegas de trabalho, clientes, alunos e afins, sendo atitudes frias e negativas; por fim, a realização profissional que é caracterizada pelo sentimento de fracasso ocupacional, de insatisfação com o trabalho e de uma autoavaliação negativa a respeito da sua vida profissional.

Desta maneira, a docência de nível superior apresenta aspectos que proporcionam esse desgaste, onde Franco (2000) aponta que o plano de trabalho do professor de ensino superior dispõe de horas de pesquisa, mas que, no entanto, a carga horária é tão alta que por vezes não sobra espaço para nem sequer o planejamento das aulas. A docência universitária em suma, cobra do professor a conciliação de atividades pedagógicas de ensino, pesquisas de extensão, produções científicas, além da demanda da carga horária em sala de aula, sobrecarregando-o.

Assim também, o exercício profissional do professor universitário é constituído por inúmeros fatores psicossociais estressores que influenciam diretamente tanto na qualidade de vida quanto no desempenho das atividades profissionais dos mesmos, como afirma Carlotto (2002), que na própria prática profissional do docente, existem fatores estressores que são de caráter do trabalho, e outros fatores estressantes que são ocasionados pelo ambiente em que a prática ocorre, sendo que a persistência desses elementos pode ocasionar a SB.

Além disso, as novas formas de ensino à distância (BRASIL,2020), devido ao cenário pandêmico, proporcionaram um contexto completamente diferente para educadores lecionarem e inúmeros desafios laborais. Os esforços para novas formas de avaliação numa perspectiva de ensino remoto durante a pandemia, junto às tensões socioemocionais desses profissionais de ensino superior, puderam provocar um esgotamento laboral e uma predisposição à Síndrome.

Desta forma, a presente pesquisa buscou investigar, através do *Maslach Burnout Inventory - Educators Survey*, os possíveis resultados negativos ao estresse ocupacional em professores universitários das instituições de ensino superior de Belém do São Francisco-PE durante a pandemia pelo coronavírus e as dimensões que se integram a esse estresse ocupacional.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida integralmente de modo virtual, sendo esta de caráter descritiva exploratória e o método de análise de dados utilizado foi o quantitativo, em razão da necessidade de correlacionar as variáveis com a Síndrome de *Burnout* de acordo com a literatura científica. O estudo foi submetido ao comitê de ética no dia 13/05/2021 e aprovado em 27/09/2021, sob o número CAAE 48559621.0.0000.8267 (Anexo VI). O comitê de ética em pesquisa com Seres Humanos responsável pelo presente estudo está situado na Faculdade de Integração do Sertão-FIS, localizada na Rua João Luiz de Melo, 2110, Tancredo Neves, Serra Talhada-PE, CEP 56909-205.

O estudo foi realizado com 22 professores universitários que lecionaram em Belém do São Francisco-PE durante a pandemia da COVID-19 de modo remoto na Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco-FACESF e no Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco-CESVASF.

Para obtenção dos dados, foi enviado o convite da pesquisa, através do e-mail, para as coordenações das devidas instituições em proveito do compartilhamento com os professores, constando o link de ingresso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que deu acesso direto aos formulários no Google forms. Para participação da pesquisa e preenchimento dos documentos, foi disponibilizado um período de 15 (quinze) dias. Além disso, as devidas instituições permitiram, através de cartas de anuência (ANEXO V), a realização da pesquisa proposta com seus docentes.

Ao longo de todo o processo de coleta de dados, as pesquisadoras estiveram à disposição das eventuais demandas que a pesquisa poderia ocasionar e encaminhando para atendimento psicológico na clínica escola Olegário Lustosa de maneira gratuita, e que, mesmo após a finalização do estudo, o serviço de assistência ainda estará em vigor.

Deste modo, no primeiro momento os participantes da presente investigação firmaram o TCLE, no formato online (ANEXO I), protegendo – os e elucidando quanto a finalidade da pesquisa e em seguida

responderam tanto ao questionário sociodemográfico, quanto ao inventário *Maslach Burnout Inventory - Educators Survey* conhecido como “MBI forma ED”, adaptado para aplicação virtual.

Empregue para realizar a coleta de dados, o questionário sociodemográfico, elaborado no Google Forms (ANEXO II), coletou dados incluindo gênero, idade, estado civil, número de filhos, tempo de experiência profissional, cursos aos quais lecionam, número de alunos em seu encargo, a classificação de suas habilidades com aparatos tecnológicos e sua carga horária semanal.

Além disso, com a finalidade de mensurar o desgaste profissional, foi aplicado o MBI forma ED (ANEXO III), sendo este uma das adaptações que o MBI recebeu no passar dos anos, de acordo com Moreno-Jimenez et al. (2002), sendo um instrumento específico para mensuração da Síndrome de *Burnout* em professores, tendo como alteração no inventário apenas a substituição da palavra “cliente” por “aluno”, validada por Benevides-Pereira (2001), o qual foi utilizado nesse projeto.

O MBI forma ED é constituído por 22 itens numa escala de resposta do tipo likert de 6 pontos e composto por 3 dimensões fundamentais, as quais correspondem aos três eixos da síndrome. Deste modo, são divididos 9 itens para a exaustão emocional (EE), 5 itens para a despersonalização (DP) e 8 itens para a realização pessoal no trabalho (RP), conforme Cunha et al. (2009). Para verificação das pontuações obtidas, foi utilizado como ponto de corte os números apresentados por Gaitan (2009) em seu trabalho “Fatores de esgotamento do professor como preditores de adesão à intervenção comportamental”, traduzido do inglês (ANEXO IV).

Por fim, a análise foi realizada de acordo com os gráficos gerados pelo Google Forms e traçado com materiais teóricos os níveis de estresse laboral, identificando as variáveis que mais influenciaram no esgotamento profissional e analisado a predisposição à SB a partir das pontuações obtidas nas subescalas do instrumento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As características sociodemográficas da amostra são apresentadas na Tabela 1 para melhor visualização do perfil dos professores estudados. De acordo com os dados coletados, foi realizada uma correlação entre o desgaste profissional e o perfil dos voluntários da pesquisa.

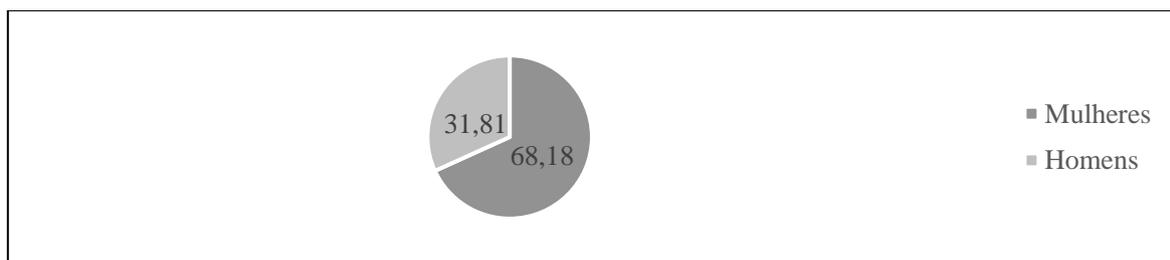
Variáveis		Frequência	%
Sexo	Feminino	15	68,18
	Masculino	7	31,81
Idade	0-25	1	4,54
	26-30	3	13,63
	31-40	11	50
	41+	6	27,27

Estado Civil	Companheiro Estável	13	59,09
	Sem companheiro estável	9	40,90
Tempo que trabalha	0-5	11	50
	6-11	5	22,72
	12+	6	27,27
Nº de filhos	Sem filhos	17	77,27
	1	3	13,63
	2	1	4,54
	3+	1	4,54
Qº de cursos que leciona	0-5	20	90,90
	6-11	2	9,09
Nº de alunos encarregado	0-50	3	13,63
	51-100	8	36,36
	101+	11	50
Habilidade com o EAD	Boa	9	40,90
	Moderada	9	40,90
	Excelente	3	13,63
	Ruim	1	4,54
	Péssima	-	-
Carga horária semanal	0-10	1	4,54
	11-20	5	22,72
	21-30	1	4,54
	31+	15	68,18

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra.

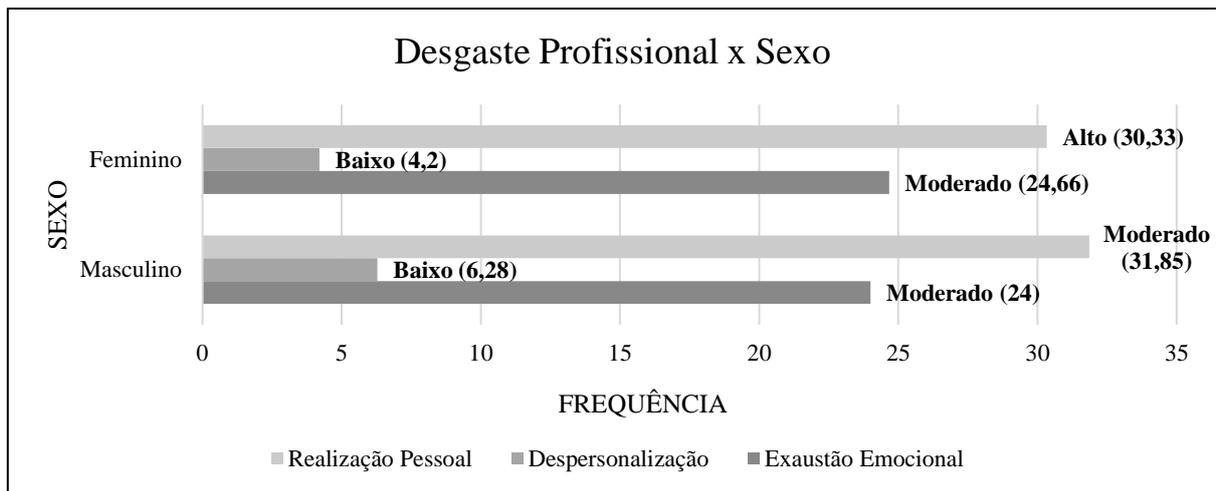
Ao que tange a variável sexo, segundo os dados obtidos, a amostra é majoritariamente feminina, correspondendo a 68,18% do total da amostragem. Araújo et al. (2006) aponta que existe uma predominância do sexo feminino na docência em razão do próprio contexto brasileiro, em que o cargo de professor se deu por muito tempo como uma atividade feminina, podendo ser esta a razão da grande incidência de mulheres na pesquisa.



Fonte: dados da pesquisa

Figura 1. Distribuição dos professores na pesquisa

Ainda assim, mesmo havendo a prevalência de mulheres na base de dados desse estudo, é verificado que a exaustão emocional em ambos os sexos se apresentou numa classificação moderada, bem como a despersonalização, numa categoria baixa para ambos, havendo uma diferenciação de alto e moderado somente na realização profissional, estando os homens mais satisfeitos com seus cargos na docência, como apresentado no figura 2.

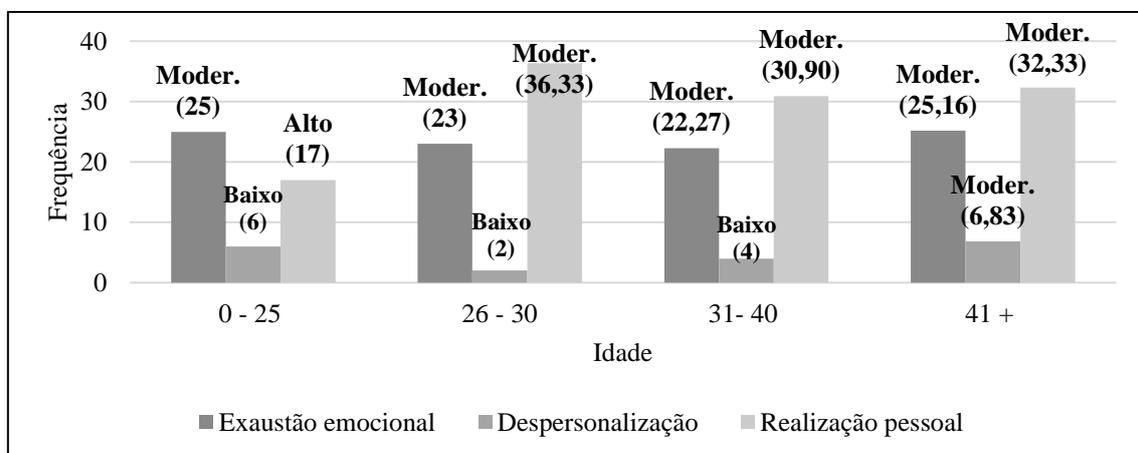


Fonte: dados da pesquisa

Figura 2 - Desgaste Profissional x sexo

Em contraste ao que se é verificado na presente pesquisa, Carlotto et al. (2014) evidencia que mulheres apresentam médias mais elevadas no que tange a Exaustão Emocional, enquanto que homens retratam maiores médias na dimensão de Despersonalização. Contudo, quanto a correlação entre sexo e desgaste profissional, a única subescala que evidenciou diferença, mesmo que pequena, foi a de realização profissional, onde os homens obtiveram média de 31,85 (moderado) e mulheres 30,33 (alto), estando os homens levemente mais satisfeitos com a docência.

No que se refere a idade (figura 3), houve prevalência na pesquisa de professores com idade superior à 25 anos, expressando-se em um percentual maior que 90%, mas que, embora a grande maioria esteja em categorias de 26 anos ou mais, o único participante (4,54%) integrante da categoria 0-25 anos apresentou moderada exaustão emocional, e que, professores com mais de 41 anos (27,27%) de idade apresentaram frequências mais elevadas quanto ao tratamento impessoal e distante para com seus alunos, não se distanciando da resenha de Perez-Ramos (2004), o qual afirmou que os níveis de *Burnout* são mais elevados em profissionais mais jovens, e, em especial, aos que não atingiram a idade de 30 anos.



Fonte: dados da pesquisa

Figura 3 - Desgaste profissional x idade

Corroborando ao evidenciado na pesquisa, Carlotto (2011) aponta que idades mais elevadas é perpendicular ao tratamento depreciativo no seu espaço laboral, como verificado na amostra, em que a única categoria que apresenta moderada despersonalização está entre os docentes com 41 anos ou mais. Por conseguinte, o resultado da moderada exaustão emocional na categoria 0-25 anos pode estar relacionada à falta de recursos emocionais próprios frente à experiência, uma vez que o desenvolvimento de habilidades profissionais (MANFREDI, 1998) e o saber ponderar as relações existentes no meio de trabalho, assim como a carga emocional envolvida, são facetas elaboradas a partir de vivências, como afirma Neisse et al. (1996).

Outro dado importante verificado é o de que quanto maior a carga horária do docente, maior é o seu esgotamento ocupacional, e em especial, sua exaustão psíquica, a qual foi classificada como alta nessa relação. Professores com carga horária superior à 31 horas semanais contabilizaram um percentual de 68,18% da amostragem (Tabela 1) e desses, 53,33% não se sentem totalmente realizados com suas ocupações (Tabela 2) e apresentam esgotamento emocional alto.

Carga Horária	Subescala da Síndrome de <i>Burnout</i>	Classificação Média
0-10	EE	Moderada (25)
	DP	Baixo (6)
	RP	Alto (17)
11-20	EE	Baixo (16)
	DP	Baixo (4,4)
	RP	Moderado (32)
21-30	EE	Baixo (12)
	DP	Moderado (7)
	RP	Baixo (38)
31+	EE	Alto (28,06)
	DP	Baixo (4,8)
	RP	Moderado (30,86)

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 2. Classificação da Síndrome de Burnout segundo a carga horária pelo MBI-ES

Em estudo semelhante, Carlotto (2011) identificou os mesmos resultados no que diz respeito a correlação entre elevadas cargas horárias do docente e o maior desgaste emocional, enquanto que há menor pontuação na dimensão de realização profissional, bem como na presente pesquisa, verificando que os níveis de EE e RP são altos e moderados, respectivamente. Ainda assim, vale destacar que o grupo de menor carga horária se apresenta moderadamente esgotados emocionalmente, e não se sentem tão realizados quanto à docência.

Da mesma forma, assim como a carga horária influencia no desgaste profissional, a quantidade de alunos em seus encargos também contribui para o aumento desse esgotamento psíquico, de acordo com a análise na tabela 3.

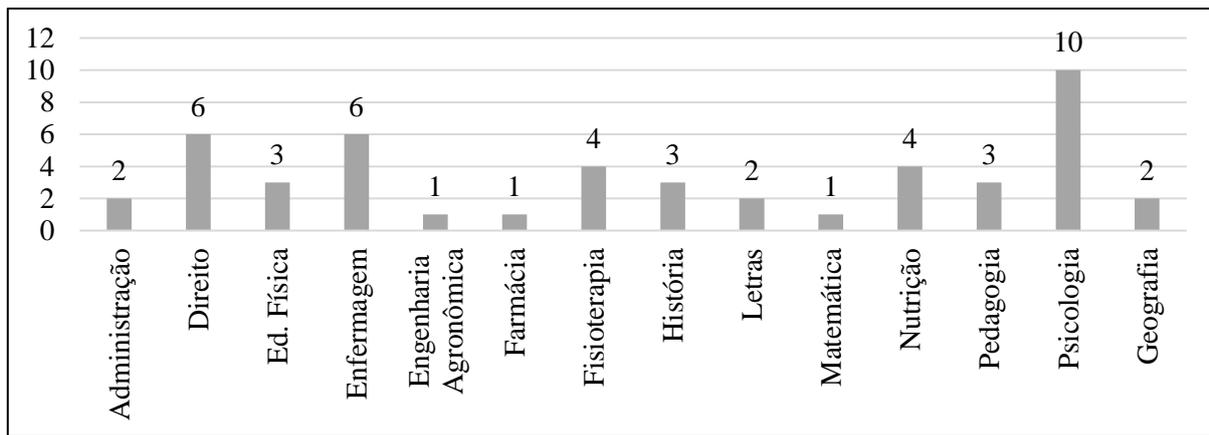
Quantidade de alunos	Subescala da Síndrome de <i>Burnout</i>	Classificação Média
0-50	EE	Moderado (19)
	DP	Moderado (7)
	RP	Alto (29,33)
51-100	EE	Alto (29)
	DP	Baixo (5,25)
	RP	Moderado (27,12)
101+	EE	Moderado (22,63)
	DP	Baixo (4)
	RP	Moderado (33,9)

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 3. Classificação da Síndrome de *Burnout* segundo a quantidade de aluno pelo MBI-ES

Embora não tenha havido grandes considerações quanto a influência da quantidade de alunos no estresse ocupacional, todas as variáveis verificadas no estudo apresentaram relação direta ou indireta com o fenômeno investigado. Por certo, a categoria referente a quantidade de 51-100 alunos apresentou média alta na subescala de exaustão emocional, mas que, vale atentar à subescala de despersonalização, onde em estudo semelhante com professores suíços (BURKE; GREENGLASS; SCHWARZER, 1996), um dos fatores que mais contribuiu para a *Burnout* foi o relacionamento que se estabeleceu entre os professores e os alunos.

Tendo em vista a jornada de trabalho, os cursos que se apresentaram com maiores incidências foram os de Psicologia (10), Direito (6) e Enfermagem (6). Dos 22 professores voluntários, 90,9% lecionam em até 5 cursos e apenas 9,1% de 6 à 11 cursos.



Fonte: dados da pesquisa

Figura 4 - Curso em que os professores pesquisados lecionam

Relacionando os cursos com o desgaste profissional, obtivemos que entre os cursos de Saúde (Enfermagem, Ed. física, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Psicologia), Engenharia (Eng. Agrônômica), Direito, Educação (História, Letras, Matemática, Pedagogia e Geografia) e Administração, os que mais se sentem emocionalmente exaustos são os docentes que estão inseridos nos cursos de educação, tendo média de EE equivalente a 22,4, estando categorizada como um desgaste moderado. Por conseguinte, aparece os cursos de Saúde (20,46), Direito (17,83), Administração (17,5) e Engenharia Agrônômica (15), estando numa classificação baixa apenas este último. No entanto, mesmo sendo os cursos de Educação os que mais se demonstraram cansados, o curso de Psicologia (27,3) se distancia da média do curso de Letras(27,5) por 0,2 décimos, estando esses no topo da escala de exaustão emocional.

Cursos	Frequência	EE	DP	RP
Administração	2 (9,1%)	17,5	7,5	34
Ciências Biológicas	—	—	—	—
Direito	6 (27,3%)	17,83	4	31,33
Educação Física	3 (13,6%)	17	2,33	30,33
Enfermagem	6 (27,3%)	25	2,83	33
Eng. Agrônômica	1 (4,5%)	15	0	34
Farmácia	1 (4,5%)	11	1	40
Física	—	—	—	—
Fisioterapia	4 (18,2%)	21,25	2,25	33,25
Geografia	2 (9,1%)	25,5	5	35,5
História	3 (16,6%)	22	3,33	35
Letras	2 (9,1%)	27,5	4,5	32,5
Matemática	1 (4,5%)	15	0	34

Nutrição	4 (18,2%)	21,25	6	33,25
Pedagogia	3 (13,6%)	22	3,33	35
Psicologia	10 (45,5%)	27,3	5,6	30,2

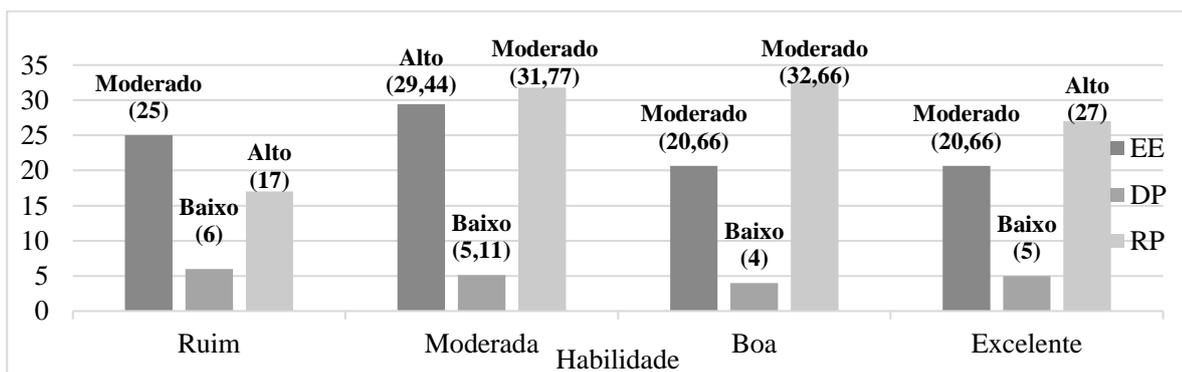
Fonte: dados da pesquisa

Tabela 4. Caracterização da Síndrome de *Burnout* segundo o MBI- ED diante os cursos de graduação

Deste modo, cursos que necessitam, nesse período, de experiências práticas na graduação e de presencialidade como os cursos de Psicologia e Educação, podem explicar o fator desgaste, em função das aulas remotas dificultarem o processo ensino-aprendizagem, ou, por outro lado, o fator que pode explicar tais achados tenha relação com a quantidade de disciplinas ministradas pelos professores dessas áreas exigirem maiores esforços laborais, uma vez que a transição das aulas presenciais para o ensino remoto causou em educadores, medo, ansiedade e insegurança, devido a sobrecarga do home office (ALVES et al., 2020). Para mais, o curso de Administração apresentou moderada despersonalização, enquanto que as demais permaneceram na categoria “baixo”. Quanto a realização profissional, somente o curso de Farmácia caracterizou-se com elevada satisfação.

Não obstante, ao que tange a habilidade com aparatos tecnológicos, nenhum participante pontuou a categoria “péssima”, e que, por essa razão, esse traço não aparece no figura 5, porém, os participantes que caracterizaram suas habilidades como ruins ou moderadas, apresentaram maior cansaço mental, prejudicando assim o contentamento com o trabalho, como visto na categoria “ruim”.

Esse dado demonstra a influência, assim como Alves et al. (2020) aponta, que a pouca habilidade com o ensino remoto, e os recursos que estão em volta dele, influenciaram na percepção do desempenho do professor e de que maneira isso afeta sua vida nas mais diversas esferas, seja a partir do estresse ou da dúvida quanto à sua profissão.

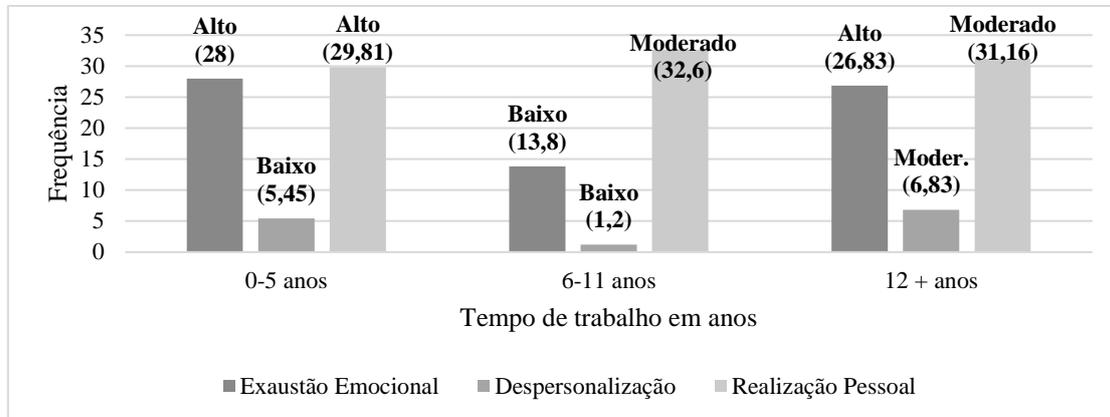


Fonte: dados da pesquisa

Figura 5 - Habilidade tecnológica x Desgaste profissional

Ainda, outra variável que se fez necessária para analisar a relação existente entre as novas formas de lecionar e o desgaste profissional, foi o tempo de trabalho. Professores que lecionam há 12 anos ou mais, se apresentaram (Figura 6) como esgotados psicologicamente (26,83) e nem tanto safeitos com a docência (31,16), assim como os que acabaram de ingressar nesse meio laboral.

Educadores que não têm muitos anos de experiência (0-5 anos) e que logo precisaram se adaptar aos novos métodos de ensino e avaliação devido a pandemia, expressaram frequência de 28 pontos no que se refere desgaste psicológico, o maior da amostragem. Isso aponta de que forma esse ajustamento laboral pode ter interferido no estresse ocupacional e o alimentado.



Fonte: dados da pesquisa

Figura 6 - Desgaste profissional x Tempo de trabalho

De modo geral, em condições de incidência, o eixo que se apresenta com o percentual mais alarmante é o de exaustão emocional, como esperado devido ao cenário pandêmico, sendo esta uma consequência de fatores estressores de caráter laboral, e a subescala de menor frequência foi a de despersonalização, estando ligada talvez ao pouco contato que o ensino à distância proporcionou.

Em algumas variáveis não foi identificada correlação direta ao esgotamento profissional, como o estado civil e a quantidade de filhos, onde a frequência predominante (77,27%) estabelece que mais da metade dos voluntários não têm filhos, não se configurando então como um fator de influência.

Com base nos dados obtidos e apresentados na Tabela 5 e nas figuras 7, 8 e 9, é possível verificar indícios da Síndrome de Burnout nos professores pesquisados, uma vez que duas das três subescalas do inventário e conseqüentemente das dimensões do distúrbio se apresentam moderadas, considerando assim que a média verificada da SB entre os professores é moderado, bem como aponta Ferreira (2019).

Subescala da Síndrome de <i>Burnout</i>	Pontuação	Classificação
EE	24,45	Moderado
DP	4,86	Baixo
RP	30,81	Moderado

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 5. Resultado da avaliação da síndrome de *burnout* pelo MBI-ES

Desse modo, vale atentar-se à predisposição da síndrome visto que a classificação mais alta, de modo geral, é moderada, alertando assim ao desenvolvimento da Burnout. Salienta-se que a EE (CASTRO, 2013) é a subescala que precede a síndrome e que se evidencia como fundamental, influenciando a alteração das demais dimensões.

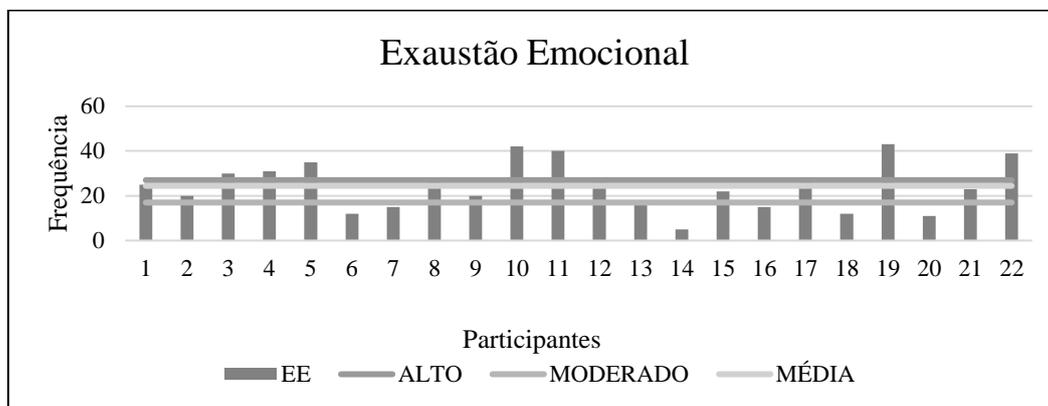


Figura 6 – Caracterização da EE média entre os professores pelo MBI-ES

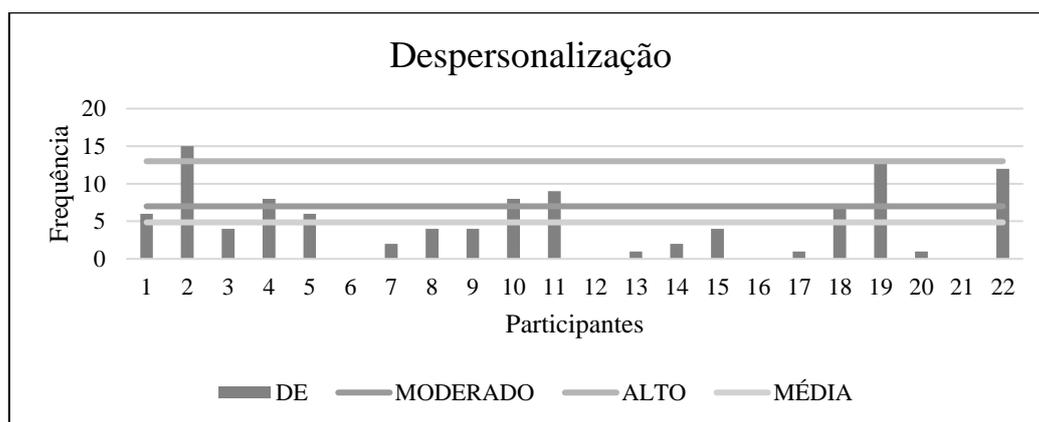
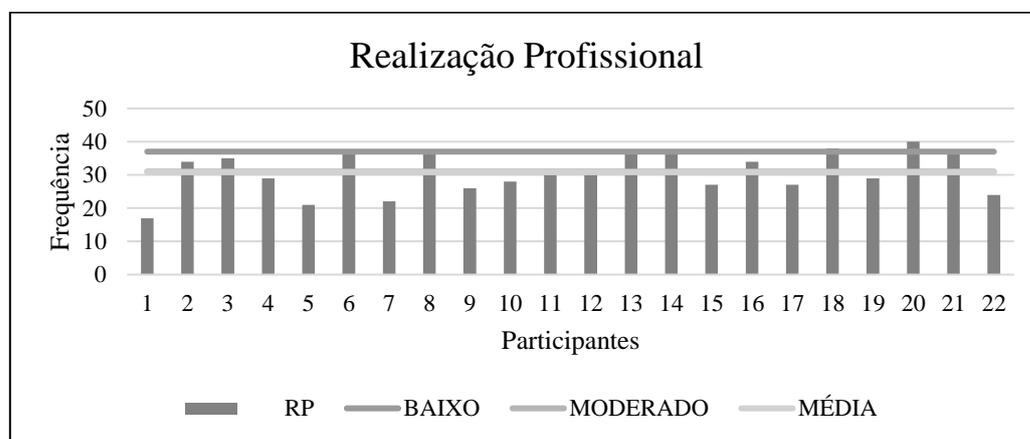


Figura 7 – Caracterização da DP média entre os professores pelo MBI-ES



Fonte: dados da pesquisa

Figura 8 – Caracterização da RP média entre os professores pelo MBI-ES

Ainda assim, mesmo havendo a classificação média dos professores pesquisados, estando eles moderadamente esgotados profissionalmente, quando analisada as pontuações individualmente em cada subescala da Burnout, considerando a relação com a prática no ensino remoto, constata-se que 40,9% dos participantes estão na categoria mais alarmante do esgotamento emocional, 9,09% estão altamente despersonalizando no seu ambiente laboral e 45,45% dos participantes não se sentem realizados com a docência. Esses dados sugerem a necessidade de cuidado e atenção quanto a esse grupo, pois o adoecimento ocupacional pode afetar em grande escala não somente o desenvolvimento de atividades laborais, como também pode interferir em relações interpessoais, práticas de lazer, e comorbidades.

Subescala da Síndrome de Burnout	Classificação	Quantidade de professores verificados	%
EE	Baixo	6	27,27
	Moderado	7	31,81
	Alto	9	40,90
DE	Baixo	15	68,18
	Moderado	5	22,72
	Alto	2	9,09
RP	Baixo	7	31,81
	Moderado	5	22,72
	Alto	10	45,45

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 5. Professores pesquisados e suas classificações da SB pelo MBI-ES

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para verificar se houve um maior desgaste laboral nos docentes de ensino superior da FACESF e da CESVASF que lecionaram de modo remoto devido ao cenário pandêmico pela Covid-19, foi utilizado o inventário mais indicado pela literatura científica, o *Maslach Burnout Inventory – Educators Survey* (MBI-ES). Desta forma, foi mensurado os níveis de desgaste profissional desses professores, e constatado indícios da Síndrome de Burnout e a predisposição a ela, segundo os pontos de corte de Gaitan (2009).

A docência à distância provocou inúmeras mudanças e prejuízos à saúde e bem estar dos docentes universitários, apontados principalmente pela pouca habilidade com os aparatos tecnológicos,

a carga horária semanal e a experiência para lecionar. Além disso, verificou-se que professores que lecionam nos cursos de Educação e Saúde, especificamente os cursos de Letras e Psicologia, foram os que mais apresentaram pontuações elevadas no esgotamento mental. Esses dados demonstram a fragilidade da saúde frente às situações de estresse contínuo e de experiências laborais inesperadas, sendo essas vivências decorrentes da pandemia.

Ainda assim, mesmo verificando essas variáveis que mais influenciaram no esgotamento profissional, faz-se necessário saber a proporção do desgaste ocupacional antes da pandemia, e que, por essa razão, está respaldado aí a importância das instituições averiguarem anualmente a saúde de seus profissionais, para assim fazer um comparativo de declínio ou aumento do estresse laboral frente a situações de imprevisibilidade, pois a presente pesquisa partiu do pressuposto que o desgaste laboral elevado é proveniente do cenário pandêmico. Vale ressaltar que os resultados e investigação focaram na mudança da modalidade de ensino, devido as adaptações necessárias no contexto pandêmico, e não na relação com o ambiente de trabalho, mas nas adaptações à prática da docência e seus efeitos na vida diária.

Do mesmo modo, faz-se necessário enfatizar o perigo que esse grupo corre para o desenvolvimento da Síndrome e a necessidade de cuidados pessoais e organizacionais. A qualidade de vida no trabalho desenvolve importante papel na saúde dos funcionários, pois as consequências desse adoecimento perpassam as instituições e afetam de modo integral a vida do sujeito.

Em suma, as contribuições da presente pesquisa se pautam na percepção dos professores sobre a relação deles com a docência no cenário atual, de contexto pandêmico, de como essa troca afeta suas vidas e o desenvolvimento de suas atividades laborais, além do cuidado preventivo que eles podem tomar quanto a SB. Ademais, esse estudo contribui para o conhecimento científico a respeito de um distúrbio que é bem recorrente no meio da docência e pouco divulgado nessa esfera.

Ao que tange as limitações, vale destacar que a pesquisa foi desenvolvida em duas instituições específicas de funcionamento privado, e que por essa razão não pode ser estendida à outras realidades. Importante lembrar também que não foi realizado o cálculo do Alfa de *Crombach*, para maior confiabilidade dos dados, uma vez que a somatória da escala *Likert* já se fazia necessária para categorização da predisposição à *Burnout*.

Para pesquisas futuras, é interessante que colete dados referentes à sintomatologia da *Burnout* para melhor caracterização e que estenda a pesquisa tanto no número de pesquisados quanto em instituições públicas, além de verificar outros vínculos de trabalho e variáveis como orientação sexual, identidade de gênero, questões étnico raciais e verificar se os pesquisados desenvolvem práticas de autocuidado.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Laislane de Lourdes et al. DO ENSINO PRESENCIAL PARA O REMOTO: OS NOVOS DESAFIOS DOS PROFESSORES E DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Conedu VII Congresso Nacional de Educação, Maceió, p. 1-12, 15 out. 2020.

- ARAÚJO, Tânia Maria de et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 11, n. 4, p. 1117-1129, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO).
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. MBI – Maslach Burnout Inventory e suas adaptações para o Brasil. In: *Anais da XXXII Reunião anual de psicologia*. Rio de Janeiro, p.84-85, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer Homologado Parcialmente Cf. Despacho do Ministro, Publicado no D.O.u. de 3/8/2020, Seção 1, Pág. 57. orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Brasília, DF, 03 ago. 2020. p. 57
- BURKE, Ronald J.; GREENGLASS, Esther R.; SCHWARZER, Ralf. Predicting teacher burnout over time: effects of work stress, social support, and self-doubts on burnout and its consequences. *Anxiety, Stress & Coping*, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 261-275, jan. 1996. Informa UK Limited.
- CARLOTTO, Mary Sandra et al. Burnout em professores: diferença e análise de gênero. *Contextos Clínic*, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 86-93, jun. 2014.
- CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S.L.], v. 27, n. 4, p. 403-410, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO).
- CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de Burnout e o trabalho docente. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 7, n. 1, pág. 21-29, junho de 2002.
- CASTRO, Fernando Gastal de. Burnout e complexidade histórica. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 49-60, abr. 2013.
- CUNHA, Kátia Waléria Vieira da et al. A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL NOS ANOS DE 2003 A 2008 SOBRE SÍNDROME DE BURNOUT E DOCÊNCIA. 2009. 57 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.
- FERREIRA, Leana Carolina. AVALIAÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO. 2019. 155 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho Universidade Tecnológica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Ufpr, Curitiba, 2019.
- FRANCO, Maria Estela dal Pai. Comunidade de conhecimento, pesquisa e formação do professor do ensino superior. In: (ORG.), Marília Costa Morosini et al (org.). *PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR: identidade, docência e formação*. Brasília: Cibec/Inep, 2000. p. 61-74.
- FREUDENBERGER, H. J. Staff burn-out. *Journal of social issues*, Malden, v. 30, no. 1, p. 159-165, 1974
- GAITAN, Peggy Elaine. Teacher Burnout Factors as Predictors of Adherence to Behavioral Intervention. 2009. 109 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Faculty Of The Graduate School Of The University Of Minnesota, Minnesota, 2009.
- MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. *Educação & Sociedade*, [S.L.], v. 19, n. 64, p. 13-49, set. 1998. FapUNIFESP (SciELO).
- MASLACH, Christina; JACKSON, Susan E..The measurement of experienced burnout. *Journal Of Occupational Behaviour*, Califórnia, v. 2, p. 99-113, 1981.
- MORENO-JIMENEZ, Bernardo et al. A avaliação do Burnout em professores. Comparação de instrumentos: CBP-R e MBI-ED. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 11-19, June 2002.
- NEISSER, Ulric; BOODOO, Gwyneth; BOUCHARD, Thomas J.; BOYKIN, A. Wade; BRODY, Nathan; CECI, Stephen J.; HALPERN, Diane F.; LOEHLIN, John C.; PERLOFF, Robert; STERNBERG, ROBERT J. Intelligence: knowns and unknowns. *American Psychologist*, [S.L.], v. 51, n. 2, p. 77-101, fev. 1996. American Psychological Association (APA).
- NEVES, Úrsula. Síndrome de Burnout entra na lista de doenças da OMS. 2019. PEBMED.
- PEREZ-RAMOS, Juan. Benevides -Pereira, A.M. (Org.), (2002) – Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo. Academia Paulista de Psicologia Brasil: Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, p. 65-69, 2004.

Recebido em: 12 de junho de 2020
Avaliado em: 14 de julho de 2020
Aceito em: 21 de dezembro de 2020

¹ Bacharelada em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)
 E-mail: leticia.goomes@gmail.com

² Professora orientadora, docente do curso de Psicologia e Coordenadora do Serviço-Escola de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF), Psicóloga, Pós-Graduada em Administração Escolar e Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pós-Graduada em Neuropsicologia pela CPHD-CPN/UNIFESP, Pós-Graduada em Terapia Cognitivo-Comportamental pela NTCBA-FACCAT. Com formação em Reabilitação Neuropsicológica pelo INAP-CPN/UNIFESP. E-mail: profboaventura@hotmail.com

ESTRESSE OCUPACIONAL EM PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE FLORESTA-PE NA PANDEMIA DA COVID-19

OCCUPATIONAL STRESS IN TEACHERS OF THE MUNICIPAL NETWORK OF FLORESTA-PE IN THE COVID-19 PANDEMIC

Simara Raiana de Souza Gomes¹

Liberalina Santos de Souza Gondim²

RESUMO: O estresse ocupacional está relacionado aos aspectos do ambiente em que o indivíduo está inserido, impactando as realizações das atividades. O presente estudo tem por objetivo investigar a incidência do estresse ocupacional em professores de ensino fundamental II da rede municipal de Floresta-PE durante a pandemia da covid-19, frente as mudanças nos processos de ensino. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo com uma amostra de 15 professores. Foi utilizado como instrumentos questionários sociodemográficos e sobre o ensino remoto, como também aplicação da Escala de Estresse no Trabalho (EET). Uma pesquisa aplicada via internet respeitando o distanciamento social. Ao analisar os dados foi perceptível que houve mudanças nos processos de ensino, como: a dificuldade em acompanhar o aluno a distância, de acesso e utilização dos recursos tecnológicos e falta de capacitação, ocasionando desafios ao lecionar as aulas. Observou-se que dentre os 15 participantes quatro apresentaram nível elevado de estresse e três níveis moderados. Além disso, quatro participantes obtiveram score três nos itens referentes a competição e a insatisfação com seus superiores. Por fim, evidencia-se a necessidade de estudos no âmbito estadual e nacional sobre o assunto para o desenvolvimento de estratégias de saúde ocupacional e otimização do ensino remoto.

Palavras-chave: Ensino remoto. Estresse Ocupacional. COVID-19.

ABSTRACT: The occupational stress is related to features of the environment which entangles the activities of workers. The present study aimed to measure the occupational distress of teachers who work at elementary schools from Floresta-PE during Covid-19 pandemic. This study is a qualitative approach with 15 teachers as a sample. Occupational distress was measured by the Escala de estresse no trabalho (EET) and Social backgrounds Questionnaires were also applied as well. Data showed that the changes throughout the teaching processes were noted by the teachers, examples were described as: the difficulty of educational follow-up remotely, the difficulty for access and use technological devices for education led difficulties for teaching. It was observed that 4 subjects scored higher levels of stress while 3 participants scored higher at items related to competition and dissatisfaction related to their superiors. Thus, this study highlighted the need of studies about the occupational distress among teachers and discussed about the strategies of occupational health and remote teaching optimization.

Keywords: Remote Teaching. Occupational stress. covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Ao final do ano de 2019 um novo vírus foi identificado na China, na cidade de Wuhan (SARS-CoV-2) que ficou mundialmente conhecido por COVID-19. Sua transmissão é através do contato entre pessoas no mesmo ambiente, o que caracteriza uma fácil proliferação. Seu quadro clínico pode variar em dois aspectos: infecções assintomáticas e a síndrome respiratória grave, necessitando de ventilações respiratórias (BRASIL, 2020). O novo vírus trouxe impactos para o mundo do trabalho, em que segundo

a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no que se refere à economia global, muitas empresas e instituições fecharam por medida de segurança para não proliferação do vírus. Além disso, cidades adotaram medidas sanitária de proteção através de quarentena e *lockdown*, de modo que o medo e as incertezas nas pessoas se intensificaram (OIT, 2020).

No Brasil o Ministério da Educação (MEC) suspendeu as aulas como forma de proteção aos indivíduos por tempo indeterminado, substituindo aulas presenciais por meio de digitais. (BRASIL, 2020a). Nas normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) “Art 32, § 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 1996, p.11). Nesta perspectiva muitos docentes foram surpreendidos com a mudança de metodologia de ensino.

Souza et al. (2020, p.5) relata os efeitos do ensino remoto em situações emergenciais.

A aula remota é um terreno sobre o qual docentes do ensino fundamental tinham pouco domínio, vendo-se inesperadamente obrigados a repensar seus processos de trabalho por ambiente virtual e por plataformas de videoconferência que, até então, estavam restritas ao ensino superior.

Os professores foram obrigados a se adaptar a uma nova forma de ensino, através de multimídias tecnológicas disponível no contexto docente e discente, buscando se reorganizar em seus ambientes domésticos, dividindo o espaço entre as obrigações do trabalho e os afazeres do seu lar, de modo que a atenção destes educadores ficou dividida em dois modos de atividades: profissional e familiar. Assim, o isolamento social tem proporcionado mal-estar individual relacionando ao trabalho. (SOUZA et al., 2020).

Segundo Rossi (2007 apud VISENTINI, et al 2009), as alterações ambientais no trabalho fazem com que o indivíduo passe a perceber o trabalho como ameaça pessoal, prejudicando a realização profissional, a saúde mental e física, ocorrendo pressões psicológicas, que são riscos para o desenvolvimento do estresse, derivado das relações ambiente-trabalho, além de manifestações de ansiedade e tristeza.

O estresse se configura por disfunções designadas por queixas psicológicas e físicas, que podem levar a uma total incapacidade de responder as exigências do ambiente, caracterizando-se, em três fases: na primeira fase alerta, em segunda a resistência e sua terceira fase a exaustão, que inclui aspectos como ao esgotamento intelectual, além de características patológicas físicas e mentais como hipertensão, diabetes, depressão, ansiedade, etc. (LIPP, MALAGRIS, 1995 apud FERREIRA; PENIDO 2013). O estresse ocupacional na sua conceituação está relacionado ao processo de percepção das exigências ambientais no trabalho, podendo surgir aspectos estressores que resultam em características negativas referentes às situações vivenciadas e enfrentadas pelo indivíduo. (PASCHOAL & TAMAYO, 2004).

Segundo Jex. et al (1998 apud PASCHOAL & TAMAYO, 2004) a definição do estresse ocupacional se configura em três tipos de aspectos: (1) estímulos estressores: nos quais os estímulos do ambiente de trabalho exigem do trabalhador respostas adaptativas e habilidades novas (*coping*), definindo assim,

estímulos estressores organizacionais; (2) respostas emitidas as ocorrências estressoras: quando exposto em atividade que excedem as suas agilidades de enfrentamento, o estresse ocupacional pode se consagrar em repostas psicológicas, comportamentais e fisiológicas; (3) estímulos estressores-respostas: o estresse ocupacional relacionado as demandas do trabalho e suas exigência, tendo uma proporção de impacto nos trabalhadores.

O estresse ocupacional e estresse organizacional pode se diferenciar em dois tipos de estudos: aqueles em que o estresse ocupacional é relacionado aos aspectos ambientais do trabalho, e aqueles que consideram estresse em geral, os aspectos gerais com fatores vinculados à vida do indivíduo. Além disso, estresse ocupacional pode se manifestar de duas maneiras, positiva ou negativa, sendo aspectos negativos que emitem consequências e sintomas estressores prejudiciais ao organismo, denominando *strain*, e pode ser considerado positivo quando o indivíduo não percebe que excesso de trabalho pode ser prejudicial, mas nas perspectivas de estimulantes para suas ações (PASCHOAL & TAMAYO, 2004).

Um estudo realizado por Claro (2009), sobre o estresse em docente, com uma amostra de 221 professores em 18 escolas de Curitiba-PA, utilizando o instrumento *Inventário de Sintomas de Estresse* para adultos (ISSL), desenvolvida e validada por Lipp (2000) Apud Weber (2015), demonstrou que do total geral dos docentes avaliados, 63% apresentaram estresse.

O estresse pode surgir quando o indivíduo fica impossibilitado de atingir seus objetivos, de modo a gerar respostas negativas, como: comportamentos irregulares, agressividade e esquiva das atividades de modo a impactar enquanto a qualidade de vida do professor, prejudicar a saúde e interferir na metodologia e qualidade de ensino (WEBER et al., 2015).

No que se refere as mudanças no contexto educativo durante a pandemia, as suspensões das aulas presenciais do ano letivo de 2020 em função da COVID-19, não significava férias ou afastamento do contexto escolar. Sendo assim, com as medidas de segurança na pandemia, as aulas e as atividades deveriam acontecer por meios digitais, o ensino remoto (SARAIVA et al., 2020).

Os conceitos Educação à Distância (EAD) e ensino remotos, tem significados diferentes, de modo que o ensino remoto é marcado pela simulação do tempo real com videoconferências ou vídeo gravado, o professor estará sempre disponível para que sejam tiradas as dúvidas, com cronograma mais flexível, em que suas avaliações são de acordo com o ensino oferecido ao corpo discente, centrado no professor. Já na Educação à Distância, as aulas são gravadas pelo professor e mediadas por um tutor suporte, contam com cronograma e avaliações padronizadas, com características autoinstrucionais (IPOG, 2020).

No ensino remoto, é determinado horário para o ensino via videoconferência, de modo que alunos e professores terão que estar conectados para serem cumpridos os horários estabelecidos em cada disciplina. Porém, muitas escolas, principalmente as públicas têm usado mecanismo de ensino “escolarização à domicílio” de maneira assíncrona, em que o docente planeja atividades impressas e complementa com vídeos relacionados a disciplina, e logo após faz a entrega das atividades aos responsáveis dos alunos para que seja feita sua execução. Porém, por muitas vezes, torna-se difícil

realizar uma videoconferência com todos os alunos conectados nos mesmos horários, mesmo assim, essa tem sido, por sua maioria, uma estratégia utilizada por várias escolas e professores (SARAIVA et al., 2020).

Cada vez mais as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação estão inseridas nas práticas sociais. Porém, nas escolas sempre houve dificuldade de implementações dessas tecnologias. (PAES & FREITAS, 2020). Em tempo de pandemia, o quantitativo de profissionais da educação sem formação, planejamento e sem equipamentos adequados para lecionar aulas via vídeo conferências é bem significativo, principalmente aqueles que atuam em Educação Básica, na qual muitos alunos e familiares não possuem tecnologia adequada para assistir as aulas, o que por muitas vezes acaba gerando ansiedade e estresse devido ao trabalho, ou seja, uma docência preocupada e exausta em tempos de incerteza, mas sempre buscando o melhor. (SARAIVA et al., 2020).

As exigências no ambiente de trabalho podem provocar no professor respostas no organismo, como estado de cansaço mental e nervosismo, o que torna necessário estudos empíricos e investigações das questões de saúde e em relação ao estresse ocupacional no campo de trabalho (PEREIRA et al., 2014). Com base na literatura, antes da pandemia estudos já mostravam e comprovavam cansaço mental e estresse nos docentes, e que é possível que diante deste contexto atual, hajam agravos a saúde do trabalhador da educação, na utilização de aulas remotas que antes não era vista na educação básica, em que buscaram se reinventar no processo de ensino que a falta de formação ao docente não foi proporcionada adequadamente.

Tendo em vista, o contexto pandêmico da COVID-19, o objetivo desta pesquisa é investigar a incidência do estresse ocupacional em professores de ensino fundamental II da rede municipal de Floresta-PE durante a pandemia da covid-19 frente as mudanças nos processos de ensino. Além disso, buscou-se como objetivos específicos analisar os aspectos estressores presentes na rotina de aulas remotas e identificar as estratégias utilizadas pelos professores para lidar com os estressores do trabalho.

Neste sentido, este artigo propõe-se a investigação de aspectos, como: a falta de capacitação do uso de ferramentas tecnológicas na administração de aulas remotas, as exigências de se reinventar no ensino, através da tecnologia, para se adaptar à realidade das famílias e as dificuldades em organizar a rotina e separar o contexto de trabalho do familiar, tendo em vista o *home office*.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado na cidade de Floresta-PE, que fica localizada no sertão de Pernambuco, e conta com uma população de 31. 809 habitantes. A amostra desse estudo foi composta por 15 professores da rede municipal que lecionavam suas aulas no ensino Fundamental II. Foi utilizado um

método de relato de pesquisa descritiva, com técnica quantitativa, através da aplicação de questionários semi estruturados e uma escala de medidas, no período de fevereiro a abril de 2021.

Foram convidados inicialmente os professores do ensino Fundamental II, que são 48 docentes, mas apenas 15 aceitaram participar do estudo. Com os questionários respondidos, foi realizada uma análise dos dados obtidos e suas respectivas discussões. A amostra foi selecionada de modo não probabilístico, por conveniência. Assim, os critérios de inclusão englobaram professores que lecionavam suas aulas no ensino fundamental II da rede municipal de Floresta-PE que consentiram em participar do estudo. Foram excluídos professores realocados para outras funções no ambiente escolar e readaptados.

Diante da impossibilidade de encontro presencial com os professores, devido a pandemia, o meio utilizado para a coleta de dados foi virtual, através de uma plataforma de questionários do Google, o Google Forms. Foi solicitada a secretária de educação do município a autorização para a realização do estudo a partir da entrega de uma carta de anuência.

Após aceitação da secretária, foi solicitado os contatos de e-mail e telefone dos docentes que lecionam suas aulas no ensino fundamental II. Porém, a secretaria de Educação de Floresta-PE encaminhou apenas os números de telefones dos profissionais, inicialmente foi enviado via *Whatsapp* em formato de Word aos participantes Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em que eles teriam que assinar e encaminhar de volta aos pesquisadores, e logo depois teriam acesso aos questionários, mas diante da baixa adesão dos professores, foi necessário pensar em uma nova estratégia. O procedimento foi modificado, inserindo o TCLE no google forms junto com instrumentos da pesquisa. A pesquisa foi divulgada por meio do aplicativo de conversa (*whatsapp*), utilizando um card informativo com a apresentação do tema, objetivos da pesquisa e o link de acesso ao TCLE, questionários e escala, para participação dos professores, respeitando-se um prazo de 07 dias para o participante responder e o pesquisador obter os dados.

No questionário sociodemográfico, elaborado especificamente para esta pesquisa, foram coletados dados pessoais dos docentes, como: sexo, estado civil, período de trabalho e exercício da profissão. Além disso, foi elaborado um questionário semiestruturado sobre o modelo de aulas remotas no período de pandemia e as facilidades ou dificuldades dos professores nesse formato de ensino. Por fim, foi aplicado o instrumento: Escala de estresse no trabalho (EET) com 13 itens com uma escala *likert* de 5 pontos, variando entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente), sua aplicação é de fácil interpretação, desenvolvida e validade por Paschoal & Tamayo (2004).

Foram feitas análise quantitativa da escala de medidas e dos questionários, utilizando-se estatística descritiva. A pesquisa foi realizada após aprovação do comitê de ética de psicologia, através do protocolo de nº 4.487.778, respeitando os princípios, normas e diretrizes da resolução nº 466/12 na perspectiva de ser uma pesquisa com seres humanos.

As pesquisadoras estiveram disponíveis para um possível espaço de acolhimento, em intervenções psicossociais, caso os participantes se sentissem desconfortáveis com alguma pergunta, destrinchando que a qualquer momento poderia desistir, respeitando a sua escolha, e que seria sigilosa a sua identidade pessoal, mas nenhum participante precisou. Além disso, os participantes foram orientados sobre a importância dos seus direitos, existindo também a probabilidade de o participante não aceitar ou desistir, sendo respeitado e mantido em sigilo a sua identidade.

3 RESULTADOS

Os resultados apresentados a seguir têm o propósito de responder aos objetivos estipulados no início da pesquisa, que buscou investigar a incidência do estresse ocupacional em docentes do município de Floresta-PE que lecionam no ensino fundamental II em decorrência dos processos de mudanças do ensino durante a pandemia da COVID-19. Os dados analisados são específicos dessa realidade, mas não são representativos da totalidade de professores do município, de modo que não podem ser generalizados. A tabela 1 representa a quantidade de participante, média de idade e gênero.

GÊNERO	QUANTIDADE	PERCENTUAL %	MÉDIA DE IDADE
Feminino	10	66,67%	37,1
Masculino	5	33,33%	41,6
Total	15	100,00%	38,6
Geral			

Fonte: Dados dos pesquisadores

Tabela 1- Quantidade de participantes e média de idade

De maneira geral, os participantes de gênero masculino apresentaram idade mais elevada do que as participantes de gênero feminino, de modo que os primeiros totalizaram cinco participantes com média de idade de 41,6 anos, e as segundas, 10 participantes com uma média de idade de 37,1 anos.

Sobre o tipo de vínculo de trabalho dos profissionais investigados, evidenciou-se que 4 (26,7%) mulheres e 3 (20%) homens são concursados e 6 (40%) mulheres e 2 (13,3%) homens são contratados pelo município, havendo percentual maior de contratados, 53,3%, do que de efetivos, 46,7%. No que diz respeito as questões salariais, mais de 50% dos participantes apresentaram uma média salarial de um a três salários mínimos, correspondendo a quatro homens e quatro mulheres. De três a seis salários mínimos houve um índice maior de mulheres (4) em relação a homens (1). E com até um salário mínimo, foi apenas apontado duas mulheres.

MÉDIA SALÁRIAL	PERCENTUAL %
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.045,00)	13,30%
De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.045,00 até R\$ 3.135,00)	53,30%

De 3 a 6 salários mínimo (R\$ 3.135,00 até R\$ 6.270,00)	33,30%
Total Geral	100,00%

Fonte: Dados dos pesquisadores
Tabela 2 - Média salarial dos participantes

Foi perguntado aos participantes se já tiveram algum problema de saúde e se precisaram se afastar por tal problema. O maior quantitativo de respostas relata que não tiveram problemas de saúde 80%, e 20% que tiveram. Um dado a ser considerado entre os participantes, pois os mesmos valores equivalem a pergunta realizada sobre se precisou se afastar, em que três participantes responderam sim. A tabela 3 apresenta a porcentagem de participantes que já tiveram algum problema de saúde.

GÊNERO	Não	Sim	Total Geral
Feminino	60,00%	6,67%	66,67%
Masculino	20,00%	13,33%	33,33%
Total Geral	80,00%	20,00%	100,00%

Fonte: Dados dos pesquisadores
Tabela 3 - Incidência de problemas de saúde

Sobre a metodologia utilizada para o ensino remoto, destacaram-se o uso de vídeos didáticos, exploração de conteúdos e uso de ferramenta de *Power Point* no ensino remoto, aumentando a utilização das tecnologias, devido ao afastamento físico do aluno. A tabela 4 mostra a porcentagem de professores que relataram mudança nas formas de ensino com a pandemia.

GÊNERO	MODIFICAÇÃO DO ENSINO		DIFICULDADE EM MANTER A ATENÇÃO DO ALUNO		PROBLEMA COM A INTERNET	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Feminino	13,3 3%	53,3 3%	33,3 3%	33,3 3%	6,67 0%	60,0 0%
Masculino	0,00 %	33,3 3%	0,00 %	33,3 3%	20,0 0%	13,3 3%
Total Geral	13,3 3%	86,6 7%	33,3 3%	66,6 7%	26,6 7%	73,3 3%

Fonte: Dados dos pesquisadores
Tabela 4 - Ensino modificado com a pandemia

Ao observar a tabela, verifica-se que com o contexto pandêmico, a metodologia de ensino da maioria dos docentes foi modificada (86,67%), passando a ter um contato com o aluno por meio de vídeos, por um tempo médio de um ano. Isso mostra que, desde do início da pandemia até o momento atual uma quantidade significativa de professores ainda utiliza o ensino remoto.

Para a utilização do ensino remoto com qualidade, foi questionado se tiveram algum treinamento para o manuseio das ferramentas digitais, de modo que 66,67% apontaram que sim e

33,33% que não. Sobre este treinamento, cinco participantes do sexo feminino e quatro do sexo masculino afirmaram que receberam, relatando que foi custeado pela secretaria de educação de Floresta-PE. Três professoras apontaram que não tiveram treinamento sobre o uso da tecnologia em situações emergenciais, e os outros três participantes preferiram não relatar, assim, compondo um total de 6 participantes insatisfeitos. E dentre estes 6 participantes apenas uma professora, para lidar com a situação, recorreu a vídeos tutoriais, dicas dos filhos.

Os dados mostram as dificuldades para lecionar as aulas e manter a atenção do aluno. Ao observar os dados, 66,67% (f=10), dos professores participantes sentiram dificuldades em lecionar suas aulas via ensino remoto, seis participantes do gênero feminino relataram que foi devido a fatores como: falta de equipamento adequado por parte do professor e dos alunos, as condições socioeconômicas dos alunos, pois, alguns apresentavam-se sem acesso à internet, e o baixo interesse por parte dos discentes. Já os quatro participantes do sexo masculino sentiram suas dificuldades devido a fatores, como: a dificuldade de saber se o aluno está presente, falta dos materiais necessários, a impossibilidade de receber o *feedback* do aluno em relação ao que está sendo explicado. Porém, cinco professores preferiam não relatar suas dificuldades. Neste sentido, os professores em total de 10 sentiram dificuldades para lecionar as aulas e manter atenção dos discentes no contexto pandêmico.

Em geral, os docentes tiveram uma boa conexão com a internet para se conectar com o aluno. Porém, esta realidade não se adequa aos alunos, pois, como exposto pelos os respectivos profissionais, os alunos não possuem tecnologia suficiente para assistir as aulas. Desta maneira, o professor parece não ter condições suficientes para administrar uma boa qualidade de ensino. Estes aspectos podem favorecer a incidência de estresse no processo de ensino. Os dados obtidos mostram que 80,00% dos participantes tiveram que buscar novas estratégias para se adequar a realidade dos alunos, como: envio de blocos de atividades e entrega de atividades na própria escola para serem entregues as famílias.

Além disso, os profissionais tiveram que se adaptar ao *home-office*, conciliando com os afazeres domésticos. A interpretação dos dados mostrou que foi muito difícil a sua adaptação, principalmente na organização do tempo, de modo que um participante recebeu ajuda dos demais familiares do ambiente doméstico, e dois ainda estão no processo de adaptação e os demais buscaram estratégias de criar uma rotina. Neste contexto, 60% dos participantes apontaram que a carga horária oficial do trabalho foi modificada com o *home-office*, dos quais 80% sentiu necessidade de se dedicar fora do horário de trabalho, mostrando assim que pode ter sido um processo exaustivo para estes docentes.

O aumento no nível de estresse percebido com o formato de ensino remoto foi relatado por 80,00% dos profissionais, pois tiveram que se adaptar a uma realidade que antes não era utilizada pelos os respectivos profissionais. O medo, a insegurança com aulas online, o cansaço, foram alguns dos relatos de 07 participantes. Porém, 08 professores não responderam a esta pergunta. Além disso, 60% sentiram algum tipo de ansiedade com ensino remoto, em que os sintomas foram descritos por: tremores, falta de apetite, falta de concentração, e insônia, relatado por 3 participantes, mas a exaustão

foi descrita por 60% dos participantes. Os dados mostram que 40% dos participantes buscaram algum método de relaxamento, e 60% não. Com relação ao gênero, apenas um homem utilizou algum método para relaxar, enquanto dentre as mulheres metade disse ter utilizado. Entre os métodos, destacam-se: caminhar, meditar, e assistir filmes foram alguns pontos relatados por 07 participantes. Mais uma vez, 08 professores preferiram não relatar quais métodos utilizados.

No que diz respeito a medida do nível de estresse dos professores, a tabela 5 a seguir mostra as médias e os desvios-padrões das respostas de cada item da versão reduzida da Escala de Estresse no Trabalho (PASCHOAL; TAMAYO, 2004).

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
1. A forma como as tarefas são distribuídas em minha área tem me deixado nervoso	2,0	1,2
2. A falta de autonomia na execução do meu trabalho tem sido desgastante	2,0	0,9
3. Tenho me sentindo incomodado com a falta de confiança de meu superior sobre meu trabalho	3,0	2,8
4. Sinto-me irritado com a deficiência na divulgação de informações sobre decisões organizacionais	2,5	1,2
5. Sinto-me incomodado por ter que realizar tarefas que estão além de minha capacidade	1,6	1,2
6. Tenho me sentido incomodado com a deficiência nos treinamentos para capacitação profissional	1,8	0,5
7. Fico de mau humor por me sentir isolado na organização	1,8	1,1
8. Fico irritado por ser pouco valorizado por meus superiores	3,0	3,0
9. As poucas perspectivas de crescimento na carreira têm me deixado angustiado	2,1	1,6
10. Tenho me sentido incomodado por trabalhar em tarefas abaixo do meu nível de habilidade	2,1	2,0
11. A competição no meu ambiente de trabalho tem me deixado de mau humor	3,0	2,7
12. A falta de compreensão sobre quais são minhas responsabilidades neste trabalho tem causado irritação	2,5	1,7
13. O tempo insuficiente para realizar meu volume de trabalho deixa-me nervoso	2,1	0,8
Total	2,2	0,7

Fonte Paschoal, Tamayo (2004)

Tabela 5 - Escala de Estresse no Trabalho

O baixo nível de estresse está em um intervalo de média abaixo de 2,5 pontos, apontando nenhum estresse, o estresse moderado está igual a 2,5 pontos, e alto nível de estresse está acima de 2,5 (PASCHOAL; TAMAYO, 2004). Com base na média geral de 2,2 dos participantes com desvio-padrão de 0,7 pode-se considerar, através dos níveis da escala, que os professores participantes estão, em geral, em um abaixo de nível de estresse.

Ao analisar os escores individuais dos professores, observou-se que um total de quatro participantes apresentaram nível elevado de estresse, com *scores* acima de 2,5, assim sendo, três

mulheres tiveram scores de 2,7; 2,8; e 5 pontos, e um homem apresentou score de 2,8. Estes professores também relataram no questionário sintomas estressores, ansiedade, insônias e as dificuldades com os mecanismos tecnológicos. Em relação ao nível moderado de estresse, dois homens tiveram pontuações de 2,5 e uma mulher com score de 2,5 apresentaram nível moderado de estresse, com pontuação de 2,5 na escala de estresse. Assim, 7 participantes apresentaram scores altos ou moderados de estresse. Os demais participantes, em um total de 8, tiveram scores entre 1,3 e 2,0 pontos, apresentando baixo nível de estresse.

Com isto, dos participantes, apenas quatro apresentaram score de 3,0 pontos nos itens 03 “Tenho me sentindo incomodado com a falta de confiança de meu superior sobre meu trabalho”, 08 “Fico irritado por ser pouco valorizado por meus superiores” e 11 “A competição no meu ambiente de trabalho tem me deixado de mau humor” da escala de estresse ocupacional. Os scores elevados nesses itens demonstram insatisfação com os superiores e a competição entre os colegas.

4 DISCUSSÃO

Um dos aspectos que chamaram atenção durante a execução deste estudo foi a baixa adesão dos professores, apesar da ampla divulgação do estudo. Entende-se que no momento pandêmico, muitos docentes não aceitaram participar da referida pesquisa, ou não a consideraram prioridade diante de outros compromissos, havendo grande dificuldade de comunicação, uma vez que houve mudança de gestão no Município, de modo que foi necessário a reapresentação da carta de anuência e objetivos do estudo, assim como um diálogo com os novos gestores e coordenadores para instrução da participação dos professores na pesquisa.

Contudo, os resultados do estudo demonstram que os participantes sentiram dificuldades expressivas com o modelo de ensino imposta pela pandemia. A relação e comunicação com o aluno, utilizando o ensino remoto, foi desafiador, com incidências de estresse por a falta de tecnologia adequada para que as aulas fossem conduzidas, pois a conexão de muitos não contribuiu. Em relação a este aspecto, faz-se relevante mencionar que a prefeitura Municipal de Floresta-PE, no ano de 2021, sancionou a lei nº 850/2021 intitulada Programa Professor Conectado que aponta “Art. 1º § 1º Durante a período que trata o *caput* desta Lei, o professor em regência fará jus a uma ajuda de custo no valor de R\$ 70,00 (setenta reais)” (Floresta-PE, 2021, s/p.). Deste modo, enquanto durar a pandemia e as aulas presenciais estiverem suspensas, o professor fará jus ao valor, de modo que este programa é um apoio ao professor que está lecionando suas aulas.

Porém, ressalta-se que esta lei foi sancionada cerca de um ano depois do início da pandemia, ficando os professores sem apoio financeiro durante o ano de 2020. Assim, os dados relatados neste estudo sobre a boa qualidade de conexão dos professores, não encontra uma relação direta com o

suporte financeiro por parte do município. Além disso, tal apoio favorece aos professores, mas não resolve o problema de conexão e de acesso aos dispositivos tecnológicos por parte dos alunos, impossibilitando o professor conduzir os processos de ensino aprendizagem.

De acordo com o uso da tecnologia, os docentes afirmaram que a falta de tecnologia adequada foi um desafio para os mesmos. Este dado é corroborado por outros estudos que evidenciam entre as dificuldades no uso das tecnologias, destaca-se a falta de recursos adequados (SANTOS, 2020). Assim, antes do contexto pandêmico já visualizava as dificuldades com o uso da tecnologia da educação (FLORES et al., 2017), que se persistiram com a pandemia da COVID-19 (HONORATO, et al., 2020).

Além disso, com o contexto de pandemia, a metodologia de ensino da maioria dos professores participantes deste estudo foi modificada (86,67%), de modo que o aumento no nível de estresse percebido com o formato de ensino remoto foi relatado por (80,00%) dos profissionais, pois tiveram que se adaptar a uma realidade que antes não era utilizada por os mesmos, administrando o *home-office* com os afazeres domésticos. Seguindo esta linha, o estudo de Santos et al. (2021) demonstra que com o contexto pandêmico, além das funções pedagógicas, os professores em exercício precisaram se adaptar e aprender sozinhos o uso das tecnologias, modificando seu contexto domiciliar para torna-los espaço de gravações de vídeos didáticos. Nesta semelhança, o estudo de Diehl e Marin (2016) mostra que em estudos realizados com professores, os contextos de ensino fundamental e médio são as que têm mais contato com ambientes que tendem a serem conflituosos, havendo dificuldades no interesse dos alunos, pouco acompanhamento das famílias no ambiente escolar o exercício de papeis extraclasse, estando sujeitos ao estresse ocupacional. Assim, o conjunto de estressores ambientais e de demandas ocupacionais, podem ocasionar o avanço do estresse, de modo que um dos fatores de risco é o conflito dinâmico entre trabalho e família (RIBEIRO, 2020).

Diante dos sintomas de estresse, neste estudo 07 participantes descreveram que o medo, a insegurança com aulas online, o cansaço, e a ansiedade foram fatores estressantes percebidos com o novo formato de ensino. Estes sintomas também foram evidenciados no estudo de Ribeiro (2020) que apontou que eles são desencadeadores de sentimentos derivados de antecipação de que algo de errado irá ocorrer, como também, se já está em posição de perigo. Ao se comparar aos dados obtidos neste estudo, observa-se que um total de 7 (46,67%) participantes indicou níveis moderados e altos de estresse.

Outros estudos também identificaram níveis consideráveis de estresse em professores, como a pesquisa de Gomes, et al. (2010) com professores portugueses que indicam 40% dos participantes com estresse. No estudo realizado por Horner et al. (2021) todos os professores participantes apresentaram estresse, entre os quais 90,47% (f=48) apresentaram médio nível de estresse e 9,43% (f=5) obtiveram baixo nível de estresse. O estresse ocupacional se enquadra como síndrome, caracterizado como esgotamento emocional relacionado ao trabalho. Neste sentido, é primordial que se desenvolvam estratégias nas escolas que visem diminuir os sinais de estresse (DEFFAVERI; MÉA; FERREIRA, 2020).

Em relação a isso, a Secretaria de Educação Básica (SEB) vem desenvolvendo junto com o Ministério da Educação (MEC), ações que possibilitem a universalização do acesso à internet por os estudantes, através do Programa de Inovação Educação Conectada, apoiando as tecnologias digitais na educação básica, seu uso pedagógico, principalmente direcionado àquele público que reside em lugares remotos do País. Além disso, o MEC vem apoiando três programas: Amazônia Conectada, Norte Conectado e Nordeste Conectado, que visa auxiliar a implementação do uso da internet possibilitando uma prática de explorações dos conteúdos disponibilizados por meios digitais (BRASIL, 2021).

O Ministério da Educação (MEC) juntamente com a Secretaria de Educação Básica (SEB), lançou um curso de aperfeiçoamento de Bem-Estar no contexto escolar, com objetivo de auxiliar no acolhimento de todos os envolvidos na comunidade escolar, professores, gestores, estudantes, disponibilizando conteúdos sobre emoções e saúde mental, contendo três módulos: (1) Bem-estar e comunidade escolar; (2) Saúde mental e Saúde emocional e (3) Educação e bem-estar na pandemia da COVID-19, curso este que tem ênfase no atual momento que estamos vivendo (BRASIL, 2021).

Devido ao afastamento físico, neste estudo os professores afirmaram ter modificado suas metodologias de ensino e recorrido a vídeo aulas, *Power Point* e entrega de materiais didáticos na escola para serem repassados para as famílias, com intuito de respeitar o isolamento social e manter o aluno nos estudos. Em consonância com este dado, uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI, 2021), mostrou que em torno de 50% dos alunos de 16 anos utilizaram as tecnologias com enfoque de pesquisa relacionada as realizações de atividades. Porém, as desigualdades tecnológicas estiveram mais presentes no contexto pandêmico, afetando o uso das tecnologias.

O estudo do CGI (2021) também apresentou redução de usuários com acesso à internet pelo celular, usando os dados móveis, mas a região Nordeste apresentou aumento de usuários que usaram WiFi entre os usuários do ensino fundamental de idade entre 16 a 24 anos. Além disso, o uso de estratégias *off-line*, como: entregas de materiais impressos nas escolas para ser repassados aqueles que não possuem tecnologias em suas residências foi mais presente na Região Norte, esta estratégia educacional foi pensada naqueles que são os mais vulneráveis. O Nordeste apresentou uma estimativa do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação em domicílios elevados, ficando em segundo lugar em relação aos demais estados (CGI, 2021).

Todavia, percebe-se a insatisfação para com seus superiores, associando-lhes a falta de estrutura hierárquicas com relação aos coordenadores e gestores nas respostas dos participantes deste estudo nos itens 03, 08 e 11 da escala de estresse no trabalho, indicando scores acima de 3 pontos. O estudo de Carvalho (2018) demonstrou que além das funções hierárquicas no contexto educacional em que a coordenação ocupa um lugar burocrático de controle e cobrança, assim como também de apoio aos colegas, são agregados a esta função as fichas para serem planejadas e cumpridas, o que pressiona os professores a desenvolver novas habilidades, seja presencialmente ou a distância, em busca dos melhores resultados (MATTOS et al., 2015).

Diante dos achados científicos, percebe-se a escassez de estudos sobre o estresse ocupacional na docência presentes na pandemia do novo coronavírus, faz-se necessário a realização de novos estudos no âmbito nacional e internacional, na ampliação das perspectivas biopsicossociais para a docência, em que cabe as Secretarias de Educação, nos diferentes níveis gestões, repensar em suas estratégias na redução das sobrecargas de trabalho, assim como o investimento na saúde do trabalhador de educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste atual contexto, foi possível visualizar através dos dados obtidos a realidade dos professores do ensino Fundamental II da rede pública do município de Floresta-PE acerca do contexto de ensino remoto na pandemia da COVID-19, mais estritamente, os processos de adaptação frente as mudanças das condições de trabalho na utilização dos dispositivos tecnológicos.

O novo modelo de ensino foi percebido com um fator estressor, de modo que os docentes foram obrigados a se reorganizar em suas atividades domésticas com o *home-office*, além de apresentarem dificuldades em buscar a atenção dos alunos e a falta de tecnologias adequadas por parte dos alunos. Posto isto, o presente estudo mostra um pequeno recorte de uma realidade vivenciada por profissionais da educação, que mesmo sem formação nas tecnologias digitais adequadas, buscaram se reinventar em seus métodos de ensino, para lecionar um ensino de qualidade aos seus alunos.

O estudo foi de grande relevância para compreender as dificuldades psicossociais que os professores tiveram em um novo modelo de ensino, pois muitos não estavam familiarizados com o ensino remoto. Além disso, trouxe contribuições científicas, visto que, tratou de uma temática relacionada a um contexto pandêmico, havendo poucos estudos na literatura, especificamente quando se trata dos relatos de vivências de uma classe profissional importante para a sociedade, como a docente

É relevante mencionar a importância de que com esse novo modelo de ensino a formação tecnológica dos docentes seja reforçada, para que possam conduzir suas aulas com maior qualidade junto aos seus alunos. Percebe-se também que os fatores estressores presentes em 7 participantes dos 15, salientando-se os itens da escala 3, 8 e 11 referente a insatisfação com seus superiores e a competição com seus colegas. Estes dados foram representativos, uma vez que níveis moderados ou altos de estresse afetaram quase metade da amostra. Além disso, os relatos dos participantes sobre as modificações de ensino e as dificuldades enfrentadas por eles, como: a falta dos recursos tecnológicos adequados e a interação com os alunos, portanto, ressalta a necessidade de criação de programas de cuidado a saúde física e emocional dos docentes por parte da secretaria de educação em articulação com a secretaria de saúde.

Considerando pontos relevantes que foram mostrados, algumas limitações existiriam ao decorrer da pesquisa, entre elas a aplicação dos instrumentos por via remota, pois não foi possível

acontecer presencialmente, havendo dificuldades dos participantes em acessar os instrumentos e TCLE, por falta de habilidades tecnológicas. Além disso, destaca-se a reduzida amostra dessa pesquisa que não contemplou o quantitativo geral dos profissionais do fundamental II do município de Floresta-PE. No entanto, foram encontrados dados que puderam mostrar alguns recortes do contexto atual.

Por fim, sabemos que a pesquisa foi realizada em uma cidade de pequeno porte no interior de Pernambuco, instigamos ao leitor pensar em novas pesquisas sobre estresse ocupacional no ensino remoto em âmbito estadual e nacional, como também realizar estudos com professores do ensino superior. É interessante ainda estudos comparativos dos níveis de estresse nos estados brasileiros, para verificar aspectos culturais envolvidos, e compreender como os professores vem lidando com o ensino em situações emergenciais.

5 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 outubro 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **MEC lança curso sobre Bem-Estar no contexto educacional.** Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: < [MEC.lança curso sobre Bem-Estar no Contexto Escolar — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>. Acesso em: 01 de maio de 2021
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 544 de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. 2020a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2020-pdf/153561-pcp010-20/file>>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica trabalha em ações para os alunos terem acesso à internet no ensino de base público.** Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: < [Secretaria de Educação Básica trabalha em ações para os alunos terem acesso à internet no ensino de base público — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)> Acesso em: 02 de Outubro de 2020
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é Covid-19.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 01 outubro 2020.
- CARVALHO, Marília P. As professoras e o pagamento de bônus por resultado: o caso da rede estadual de São Paulo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 187-207, nov./dez. 2018. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59799> Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/yd7B7LK6SYHWZHVqD7Fv8Rxm/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 24 de maio de 2021.
- CGI. **Pesquisa web sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.** CGI. BR, São Paulo, 2021. Acesso em: 10 de maio de 2021. Disponível em: <[Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus – Painel TIC COVID-19 \(cgi.br\)](http://www.cgi.br)>. Acesso em: 10 de Maio de 2021
- CLARO, G. R. (2009) **Trabalho docente e saúde mental: um estudo de estresse no sistema de ensino municipal de Curitiba.** 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009.
- DEFFAVERI, Maiko; MEA, Cristina Pilla Della., & FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. Sintomas de Ansiedade e Estresse em Professores de Educação Básica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 813-827. <https://doi.org/10.1590/1806-9304202100s100013> Disponível em: <[SINTOMAS DE ANSIEDADE E ESTRESSE EM PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA \(scielo.br\)](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 11 de Maio de 2021
- DIEHL, Liciane., & MARIN, Angela Helena. (2016) **Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura.** *Est. Inter. Psicol.*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, . Disponível em: < [Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura \(bvsalud.org\)](http://www.bvsalud.org)>. Acesso em: 11 de Maio de 2021
- FERREIRA, Januário Justino., & PENIDO, Laís de Oliveira. (2013). **Saúde Mental no Trabalho: coletânea do fórum de saúde e segurança no trabalho do Estado de Goiás.** Goiânia: Cir Gráfica. Disponível em: < <https://bibliotecaprt21.files.wordpress.com/2013/09/livro-saude-mental-no-trabalho-2013-prt18.pdf>>. Acesso em: 22/10/2020. FLORESTA-PE. Lei de Nº850/2021. **Professor Conectado** Disponível em: < [lei-850-2021.pdf \(floresta.pe.leg.br\)](http://www.floresta.pe.leg.br)>
- FLORES, A. D. M.; RIBEIRO, Luciano Maciel., & ECHEVERRIA, Evandro Luiz. (2017). A tecnologia da informação e comunicação no ensino superior: Um olhar sobre a prática docente. **Spacios**, v. 38, n. 5, p. 1-14,. Disponível em: <[a17v38n05p17.pdf \(revistaespacios.com\)](http://www.revistaespacios.com)>. Acesso em: 22 de Maio de 2021.
- GOMES, A. Rui et al. (2010). Stress ocupacional no ensino: um estudo com professores dos 3º ciclo e ensino secundário. **Psicologia & Sociedade** [online]. v. 22, n. 3, 2010. pp. 587-597. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kxV99jNhfsPCzyDHtx8YfYc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 de Maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300019>

- HORNER, Andreas; HORNER, Christine; JACOBI, Lucianef; SERAFIN, Marissa B.; BELTRAME, Valmir., & RIBEIRO, Tiango A. (2021). Nível de estresse ocupacional e atividade física em professores de uma escola estadual. **Revista Saúde (Sta Maria)**, v. 47, n. 1. Disponível em : <https://periodicos.ufsm.br/revistasauade/article/view/63926> Acesso em: 27 de Maio de 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/2236583463926>
- HONORATO, Hercules Guimarães., & MARCELINO, Aracy Cristina Kenupp Bastos. (2020). A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. **REDE-Revista Diálogos em Educação ISSN 2675-5742**, v. 1, n. 1, p. 208-220. Disponível em: <[Honorato: A arte de ensinar e a pandemia COVID-19:... - Google Acadêmico](#)>. Acesso em: 24 de maio de 2021.
- IPOG. Aula remota não é EAD? Entenda as diferenças e todas as vantagens. **IPOG**, 22 maio 2020. Disponível em: <[Aula remota não é EAD? Entenda as diferenças e todas as vantagensIPOG](#)> Acesso em: 01 de Fevereiro de 2021.
- MATTOS, Carlos A. C et al., Contexto de Trabalho: Uma Investigação entre Professores e Técnicos Administrativos de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Revista de Estudos Sociais, v. 17, nº. 33, 2015, p. 72-91. Disponível em: <Dialnet-ContextoDeTrabalho-5156639.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2021**
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. **COVID-19 and the world of work: Impact and policy responses. International Labour Organization**, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_738753.pdf>. Acesso em: 28 de outubro 2020.
- PAES, Francisco Cleiton de Oliveira., & FREITAS, Samya Semião. (2020) Trabalho docente em tempos de isolamento social: uma análise da percepção do uso das tecnologias digitais por professores da educação básica pública. **Revista Linguagem em Foco**, v.12, n.2, 2020. p. 129 - 149. Disponível em: <[4050-Texto do manuscrito com identificação-14880-1-10-20200921.pdf](#)>. Acesso em: 02 de Março de 2021.
- PASCHOAL, Tatiane., & TAMAYO, Álvaro. (2004) Validação da Escala de Estresse no Trabalho. **Estudos de Psicologia**, Universidade de Brasília: v. 09, p. 45-52, 2004. Disponível em: <[Revista.pmd \(scielo.br\)](#)> Acesso em: 30 de outubro 2020.
- PEREIRA, Érico F. et al. (2014). Estresse Relacionado ao Trabalho em Professores de Educação Básica. **Cienc Trab. Santiago** dic., v.16 n.51, 2014. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-24492014000300013>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.
- RIBEIRO, Raquel Correa., & ARANTES, Ana Claudia Yamashiro. (2020). **Trabalho Docente: Reflexões Sobre o Estresse e Adoecimento**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Educação e Meio Ambiente, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2747/1/RAQUEL.pdf> >. Acesso em: 24 de Maio de 2021.
- SANTOS, Geórgia Maria Ricardo Félix dos; SILVA, Maria Elaine da., & BELMONTE, Bernardo do Rego. COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife , v. 21, supl. 1, p. 237-243., Disponível em: <[COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários \(scielo.br\)](#)>. Acesso em: 24 de Maio de 2021
- SANTOS, HMR d. Os desafios de educar através da Zoom em contexto de pandemia: investigando as experiências e perspectivas dos docentes portugueses. **Práxis Educativa**, v. 15, n. e2015805, p. 1-17, 2020. Disponível em:<<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15805/209209213515>> Acesso em: 22 de Maio de 2021.
- SARAIVA, Karla et al. (2020). A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020 Disponível em: : <[16289-Texto do artigo-209209228987-1-10-20200814.pdf](#)> . Acesso em: 24 de Fevereiro de 2021.
- SOUZA, Kátia R. et al. (2020). Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00309>. Acesso em: 26 de outubro de 2020.
- VISENTINI, Monize S. et al. (2009) Estudo dos Fatores de Stress Ocupacional em Restaurantes Públicos e Privados: Aplicação da Escala de Stress no Trabalho (ETT). **XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Salvo-BA, Brasil, 06 a 09 de outubro de 2009. Enegep 2009 094-634-13317. Acesso em: 31 de outubro de 2020.
- WEBER, Lidia N. Dobrianskyj et al. (2015). O Estresse no Trabalho do Professor. **Imagens da Educação**, v. 5, n. 3, p 40-52, 2015. <[O estresse no trabalho do professor | <p>Imagens da Educação </p>ISSN 2179-8427 \(uem.br\)](#)>. Acesso em: 24 de novembro 2020.

Recebido em: 12 de junho de 2020
Avaliado em: 14 de julho de 2020
Aceito em: 21 de dezembro de 2020

¹ Bacharelada em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)
 E-mail: simaragomes21@hotmail.com

² Professora do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF); Especialista em Gestão em Saúde (UNIVASF); Especialista em Gestão de Pessoas (UFBA); Mestre em Psicologia (UNIVASF). E-mail: liberalinagondim@gmail.com